



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVIII – Nº 096 – SÁBADO, 22 DE JUNHO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</p> <p>Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,70)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 20</p> <p>Eunício Oliveira (62,70)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5</p> <p>Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 2</p> <p>Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85)</p> <p>Líder do PV - 1</p> <p>Paulo Davim (75)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25</p> <p>Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99) Eduardo Lopes (37,45,63,100)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 12</p> <p>Wellington Dias (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96)</p> <p>Líder do PDT - 5</p> <p>Acir Gurgacz (49,55,67,97)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PSB - 4</p> <p>Rodrigo Rollemberg (69,98)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82)</p> <p>Líder do PC DO B - 2</p> <p>Inácio Arruda (89,99)</p> <p>Vice-Líder do PC DO B Vanessa Grazziotin (1,91)</p> <p>Líder do PRB - 1</p> <p>Eduardo Lopes (37,45,63,100)</p> <p>Líder do PSOL - 1</p> <p>Randolfe Rodrigues (18,76)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Mário Couto - Bloco (34,61)</p> <p>Vice-Líderes Wilder Morais (101) Ataídes Oliveira (102,108) Cyro Miranda (31,103)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 12</p> <p>Aloysio Nunes Ferreira (7,68)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80)</p> <p>Líder do DEM - 4</p> <p>José Agripino (2,10,14,44,46,77)</p> <p>Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28,106)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12</p> <p>Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6</p> <p>Gim (56,58,59)</p> <p>Líder do PR - 5</p> <p>Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 1</p> <p>Eduardo Amorim (17,47,48,72)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

<p>Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Ata</p> <p>Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATA

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 101ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 21 DE JUNHO DE 2013	39045	
1.1 – ABERTURA	39045	
1.2 – EXPEDIENTE	39045	
1.2.1 – Leitura de requerimento Nº 701, de 2013, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando a oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 626, de 2011.	39045	
1.2.2 – Discursos do Expediente SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Reflexão sobre as manifestações que ocorreram no País nessa última semana.	39045	
SENADOR PEDRO SIMON – Manifestação de repúdio aos atos de vandalismo praticados durante as manifestações populares ocorridas nos últimos dias; e outros assuntos.	39049	
SENADOR JORGE VIANA – Destaque para as manifestações sociais que vêm acontecendo nas cidades do País.	39053	
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Comentários sobre as manifestações sociais que têm ocorrido no País.	39063	
SENADOR PAULO PAIM – Considerações acerca das recentes manifestações populares no Brasil.....	39065	
1.2.3 – Leitura de requerimento Nº 702, de 2013, de autoria do Senador Jorge Viana, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 18 a 20 do corrente.	39074	
1.2.4 – Discurso encaminhado à publicação SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Reflexão sobre a atual situação econômica do País.....	39074	
1.3 – ENCERRAMENTO.....	39076	
2 – RETIFICAÇÕES		
Ata da 33ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 20 de março de 2013, publicada no <i>Diário do Senado Federal</i> nº 33, do dia subsequente.....	39077	
Ata da 42ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 4 de abril de 2013, publicada no <i>Diário do Senado Federal</i> nº 42, do dia subsequente.....	39089	
Ata da 47ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 10 de abril de 2013, publicada no <i>Diário do Senado Federal</i> nº 46, do dia subsequente.....	39092	
Ata da 53ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 18 de abril de 2013, publicada no <i>Diário do Senado Federal</i> nº 52, do dia subsequente.....	39106	
Ata da 61ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 30 de abril de 2013, publicada no <i>Diário do Senado Federal</i> nº 60, do dia subsequente.....	39110	
Ata da 66ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 8 de maio de 2013, publicada no <i>Diário do Senado Federal</i> nº 65, do dia subsequente.....	39145	
Ata da 68ª Sessão, Não Deliberativa, em 10 de maio de 2013, publicada no <i>Diário do Senado Federal</i> nº 67, do dia subsequente.....	39148	
Ata da 71ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 14 de maio de 2013, publicada no <i>Diário do Senado Federal</i> nº 69, do dia subsequente.....	39163	
Ata da 85ª Sessão, Não Deliberativa, em 31 de maio de 2013, publicada no <i>Diário do Senado Federal</i> nº 81, do dia subsequente.....	39168	
SENADO FEDERAL		
3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL		
Por Unidade da Federação	39172	
Bancadas dos Partidos	39173	
Por ordem alfabética	39174	
4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL.....	39175	
5 – LIDERANÇAS	39176	
6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	39180	
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	39181	
8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES		
CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	39194	
CAS – Comissão de Assuntos Sociais	39202	
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	39206	
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte	39212	

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	39218	Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010).	39275
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.....	39227	Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010)	39277
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	39235	Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15, de 2012).....	39279
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura	39244	CONGRESSO NACIONAL	
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	39252	10 – COMISSÕES MISTAS	
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.....	39259	CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006)	39281
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	39263	CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008)..	39284
9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS		Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas –Fipa (Resolução nº 2, de 2007).....	39286
Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)	39267	CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999)	39287
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993).....	39268	Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito	39288
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)	39269	Comissões Mistas Especiais	39290
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9, de 2013)	39270	11 – CONSELHOS E ÓRGÃO	
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)	39270	Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)	39293
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)	39271	Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)	39294
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009).....	39273	Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011)	39295

Ata da 101ª Sessão, Não Deliberativa, em 21 de junho de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Jorge Viana, Paulo Paim e Cristovam Buarque

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 3 minutos e encerra-se às 12 horas e 24 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 701, DE 2013

Requeiro, nos termos do item 12 da alínea “c” do inciso III do Art. 255, combinado com o inciso I do Art. 99, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que o Projeto de Lei do Senado nº 626, de 2011, que “Dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências”, seja encaminhado para apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE.

Justificação

O projeto em questão altera significativamente o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar (ZAE da cana), aprovado pelo Decreto nº 6.961, de 17 de setembro de 2009, ao incorporar áreas que foram excluídas pelos estudos técnicos, no caso os biomas Amazônia e Pantanal e a Bacia do Alto Paraguai, das áreas passíveis de se realizar a expansão dessa cultura.

O argumento de que tais áreas são necessárias para o desenvolvimento econômico das regiões que compõem a Amazônia Legal dominou o debate nas Comissões que já apreciaram a matéria. De outro lado, o projeto interfere diretamente no zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar (ZAE da cana), instrumento técnico-científico que definiu as áreas de expansão. Portanto, esse tema, ainda carece de maior aprofundamento, razão pela qual requeremos que a matéria seja encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, para aprofundar a discussão.

Sala das Sessões, – Senador **Cristovam Buarque**.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – O Requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu queria cumprimentar todos que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado e também pela Internet e dizer que, ontem, o Plenário do Senado ficou reunido quase até meia-noite, com vários Senadores de diferentes partidos da Casa se revezando e se posicionando, procurando, de alguma maneira, refletir sobre os episódios que estão ocorrendo Brasil afora, em dezenas e dezenas de cidades – também houve uma forte manifestação aqui, em Brasília.

Todos falarão da legitimidade e até da importância de a sociedade, de a juventude se manifestar, mas também todos falaram do quanto são graves, muito graves as ações isoladas de vandalismo. Verdadeiro vandalismo ocorreu no Itamaraty. É importante que possamos todos refletir sobre isso e, de alguma maneira, seguir apoio a essas manifestações da juventude, mas procurando encontrar uma maneira de evitar situações como essas, que põem em risco e até levam à morte algumas pessoas, que põem em risco de vida pessoas, como ocorreu na cidade de Ribeirão Preto. É muito lamentável a perda de vidas, quando a nossa juventude chama a atenção do País inteiro para temas que, certamente, são importantes para todos nós.

Convido para fazer uso da palavra o Senador Rodrigo Rollemberg, representante do Distrito Federal, que também estava aqui ontem e que se posicionou. Já cedo, junto com o Senador Paim e com outros colegas, está aqui, iniciando este trabalho, nesta sexta-feira.

Com a palavra, V. Exª, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Eu quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, os demais Senadores e Senadoras, todos que nos assistem pela TV Senado e que nos ouvem pela Rádio Senado.

Sr. Presidente, embora tenhamos ficado ontem aqui até as 24h10, numa vigília de acompanhamento dos acontecimentos na Esplanada e em todo o País – estávamos aqui eu, o Senador Paulo Paim, o Senador Cristovam Buarque, o Senador Pedro Taques, o Senador Pedro Simon e o Senador Magno Malta –, eu não poderia deixar de, nesta manhã, refletir, mais uma vez, sobre os acontecimentos que tomaram conta do País nesta última semana. É uma semana, sem dúvida, histórica, porque o Brasil não será o mesmo País depois dessas manifestações.

A gente tende a dizer, Senador Jorge Viana, ou pelo menos tendia a dizer que a nossa juventude não gostava de política, que a juventude era alienada, e o que estamos vendo, na última semana, é uma juventude que foi às ruas com um conjunto de bandeiras que têm conexão entre si, é uma juventude extremamente politizada dizendo que quer, sim, participar da política e fazer política, mas que quer fazer uma política diferente. Há uma crítica contundente à política, aos políticos, aos partidos políticos e às instituições da forma como elas estão organizadas. Esse é o recado claro, e aqueles que não tiverem a capacidade de compreender isso, de refletir sobre isso e de, efetivamente, transformar as suas atitudes, as atitudes das instituições, certamente serão varridos do mapa político.

Tenho observado e acompanhado, desde o primeiro momento, as diversas manifestações da juventude pela *Internet*, pelo *Facebook*, e o que estamos percebendo, desde ontem à noite – em várias intervenções que fiz, mostrei isso ao Senador Paulo Paim e ao Senador Pedro Simon, que estavam aqui –, é que os manifestantes que saíram às ruas com a pauta política, com a pauta de reivindicações importantes para o futuro do País, eles próprios foram os primeiros a condenar os atos de violência e de depredação. Não podemos perder a oportunidade de aproveitar a energia boa, a energia positiva que vem das ruas em todo o Brasil, que é a energia de 99% dos manifestantes, que, de forma contundente, mas pacífica, têm mostrado claramente que querem um novo País, um País sem corrupção e com prioridades verdadeiras aos serviços públicos essenciais.

Essa é a grande mensagem. Essa juventude dialoga com o futuro, dialoga com o novo País, um País mais democrático, um País que radicaliza sua democracia, um País que não admite mais as enormes diferenças sociais que ainda existem, um País que quer construir cidadania plena, um País que não se contenta mais, embora entenda que foram importantes os avanços conquistados pela democracia, os avanços dos programas sociais. O País não se contenta mais apenas com isso, sobretudo quer a melhoria da qua-

lidade dos serviços públicos oferecidos nas grandes cidades brasileiras, especialmente na área de mobilidade urbana, na área de saúde, na área de segurança e na área de educação.

Esse é o recado, que, para mim, é claro, que vem das ruas. Como interpretar e como efetivar essa agenda é que é, Senador Jorge Viana, o nosso grande desafio, grande, grande, grande desafio que nós temos pela frente. Sem dúvida, cabe a nós a responsabilidade política de convencer o Parlamento brasileiro da necessidade efetiva de ter uma nova postura em relação a essa agenda que está colocada aí.

O que chama a atenção, o que é extremamente positivo, o que nos dá uma grande oportunidade, Senador Paulo Paim, Senador Pedro Simon, Senador Jorge Viana, o que nos dá, como Parlamentares, uma grande oportunidade de nos sintonizarmos com a opinião pública neste momento é que grande parte, quase a totalidade das bandeiras trazidas pelos manifestantes está no Congresso Nacional, depende de nós. Na verdade, o Congresso Nacional – e nós temos de reconhecer isto –, pelo menos na sua grande maioria, tem estado surdo a esses reclamos da população.

Quais são as bandeiras, Senador Paulo Paim? A primeira bandeira, a bandeira que unifica o movimento em todo o País, é o combate à corrupção. As pessoas não querem mais, não admitem mais conviver com a corrupção. A evolução do processo democrático no Brasil, Senador Jorge Viana, faz com que a juventude, a população de forma geral, expressa pela manifestação da juventude, não aceite mais o tal “rouba, mas faz”. Não! A população sabe claramente que, sem corrupção, todos nós podemos fazer muito mais. A corrupção drena os recursos de uma saúde de qualidade, a corrupção drena os recursos de uma melhor segurança pública, a corrupção contamina os valores da sociedade. E essa população está pedindo ali, como bandeira número um, o fim da corrupção. Basta entrar no *Facebook* e acompanhar, Senador Pedro Simon, as diversas manifestações, que nós vamos perceber isso. Defendem que a corrupção seja tratada como crime hediondo. E existe projeto nesta Casa propondo a corrupção como crime hediondo, ou seja, agravando as penas para a corrupção.

Nas manifestações no Brasil todo, pudemos ver cartazes feitos de forma manufaturada, de forma artesanal, pelos manifestantes. Em cartazes de cartolina, de papel, mostraram claramente: “Não à aprovação da PEC nº 37!”. Por quê? Porque a população entende que foi um avanço a implantação, pela Constituição de 1988, do Ministério Público e a capacidade de investigação e de combate ao crime que vem sendo feito. A população não quer reduzir as instituições, as entida-

des que combatem o crime no Brasil. Pelo contrário, ela quer ampliá-las. E essa é uma manifestação clara. Repito: é uma manifestação clara.

A população quer o voto aberto. Ela quer o voto aberto!

Há pouco, Senador Paulo Paim e Senador Jorge Viana, fui tomar o café da manhã com minha mãe, que é uma senhora de 83 anos e que estava acompanhada de uma amiga, uma ex-freira, a tia Guida. Quando comentei essas reivindicações da população, eu falei do voto aberto. E elas se posicionaram assim: "Mas essa questão do voto aberto parece uma coisa tão óbvia! Como é que, até hoje, nós não temos o voto aberto no Brasil?" A nossa democracia evoluiu a esse ponto. E, no Senado Federal, tramita projeto do Senador Paulo Paim que institui o voto aberto em toda a sua totalidade.

Senador Jorge Viana, eu não me canso de repetir isto: outro dia, quando eu defendia aqui a instituição do voto aberto, o Senador Paulo Paim fez uma avaliação brilhante de que, quando se instituiu o voto aberto na Constituição, o objetivo era o de proteger o parlamentar da pressão do Governo, era o de proteger o parlamentar. Mas, como lembrou o Senador Paulo Paim, são raríssimos os casos em que o Congresso Nacional derrubou o veto presidencial. Agora, a sociedade mudou. Hoje, a grande pressão é a pressão da opinião pública. É a pressão das ruas. É a pressão dos eleitores. É a pressão dos cidadãos, que querem, devem e têm o direito de saber como votam os seus representantes.

Está aí. Há uma proposta tramitando, aqui no Senado, de autoria do Senador Paulo Paim.

Senador Jorge Viana, nós avançamos na democracia, no nosso País, nos últimos anos. Algo previsto na Constituição que se constituiu num avanço foi o direito de termos projetos de iniciativa popular, e nós tivemos pelo menos dois grandes avanços na legislação brasileira através de projetos de iniciativa popular: a lei que transforma em crime a captação ilícita de sufrágio – a compra de votos – e, mais recentemente, a Lei da Ficha Limpa. Olha que importante a participação da população na elaboração do processo, na formulação do processo legislativo.

No entanto, hoje, a dificuldade é enorme para a apresentação de um projeto de iniciativa popular. Exige-se 1% do número de eleitores aptos a votar para se apresentar um projeto de iniciativa popular. É o dobro do que se precisa para criar um partido político, que tem o monopólio da representação política, hoje, no nosso País.

Existe projeto de minha autoria, nesse caso, reduzindo o número de assinaturas para projetos de iniciativa popular e ampliando o seu escopo não apenas

para projetos, mas também para propostas de emenda à Constituição, Senador Jorge Viana. O projeto, ao ser apresentado, tramitará em prioridade em relação aos demais, a menos que o Plenário da Câmara ou do Senado considere de forma diferente, ou diga, explicitamente, que ele não deve tramitar em prioridade.

Sem dúvida alguma, isso também é uma contribuição no que chamo de uma reforma política que precisamos fazer.

É importante registrar, Senador Jorge Viana, que, aqui na frente do Congresso Nacional, algumas das palavras de ordem mais cantadas pela juventude, já desde segunda-feira, eram: "O povo unido governa sem partido."

Isso demonstra, claramente, a falência dos partidos políticos tal como estão organizados hoje, e existe proposta, tramitando no Congresso, de candidaturas avulsas, proposta do Senador Cristovam Buarque, que está aí, está na agenda do Congresso Nacional. Essa agenda pode e deve ser adotada para o debate no plenário do Senado.

Nós temos que mudar o paradigma da discussão da tal reforma política, Senador Jorge Viana, porque a reforma política que o Congresso está discutindo e que é tida como avançada é uma que prevê lista fechada e financiamento público de campanha. Imaginem como soa para essa população que está se manifestando você dar a prerrogativa de que quem vai escolher a ordem da lista dos candidatos são os partidos políticos, com a credibilidade que os partidos políticos têm nesse momento!

Então, vejam que dissintonia que nós estamos vivendo nesse momento em relação à agenda política da população brasileira.

Ouço o Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Rodrigo Rollemberg, primeiro, quero cumprimentar V. Ex^a pelo bom debate que fizemos ontem à noite. Tive a satisfação de estar aqui. Hoje, alguns jornais citam que V. Ex^a, Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Simon, este Senador, Senador Cristovam e Senador Pedro Taques fizeram aqui, sim, uma vigília cívica, em que fizemos o debate sobre esse momento, queremos ou não, ao mesmo tempo, mágico, eu insisto em dizer, na minha projeção. Fiz um levantamento: cerca de dois milhões de pessoas estiveram nas ruas do País no dia de ontem. É mágico, porque nós reclamávamos tanto, e V. Ex^a já havia falado nisso, mas eu quero reforçar. Perguntávamos: onde está a juventude? Cadê os estudantes? Cadê a pressão para que o Congresso atenda a uma pauta que seja de interesse popular? Estão aí nas ruas. É um momento mágico, mas, ao mesmo tempo, nós todos, ontem à noite, Senador Jorge Viana – V.

Ex^a estava em missão especial e fez questão de voltar hoje de manhã para o Congresso, para presidir a Casa –, não aceitamos, não concordamos, criticamos esse quebra-quebra. A agressão ao Itamaraty é inaceitável. Jogar pedra na Igreja principal, central, a matriz aqui de Brasília, é mais do que inaceitável. Quebrar vidros, como quebraram, por duas, três vezes, tentar botar fogo na Assembleia do Rio de Janeiro, agressão em São Paulo, isso depõe contra o movimento. Nós falamos isto ontem à noite e falo agora: nós apoiamos esse movimento, que chamo mágico, dessa juventude toda que veio para as ruas querendo melhorar a qualidade de vida de todo o nosso povo. Nós apoiamos, mas o quebra-quebra, não. Condenamos. Quero também dizer a V. Ex^a – depois, eu vou à tribuna, naturalmente, fazer alguns comentários sobre o dia de ontem – que concordo, na íntegra, com V. Ex^a. A tal reforma política como é colocada por alguns não atrai a população. Quando se fala em reforma política, o que eles pensam? “Os partidos que estão lá vão fazer uma reforma política nos moldes que interessam a eles, e não à população.” Nós temos que mudar o enfoque do debate da reforma política. E aí eu concordo, sim. Eu apresentei um projeto, há muito tempo, cujo Relator, naquela época, foi o Senador Maciel, que não está mais aqui, o da candidatura avulsa. Qual é o problema em haver candidatura avulsa? Nós somos partidários, nós temos o nosso grupo partidário, mas, se alguém do movimento, como já se fez na Itália, nos Estados Unidos e em outros tantos países, quiser ter uma candidatura avulsa, que tenha. Qual é o problema?! E que dispute livremente o voto da população. A outra questão em que também insisto muito e que V. Ex^a destacou é o voto secreto. Se se quiser mudar a cara deste Parlamento, um gesto forte é dizer: aqui não se vota mais nada secretamente. É tudo aberto. E cada um assuma as suas posições. A população nos passa uma procuração. Como vamos prestar conta para ela? E, agora, com as redes sociais, “como votou o Rollemberg? Como votou o Simon? Como votou o Senador Jorge? Como votou o Paim?” “Não sei, porque eles votam escondido.” No Judiciário, o voto é aberto. No Executivo, eu sempre digo, como símbolo, que é voto aberto, porque, se a Presidenta vetar uma proposta, por melhor que seja, ela terá que explicar por que vetou, terá que mandar por escrito. E nós, não. Votamos tudo escondido. “Eu tenho medo da pressão do Judiciário ou não sei de quem ou de uma autoridade que vai para tal Pasta”. O que é isso? Os tempos mudaram. Por isso, eu quero fortalecer um dos eixos do seu pronunciamento brilhante, tocando em um dos diversos temas: a questão do voto aberto. A desculpa do voto, me permita, quero repetir. Outro dia, eu dizia que, na minha história aqui dentro – estou aqui há 26 anos –, nunca derrubei um voto. E V.

Ex^a concordou, mas disse: “Não, Paim. Houve um que eu sei que V. Ex^a ajuda a derrubar.” E V. Ex^a me alertou. Foi o dos *royalties*. Nós derrubamos juntos. O único, o único, porque havia todo um acordo regional. Votei na proposta do Ibsen e do Simon. O único, em 26 anos. Apreciamos, acho, mais de 10 mil vetos, e há mais de 5 mil guardados na gaveta, que não são votados. Então, que pressão é essa? E V. Ex^a tem razão. A pressão que nós temos que atender é a das ruas. E a Presidenta da República ou o Presidente tem todo o direito de saber mesmo como votamos. Ela tem o direito de saber. E eu tenho o direito de dizer para a opinião pública por que votei. Aí vem o exemplo da PEC nº 37, da PEC nº 33. Vamos votar contra. Eu digo “vamos”, porque já sei a posição da maioria aqui. Vamos votar contra, não há o que esconder. E cada um assuma o seu voto e a responsabilidade de forma transparente. Termino, dizendo: os tempos mudaram. Agora, com um aperto de botão, os jovens vão às ruas, combinam o evento, o ato, fazem essas belas caminhadas, como fez ontem a ampla maioria, e o Congresso vai ter que responder, porque se não será atropelado. Parabéns a V. Ex^a, fortalecendo a democracia e respeitando a nossa juventude.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

E, já que estou falando de reformas na política, quero aqui dar um exemplo da dissintonia com que o Congresso Nacional vem atuando em relação ao desejo da população.

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Não posso deixar de me referir ao último cauísimo eleitoral, à última agressão à democracia, de que todos nós estamos sendo vítimas, que é a tentativa de aprovação, de última hora, de um projeto que restringe a liberdade de organização partidária para prejudicar – para prejudicar – um determinado grupo político em benefício do outro.

Esse é um exemplo, Paulo Paim, do que o Brasil não quer mais. O Brasil não aceita. É muito ingenuidade achar que a população, com todos os meios, com todas as tecnologias de comunicação e informação, é boba. A população não é boba. A população sabe exatamente o que está passando aqui dentro.

E, quando se busca fazer um projeto para retirar de um determinado grupo político o direito que os outros têm – o direito do tempo de televisão, o direito dos recursos do Fundo Partidário –, porque esse grupo político pode ter uma candidatura presidencial que pode atrapalhar ou colocar em risco outra candidatura presidencial, buscando-se mudar a legislação com esse

enfoque específico, passa-se pelo constrangimento de viver o que estamos vivendo nesse momento.

Os Ministros do Supremo Tribunal Federal, embora tenham reconhecido, por sete a três, que não cabe o controle prévio da constitucionalidade num projeto ainda em tramitação, deixaram claro, cristalino, em suas manifestações, que o conteúdo daquele projeto é inconstitucional e que, se ele for aprovado daquela forma, caberá uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, e o projeto será declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Mas, precisávamos, Senador Pedro Simon, estar passando por esse constrangimento? Um constrangimento sabido, um constrangimento alertado de que não podemos fazer uma lei para prejudicar um determinado grupo político em benefício de outro. Isso é um princípio da democracia, isso é um princípio da Constituição brasileira, é um princípio da igualdade. Por que vamos tratar o PSB de uma forma, e os partidos que se estão formando agora de outra? Porque eles são de oposição? Porque eles não representam o pensamento dominante?

É uma ilusão achar que, retirando uns segundos do tempo de televisão, isso vai efetivamente modificar a vontade das pessoas, porque a vontade, as manifestações estão aqui. Elas não foram convocadas pelos jornais ou pela televisão. Elas foram convocadas pelas redes sociais. E, hoje, as pessoas sabem e acompanham o que está acontecendo no plenário neste momento pelas redes sociais.

Precisamos mudar de atitude. Temos que reconhecer que a crítica maior atinge todos. Claro, alguns estão mais sintonizados ou menos sintonizados com a vontade da opinião, mas a crítica é a todos. A crítica é à política, aos políticos, aos partidos políticos, às instituições. Mas a crítica deve servir para transformar radicalmente essas instituições. Não podemos negar ou destruir completamente – negar até podemos, não podemos destruir – as instituições, porque precisamos delas. E é por isso que estamos aqui, do lado dos manifestantes que vieram com as suas bandeiras políticas, com as bandeiras de reivindicações.

Mas aqueles que depredaram o Itamaraty, aqueles que partiram para a violência e para o confronto, estes são a velha política. Essas são práticas fascistas com as quais não concordamos. Nós repudiamos, e o movimento também repudia. Basta entrar no Facebook agora que veremos milhares, milhões de manifestações de repúdio às depredações, à violência.

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Mas as manifestações da juventude são por uma agenda política, por uma pauta política radical, mas entendendo que o confronto deve se dar no campo das ideias, e não no campo da violência.

Era esse o registro, Senador Jorge Viana, que eu gostaria de fazer na manhã de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Rodrigo Rollemberg, pela maneira realista com que analisa este momento tão especial na vida brasileira, em que nossa juventude, nosso povo, se manifesta, expondo sua inquietação e seus problemas, e também na expectativa de um Brasil melhor.

Convidado para fazer uso da palavra, em permuta comigo – já que os colegas Senadores já falarão além do que o Regimento prevê –, o Senador Pedro Simon, que tem um compromisso daqui a pouco. Fala o Senador Pedro Simon, como orador inscrito, e, depois, eu faço uso da tribuna também.

V. Ex^a, Senador Pedro Simon, que saiu tão tarde daqui e já está tão cedo de volta, talvez trazido, como sempre, pela preocupação com o momento que o nosso País vive, tem a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu agradeço vossa gentileza em permitir o tempo comigo. Não que eu vá sair. Eu pretendo voltar ao Senado, mas às 10 horas e pouco eu terei que ir à Universidade de Brasília, onde o Professor Ivan Marques de Toledo Camargo, Reitor, convida à cerimônia de outorga do título de Professor Emérito ao biólogo brasileiro Carlos Roberto Félix.

O motivo é muito simples. Está aqui o diploma com o qual Carlos Roberto Félix entra no top dos cem cientistas, pelo esforço feito na área da bioquímica. Os cem maiores cientistas do mundo. Entre eles está o nosso ilustre conterrâneo. Testemunhado na data abaixo pelos oficiais do Centro de Biografia Internacional, em sua sede em Cambridge, Inglaterra, e assinado pelo editor-chefe e diretor-geral.

É algo que emociona, Sr. Presidente. Para nós que lutamos tanto para entrar no primeiro mundo, esse foi um grande passo. Entre os cem maiores cientistas do mundo, passamos a ter um, aqui de Brasília, que nos honra muito.

Sr. Presidente, antes de vir a esta Casa, passei, como geralmente faço, na igreja do Santíssimo Sacramento. Para nós católicos, tem um significado que, naquela igreja, durante 24 horas por dia, esteja exposto Jesus no Santíssimo Sacramento: para nós

é Deus que está presente. E, como disse ontem aqui, rezei. Rezei pela nossa Presidenta. Eram exatamente 9 horas, horário em que a reunião deve ter começado. Pedi a Deus que inspire a nossa Presidente, que lhe dê condições de ver, de olhar, de analisar e de acertar neste momento.

Sua Excelência, a Presidenta, teve muitos momentos, na sua vida, de angústia, de dificuldade. Torturada em um pau de arara, sofrendo o que ela sofreu, é fácil imaginar quão longa e difícil trajetória ela teve. Chegou à Presidência da República por, eu diria, quase que um destino; foi predestinada. Pela sua caminhada, pelo seu início, como secretária da Prefeitura de Porto Alegre, pelo PDT, nem era PT, entrou no Ministério do Lula, por insistência dele, porque o Lula gostou do trabalho dela, e não por indicação do PT do Rio Grande, que tinha muitos Ministros. Foi, impôs-se e foi uma grande Chefe da Casa Civil. Impôs-se e ganhou. E começou com o pé direito. Começou firme, começou com garra, começou com luta, mas, infelizmente, a situação chegou a esta em que estamos.

E é impressionante, Sr. Presidente. A Presidenta deve estar se perguntando: "Mas se as últimas pesquisas me deram os índices mais altos de prestígio que um presidente já teve; se o meu Governo é considerado ótimo pela imensa maioria; se a imensa maioria diz que eu sou candidata à reeleição; se a imensa maioria diz que eu sou mais candidata à reeleição do que o próprio Lula; como é que, de repente, baixa do jeito que baixou?". A política é isso. O General Pétain, herói na Primeira Guerra na França, herói da resistência, foi traidor na Segunda, quando, a pretexto de salvar Paris, fez um acordo com Hitler e deixou que a Alemanha invadisse a França.

Digo, com isso, apenas o seguinte: o povo está na rua. Endosso o discurso do Paim e do nosso ilustre Senador de Brasília: essa algazarra que está aí não é o que queremos. E vamos fazer justiça: não é o que os organizadores queriam! Eles repetiram, repetiram, repetiram várias vezes, inclusive pediram: "Não compareçam!". E o pedido de não comparecer eu não levei como ofensa, como agressão, apenas achei que eles queriam fazer uma manifestação de povo e não queriam ver partidos, porque, se tiver partido A, vai partido B, e, daqui a pouco, se acusa partido contra partido, e não é o que eles queriam.

Hoje, vi no jornal, Paim, que a Presidente está lamentando a decisão do Presidente nacional do PT de mandar os militantes para a rua. Que bom isso! Porque, na verdade, só havia uma interpretação: se ela vai a São Paulo, se reúnem Dilma, Lula, Mercadante, o Presidente do PT e Santana, da publicidade, e, saindo dali, o Presidente do PT vai e comanda os jovens do

PT para botarem camisa vermelha e enfrentarem, é um absurdo. E a única interpretação que há é que foi uma decisão da reunião. Como é que ela sai de uma reunião com o Lula e esse rapaz e dá uma declaração dessa natureza? Por isso, a nota que ela está dando, repudiando, é muito positiva.

Creio, Sr. Presidente, que deveríamos fazer agora uma profunda reflexão: as coisas aconteceram, foram positivas, mas, na verdade, o que o público está fazendo na rua hoje, mais do que tudo, mais do que Dilma, mais do que tudo, é o Congresso Nacional, porque, para as reformas saírem.. É verdade que nós... Todo mundo depende da Presidenta, mas depende no medo, no troca-troca, porque, no voto, podemos fazer o que queremos.

Eu dizia, anos atrás – quando falava, os olhares a mim pelos colegas era meio de deboche – "Essa gurizada vai para a rua. O mundo está mudando, as redes populares de televisão estão espalhando". Derribaram o governo do Egito sem uma bala, sem coisa nenhuma, só reunindo o povo em roda do palácio, e o presidente foi obrigado a renunciar.

Isso hoje é uma realidade. Hoje, é uma realidade que mostra outra face. Há os que vão para a rua querendo apoiar, querendo ajudar, querendo debater as grandes ideias, e há os que vão para a rua querendo fazer baderna, querendo fazer anarquia, querendo fazer confusão, querendo tumultuar, querendo agitar.

Tem um caso típico que é muito importante nesse sentido. Não ontem, anteontem, vi um rapaz, apareceu nítido na televisão, pegando barra não sei do quê e quebrando os vidros da Prefeitura do Rio de Janeiro. Ele fazendo tudo. Hoje ele está preso. A polícia o identificou, e hoje ele está preso, está aonde deve estar. E deve responder pelo crime que cometeu.

Acho que, hoje, a gente conhece tudo. Inclusive, cá entre nós, com o nosso telefone, com o celular, você filma. A Globo pede: "Vocês que têm filme, quem têm qualquer coisa para mandar, mandem para nós que nós editamos e damos o nome de quem está mandando". Aliás, o mundo inteiro está cheio disso.

Então, eu digo daqui: quem está vendo alguém atirando pedra, alguém agredindo, alguém usando de violência, fotografe e mande para a imprensa.

Mas eu espero é da reunião de hoje. Meu olhar está para a reunião de hoje. Digo, com todo o respeito, que, olhando, não sei, dizem que são os principais ministros que a Presidente vai reunir. Eu não tenho nem ideia, não podia nem dar palpite para saber quais são os principais ministros. Não sei. Mas ela vai reunir os principais ministros.

Em primeiro lugar, que a Presidente seja tranquila. Não é hora de mostrar o lado radical. É hora de

mostrar comando. E comando se faz não no grito, mas no diálogo. É hora de ela tomar uma grande posição, uma grande posição. Ela tomou uma grande posição quando estava na Presidência. Quando sete ministros cometem atos de ilegalidades, ela demitiu os sete. E foi com esse ato de não aceitar desvios que o prestígio dela subiu para onde subiu. Hoje, ela tem uma posição a tomar.

Senhora Presidenta Dilma, ou continua com a política do troca-troca – vota comigo e leva o cargo, vota comigo e tuas emendas serão atendidas – ou terá a política da grandeza – convoca-nos, manda o projeto e pede para votar porque é bom para o Brasil, e não porque é bom para o PMDB nem para o PT, nem por isso nem por aquilo, mas porque é bom para o Brasil.

É hora de ela se identificar, é hora de ela se identificar com esse povo que está na rua. Ela diz que está analisando, que está recebendo a discussão, que está ouvindo as ruas para discutir. E agora ela vai se reunir.

Que critiquem os cretinos que tentaram atirar pedras na Catedral e outros cretinos que atiraram pedras na obra mais bonita que temos em Brasília, que é o Palácio das Relações Exteriores.

Protestem! Busquem os responsáveis! Isso é correto, mas, fundamentalmente, que penetremos no âmago da questão.

A questão começou com os R\$0,20 da passagem, mas todos nós sabemos, todos nós sabemos, todos nós sabemos que existem questões que estão aí: o problema da Emenda 37, dos procuradores, é impressionante o que já apareceu na pesquisa feita: 87% a favor dos promotores!

Reforma política nesta Casa, nós que temos que fazê-la, mas não a nosso favor. Uns líderes querem que a reforma política seja com o candidato majoritário e que quem o indique seja o partido. Então, o presidente de partido, em alguns lugares, é o comandante. Vai aparecer candidato a Deputado em que o primeiro é ele, em segundo, a mulher, em terceiro, a avó, em quarto, a empregada... Porque é isso que tem acontecido. Isso já acontece agora em municípios, em alguns lugares, em alguns estados, em que o comando é distribuído entre os parentes.

Então, vamos escolher uma forma de independência.

O voto majoritário – eu até sou sincero – é uma etapa que seria muito feliz, em que nós tivéssemos partidos sérios, responsáveis, competentes, partidos como nos Estados Unidos – o Republicano e o Democrata. Então, o voto majoritário seria importante, porque aí o partido botaria os melhores candidatos,

por ordem de importância, para ganhar os votos. Mas, de qualquer maneira, nós não temos que decidir aqui, nem fora daqui, nem pelas Lideranças.

Que me perdoem a sinceridade os Srs. Líderes, mas há um exagero de Líderes, são mais de 40. Esses Líderes hoje não estão mais no estilo de antigamente, quando o Líder era o mais competente, era o mais antigo, era o que tinha mais capacidade. Hoje é um grupo. Eles comandam? Comandam. Então, tem que ser gente deles em cada uma das posições.

Por isso a D. Dilma está com a palavra.

D. Dilma, o seu pronunciamento hoje, desde que a senhora tomou posse na Presidência da República, é o mais importante que a senhora vai fazer. Eu diria mais, Presidenta, hoje realmente é o início com relação ao destino do prestígio do seu nome junto à sociedade. Caiu dez pontos? Caiu. Mas, a partir de hoje, vai se decidir o rumo: se ela vai continuar caindo ou se ela vai se estabilizar e começar a subir.

Eu acho que, infelizmente, nós da aliança democrática para derrubar a ditadura tivemos que fazer uma aliança e uma composição em que o Fernando Henrique pegou como vice alguém – aliás, um excepcional companheiro – que representava a Direita, do PFL. E aí as coisas já não começaram bem, já não foram bem.

Nós estamos devendo à sociedade uma posição concreta, objetiva, real. Quando o Senador Cristovam fala em convocar uma Assembleia Nacional Constituinte, eu entendo o porquê. É porque ele, como toda a sociedade, não acredita no Congresso Nacional, duvida que nós façamos alguma emenda positiva a favor do povo brasileiro. Mas aí está.

Senhora Presidenta Dilma, em seu Governo, a partir de hoje, em vez dessas decisões como essa última agora do Supremo, quando foi o ex-prefeito de São Paulo para fazer um partido, o PSD, para apoiar o seu Governo, a lei foi aprovada, correndo, e até se cometeu este ato esdrúxulo que eu não consigo entender: Vice-Governador de São Paulo e Ministro da Dilma... Eu não consigo entender. Como é? Divide o horário? De manhã, ele é Ministro da Dilma; de tarde, ele é Vice-Governador? Qual a fórmula com que isso é feito? E foi a Dona Dilma que o nomeou.

Por isso, Excelência, não me passa por aqui e seria ridículo da minha parte...

O Sr. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Simon, permite-me um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Só um minutinho.

Não me passa por aqui e seria ridículo da minha parte pedir que a Presidenta Dilma rompesse com as alianças ou – romper não digo – se atritasse com as alianças do PMDB, do PT, do PDT, de todos os parti-

dos que estão aí. Eu não digo isso. Mas ela pode reunir os partidos, pode mostrar as manchetes que estão percorrendo o mundo inteiro: "Um milhão vai às ruas" – e não dizem que era um; eram dois. Essas são as manchetes de todos os jornais do Brasil e do mundo. E ela pode dizer: "Nós temos que encontrar uma saída para isso; temos que encontrar uma saída."

Doutora Dilma, não há outra saída senão seguir o paradigma da dignidade, da seriedade. Fazer com que realmente o entendimento político, o Governo participativo seja feito nesse sentido. Mas não – mas não – em troca da distribuição de cargo.

A CUT ontem resolveu aparecer em São Paulo. Quando é que a gente imaginou que a CUT iria a São Paulo e não à polícia? Mas os jovens tiraram as bandeiras e os proibiram de ir. O Presidente mandou, e milhares foram a São Paulo com a camiseta do PT fazer o confronto, levantar. Foram obrigados a baixar e se humilhar.

Presidenta Dilma, Vossa Excelência vai falar à Nação. Pense bem. Se Vossa Excelência vai se agarrar àqueles que dizem que tem que ser esse caminho para ser reeleita...

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – ... ou se Vossa Excelência vai seguir o caminho do que é sério e do que é digno, que, na minha opinião, pode levar à reeleição.

E eu faço um apelo, embora saiba que leitura de atos meus não tem a simpatia da Presidente. Mas eu tenho simpatia por ela. Tenho. Confio nela.

Pois não, Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Simon, eu hoje conversava com o Senador Jorge Viana e ele me perguntava como é que foi a nossa vigília de ontem. Eu disse que foi muito positiva, mas disse a ele, e vou dizer de público, que eu estava um pouco constrangido com essa posição de que haveria um documento, uma nota do Presidente do nosso Partido pedindo para que os militantes fossem para as ruas com a bandeira e com a camisa vermelha, enfim. Senador Jorge Viana, o que é que eu entendo sobre essa questão? E ontem eu não falei sobre isso e quero falar aqui na presença do Senador Simon: A ideia foi boa, a forma de expressar é que foi ruim. E por que eu digo que a ideia foi boa? Se esse movimento é suprapartidário, ninguém vai achar que lá entre aquelas duas milhões de pessoas, como eu digo, não havia gente de todos os partidos. Claro que havia! De todos os partidos. Se não nós vamos dizer que a nossa juventude não quer nem votar e não tem nem o mínimo de visão político-partidária. Claro que tem! O que a juventude não quer...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Camiseta não tinha nem do PSOL.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – O que a juventude não quer é que nenhum partido assuma a liderança ou o comando do movimento. É como eles dizem: o movimento não quer ser conduzido pelos partidos que estão aí, mas é um movimento que até respeita os partidos, mas não na condução do movimento. Por isso, eu entendo, Senador Simon, onde está o erro: ir com a bandeira e se identificar como esse ou aquele segmento...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – E a camiseta.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – E a própria camiseta. Esse foi o erro. Mas também quero dizer para V. Ex^a que, de fato, se sabe do carinho que tenho pela Presidenta Dilma. Eu era um operário de fábrica, e a Presidenta Dilma foi à fábrica – ela e o marido Carlos Araújo – me convidar para ser dirigente sindical. A Presidenta Dilma entregava panfletos na porta das fábricas junto com o Araújo – que V. Ex^a conhece, que foi Deputado, Advogado, por quem tenho o maior carinho e o maior respeito e que me ajudou muito ao longo da minha vida. Todas as vezes que fui candidato, a Presidenta Dilma, inclusive, quando a disputa era entre mim – operário, negro e metalúrgico – e uma mulher, ela abria o voto, no mesmo partido, para este Senador. Mas eu confesso que eu também... Essa questão do Afif eu não entendi. Até quero entender, mas não entendi. Não há muita lógica, e as pessoas não entendem. Então, eu acho que, nessas coisas, nós temos que ter a grandeza de querer acertar, mas às vezes a gente erra. Quando é que nós erramos ao longo de nossas vidas? O Vice-Governador de São Paulo, do PSDB, ser Ministro ao mesmo tempo é algo que não casa – estou pegando a sua fala inclusive –; é algo que não casa. Então, quero apenas me somar neste momento, e estou torcendo também como V. Ex^a, para que a Presidenta faça um grande pronunciamento ao País...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Será que esse Ministro será convocado hoje para a reunião dos ministros ou estará com o Governador de São Paulo discutindo o que vão fazer?

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Eu lhe confesso que não sei nem se ele é Ministro ou é Vice-Governador. Não tenho claro o papel dele, o papel dele, não institucional. Mas qual é o papel dele? Ele está ajudando a governar São Paulo ou está ajudando Brasília? Não sei. Entendo, acho que essas coisas não pegam legal. Temos que ter a grandeza de entender que não é por aí e que podemos acertar. Acho, de fato, que a Presidenta tem que fazer um pronunciamento à Nação, ao País, que se encontra nesta situação toda.

Claro que é um movimento, como digo, mágico, porque a juventude, que muitos diziam que estava adormecida – se estava ou não, não sei; ou se estava se preparando –, está aí no campo, está no cenário, está no palco, está como sujeito da história; não está como coadjuvante. Agora, a quebra-deira, a balbúrdia que aconteceu, isso merece uma posição perante o País, de Chefe de Estado mesmo, dizendo: sejam bem-vindos às manifestações, seja bem-vinda a juventude, agora, aqueles que hoje quebram a Catedral, o Itamaraty, as Assembleias, amanhã, poderão quebrar as suas casas, porque perdem o controle.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Um que quebrou a Prefeitura do Rio de Janeiro está na cadeia.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – E me parece que já foi solto. É um estudante de Arquitetura e saiu sorrindo, inclusive. Então, acho que este momento exige, e tenho certeza de que o Conselho – os seus Ministros – vai caminhar nesse sentido, e muita gente diz, Senador Jorge Viana – e vou para aí, para presidir em seguida: “Ah! Mas não devem falar no assunto!”. Como não falar? Nós somos agentes públicos. Temos responsabilidade com este momento histórico; temos que valorizar o movimento da juventude, mas temos que ajudar no combate àquilo que muitos querem fazer, que é o quebra-quebra, que não vamos aceitar. E não podemos nos omitir; temos que ter posição clara, sim. Por isso, mais uma vez, cumprimento V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Encerro, Sr. Presidente, agradecendo a tolerância de V. Ex^a.

Volto a me dirigir à Presidenta. Desde que ela assumiu, hoje é o pronunciamento mais importante da vida dela.

O Santana é um homem de imprensa, é um baiata cara, competente e responsável. E às vezes eles até acertam. O Duda Mendonça transformou o Lula bigodudo, gorducho, enorme, num cara com a pinta de banqueiro. Mudou. Mudou até o discurso. O Lula realmente foi feito um modelo.

A Dilma não é isso. A Dilma tem personalidade própria, que já é a que vem das lutas. Ela tem condições de assumir um momento histórico. Mas o importante é que a gente louva a Princesa Isabel porque proclamou a abolição da escravatura – ali foi um ato importante –, mas, em termos de mulher, há um lugar vazio, que a Presidenta Dilma pode ocupar.

Ou é isso, com o apoio da Nação, ou é reunião com o Lula, com o Presidente do PT, e não sei o quê, que vai conduzir a não sei o quê. Ou ela se une à Nação, sendo firme, não aceitando a política do troca-troca. A política deve ser a do entendimento, do diálogo.

Vamos reunir os partidos; unidos, cada um vai pegar uma parte – tu é isso, tu é aquilo, tu é aquilo outro –, mas não no troca-troca, não no “me dá aqui, eu te dou lá”. Isso é importante, Sr. Presidente.

Aliás, ontem até a CUT apareceu.

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – A CUT, que só cuidava da gestão dos fundos de pensão da Petrobras, ontem apareceu. E quem diria que ela seria mal recebida pelos jovens? Pois foi. A Une, pelo menos, não apareceu. Não teve coragem de aparecer.

Vamos fazer isso, Senador. O senhor, que é um dos grandes líderes do PT, daqui a pouquinho, vá lá dar um telefonema. Diga que isso é o que todos nós queremos.

Acho que deve estar vendendo as manchetes de hoje. O Presidente do PT deve estar muito magoado, porque as manchetes são todas dizendo que a cúpula, o comando... O erro inicial foi ele ter mandado os jovens do PT de camisa vermelha fazerem o confrontamento. Isso aí foi o resultado do confrontamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu cumprimento V. Ex^a, Senador Pedro Simon.

V. Ex^a, sempre que usa a tribuna desta Casa, chama a atenção de todos. E fico contente, como alguém recém-chegado à Casa, em ver que, diante de manifestações, V. Ex^a tem posições muito ponderadas e, ao mesmo tempo em que mostra preocupação, discorda de qualquer ato de violência, levando-nos a todos a uma reflexão.

Essas manifestações, que são legítimas, podem ajudar o Brasil a ficar melhor, mas não podem ser um sinônimo de violência, como nós vimos em várias cidades ontem, atitudes essas repudiadas por todos que usaram da tribuna.

Eu passo a direção dos trabalhos ao Senador Paim para que eu possa, como orador inscrito, fazer uso da palavra.

O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^as Senadoras, eu queria cumprimentar a todos que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado.

Eu, na segunda-feira, fiz um pronunciamento, exatamente desta tribuna, oportunidade em que fui aparteado pelo Senador Paulo Paim e por outros co-

legas. E, como todo brasileiro, estamos observando, refletindo, conversando, tentando entender e, ao mesmo tempo, tentando ver de que maneira podemos ajudar para que as manifestações vindas da nossa sociedade, especialmente da nossa juventude, possam nos ajudar a fazer com que o nosso País fique melhor, que a nossa sociedade possa melhorar.

Na condição de Senadores da República, na condição de políticos, nós temos obrigações maiores do que o conjunto da sociedade, no sentido de termos que encontrar uma maneira de dar uma maior contribuição, de dar um entendimento a esse processo. As pessoas agora nos perguntam: "Senador, o que está ocorrendo?"

Ontem, estive, aqui em Brasília, numa solenidade, junto com o Governador do Distrito Federal, Governador Agnelo, na Câmara do Comércio da França, num encontro organizado pela Embaixada da França, onde estávamos discutindo os cenários brasileiros e a possibilidade de se ampliar a cooperação comercial, a presença de empresas francesas no Brasil, empresas que estão interessadas neste país emergente, juntamente com outros, mas que tem consolidada a sua democracia. E esse é um valor fundamental na hora em que empresas, o próprio capital, os grupos econômicos tentam desenvolver suas atividades. Nesse momento, eles consideram como fundamental essa estabilidade política que o Brasil conquistou. Assim, todos, obviamente, nos perguntavam: "Mas o que está acontecendo? O que isso significa?"

Então, Senador Paim, V. Ex^a que é tão presente aqui no plenário, que preside a sessão nesta hora e que acompanha, há tantos anos, o plenário desta Casa, certamente, como já me disse hoje cedo, quando conversávamos, antes mesmo da sessão, nós temos uma situação realmente nova no Brasil.

Todos nós já tivemos o privilégio, a felicidade de, de algum jeito, escrever, em um cantinho das nossas lembranças sobre nossas vidas, o envolvimento em grandes causas, em grandes lutas.

Eu tenho muita satisfação de poder falar para as minhas filhas, falar para os meus parentes, para os meus amigos, para a juventude do quanto eu me sinto contente por ter ajudado, de alguma maneira, no processo de redemocratização do País, como estudante, como militante político, e, depois, tendo a oportunidade, pelo Partido dos Trabalhadores, por ter ajudado a mudar o Acre. O Acre vivia um caos absoluto, e foi, por meio do voto, de uma atitude da população e, com isso, de mudanças que nós promovemos no governo, que nós fizemos uma transformação no Estado do Acre. A situação do Acre, hoje, é muito melhor.

Não tenho dúvidas, Senador Paulo Paim e Senador Moka, de que essas manifestações, certamente, podem ter várias análises, mas elas são filhas do Brasil novo que nós conseguimos fazer, um Brasil novo que só aconteceu por conta de um Lula na Presidência, de uma Presidenta Dilma. E já naquela segunda-feira, V. Ex^a o dizia.

Ora, nós podemos fazer, aqui, uma relação direta dessas manifestações que estão ocorrendo no nosso País com outras que identificamos no mundo.

Já que me referi ao que ocorreu ontem, numa agenda que cumpri, posso lembrar, por exemplo, que uma das marcas do mundo ocidental é a Revolução Francesa. Mexeu com nossas vidas. Radicalizou na liberdade, simbolizada no lema "fraternidade, igualdade e liberdade". Trouxe princípios e conceitos para a vida ocidental, a Revolução Francesa. Foi feita com ruptura, e é fonte de inspiração das Constituições, inclusive a nossa, e da ação do Parlamento, inclusive o nosso.

Mas o último time campeão, já que estamos nesse clima também de futebol, foi o Paris Saint-Germain. Foi o campeão do futebol francês. Na celebração da vitória do Paris Saint-Germain, agora, recentemente, na França, houve mais danos do que a soma de todas as manifestações que ocorreram no País nessa última semana – danos materiais. Então, o país símbolo da revolução, que trouxe conceitos e princípios, lida hoje com isso.

Eu vou mais adiante. Eu tive o privilégio, alguns anos atrás, de participar de um 14 de julho na França. É um sonho participar da celebração da Queda da Bastilha, da Revolução Francesa. A história do Acre tem vínculo direto com essa data, o Estado independente do Acre, de Gálvez. Vinculado à Queda da Bastilha. E sabe o que acontece, Senador Paim, quando se celebra a Revolução Francesa na França? É um dos maiores problemas para as forças de segurança daquele país. São milhares de carros queimados, patrimônio depreendido. Eles não conseguem identificar o porquê disso, a não ser que haja um ambiente, colocado nesse gigantismo que as cidades ganharam, nessa pluralidade que as cidades absorvem, e, aí, encontraram um jeito, todos os ano, de montar um aparato especial para evitar que os danos sejam ainda maiores. Eu estou falando de milhares de carros incendiados nas ruas, o que é inaceitável, absolutamente inaceitável!

Então, eu só estou querendo dizer com isso que há algo que nós temos que reconhecer: são mais que legítimas essas manifestações; são a expressão do nosso povo, e elas não são em cima do nada. Certamente, temos alguns problemas sobre os quais temos obrigação de refletir e procurar absorver as mensagens que estão sendo mandadas, seja por um cartaz, seja

pelo número de pessoas, seja por aquilo que eles conseguem passar adiante, mesmo ainda sem uma maior pauta ou uma definição de pauta. Mas as mensagens estão vindo.

Só não dá para aceitar a violência. Essa não dá para aceitar! Aí não há negociação. O Senador Pedro Simon acabou de fazer um discurso, protestando, Senador Moka. O Senador Rodrigo Rollemberg já havia falado. O aparte de V. Ex^a também foi nesse sentido. Ontem, vários Senadores, até quase meia-noite, estavam colocando essa preocupação. É inaceitável, porque, aí, não é a violência da manifestação; é a violência dos que usam as manifestações. E estes poucos precisam ser identificados, têm que receber um tratamento diferente aqueles que põem em risco vidas humanas, que destroem patrimônios, como fizeram aqui, em Brasília, na Catedral e no Itamaraty.

Nossa solidariedade a todos que trabalham no Itamaraty, do mais simples funcionário até o Embaixador Patriota, que tem a responsabilidade da gestão da casa da diplomacia brasileira, um símbolo para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me, Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu ouvi, hoje, uma entrevista tranquila e sereina do nosso Embaixador e Ministro Patriota. Ele disse o seguinte: “Estive apoiando o movimento. Estou apoiando, mas, depois do que fizeram no Itamaraty, o quadro mudou. Agora, é grave.” Ele foi tranquilo. É inadmissível, diz ele, o que fizeram. Ele que sempre se posicionou, publicamente, na alegria de ver a manifestação da nossa juventude. Só para fortalecer um pouco o nosso Ministro Patriota.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu queria aqui externar a minha solidariedade a todos os funcionários do Itamaraty e ao próprio Ministro Patriota.

O Itamaraty, essa obra-prima do Niemeyer, é cercado de águas. Ele é como um prédio suspenso por colunas paralelas. E, ali, bem na frente, há um monumento de concreto, que eu admiro há décadas, desde quando eu estudava aqui, que tem cinco partes, representando os cinco continentes. E ele está dentro da água, simbolizando a harmonia que precisa estar presente, como os oceanos fazem com os nossos continentes, que sempre são cercados de água.

Então, a meu ver, ontem, houve – é bom que se diga –, por parte de algumas que não estão interessados num Brasil melhor, atitudes que, inclusive, mancham essas manifestações que lutam por um Brasil melhor.

Como disse o Senador Pedro Simon, todo mundo tem um telefone celular, todo mundo está filmando. De modo que os vândalos, nesse caso, precisam

ser identificados e pagar por isso, senão fica em risco esse legítimo movimento, que nos dá a oportunidade de uma profunda reflexão – principalmente por parte de quem compõe as instituições – e que nos impõe refletir sobre o que devemos fazer para que esses jovens brasileiros, que se sentem à margem dos partidos, das instituições e até das políticas, possam se sentir incluídos e parte de um processo de um Brasil novo, que nós começamos a conquistar, mas que precisa dar passos adiante.

Ouço, com satisfação, o aparte do Senador Moka.

O Sr. Waldemir Moka (Bloco/PMDB – MS) – Senador Jorge Viana, Senador Paim, tenho acompanhado atentamente o pronunciamento de todos os Senadores aqui. Fiz questão de ficar em Brasília, porque acho que é um dos momentos mais sérios. E olhem que é um país, que tem, se olharmos e compararmos... O que está me preocupando, primeiramente, Senador Jorge Viana, é que, no Rio de Janeiro, o pessoal fala em 300 mil. É muito mais do que isso! Dez por cento de 300 mil seriam 30 mil; 1% seria três mil: então, as pessoas que se aproveitam do movimento não são 1% das pessoas que saíram pacificamente, no Rio de Janeiro, para protestar. Então, essa é a primeira questão. Nós precisamos entender que há, realmente, um movimento muito grande. É uma insatisfação, não é uma coisa específica. É uma coisa generalizada, que o Congresso, a classe política, os políticos têm de entender. E não adianta alguém aqui achar que vai ser diferenciado se apoiar ou rejeitar. Não; é a instituição como um todo. O que o Congresso tem de fazer, e urgentemente, é chamar os líderes, fazer uma pauta, uma agenda que esteja sintonizada com o que o pessoal está pedindo. Acho que este seria o momento, Senador Jorge Viana, de dizer: nós estamos entendendo o que vocês estão refletindo nas ruas. E, no ano que vem, vai haver eleições. No ano que vem, toda essa eleição... Não é mais a questão do voto, o que percebo é a participação. Então, não podemos mais discutir as coisas. Quanto a essa questão da Copa do Mundo, quando foi anunciado que íamos sediar a Copa do Mundo, eu não me lembro de ninguém ter protestado. Pelo contrário. O País entendia, naquele momento, que era uma coisa excelente. Não houve informação suficiente de que trazer a Copa para cá implicaria nisso, nisso e nisso, ou seja, no tipo de gasto que haveria. É claro que, se há obra supervvalorizada ou alguma coisa desse tipo, isso precisa ser colocado. O Congresso Nacional... E aí, Senador, falo como alguém que tem uma vida inteira na política, com vários mandatos consecutivos, do que me orgulho. No meu Estado, a manifestação foi absolutamente pacífica. Graças a Deus, em Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, nós não tivemos

nenhum tipo de acirramento ou de quebra de alguma coisa. Pelo menos eu não vi noticiado nada assim. A informação que eu tenho, pelos jornais, é que foi um movimento pacífico. Quero dizer a V. Ex^a que eu acho que o Congresso, nós, aqui, temos que, urgentemente, saber qual é a agenda. É a PEC 37 que precisa ser arquivada? É a questão da saúde, já que deixamos de votar os 10% da participação da União? Qual é a pauta que precisa ser colocada? É claro que isso vai precisar de uma interlocução aqui. O Governo Federal, a Presidenta Dilma, tenho certeza... Temos que ter sensibilidade para trazermos para o Congresso uma pauta que possa refletir o que está sendo colocado e está sendo dito para todos nós. E aqui não há nem um nem outro, mas há a instituição como um todo. Eu, pelo menos, vejo dessa forma, meu caro Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Moka, e o incorporo plenamente ao meu pronunciamento.

Senador Paim e todos que me acompanham, eu queria dizer que o que estamos vivendo hoje é a expressão desse mundo novo. Temos visto manifestações em vários países, a sociedade está mudando. A Primavera Árabe é um fato concreto que agora é parte da história contemporânea. O mundo é outro. A revolução tecnológica que vivemos, o fim das fronteiras entre países, o fim das barreiras e essa possibilidade de comunicação em tempo real nos colocam diante de um mundo novo com problemas velhos. Os problemas do mundo seguem velhos, mas o mundo é novo. A miséria está posta, a fome está posta, assim como há ausência de liberdade em vários pontos do mundo. São problemas que seguem velhos, mas o mundo é outro, ele se comunica, em tempo real.

Eu vou dar um exemplo, Senador Paim. Há um ano, eu ocupei aquela tribuna e anunciei que estava abrindo uma conta no *Twitter* e uma página, uma *fan page*, no *Facebook*. Há um ano. Eu, que tenho treze mil e poucos seguidores na minha *fan page* – não tive perfil no *Facebook*, fui direto para uma *fan page*, que é mais complexa –, já fiz postagens que foram visualizadas por 160 mil pessoas nesse ano. Então, uma pequena página da internet, uma *fan page*, faz uma postagem que é visualizada por 160 mil pessoas. Isso é metade da população da minha cidade, Rio Branco. É algo absolutamente novo, uma comunicação nova, viral.

São esses instrumentos de comunicação, fruto da revolução tecnológica, que nossa juventude usa para se comunicar, para conversar, para protestar, para falar. É a sua maneira de se organizar.

Mas, para mim, nós estamos diante de um Brasil novo. Acho que essas manifestações, sim, são filhas

desse mundo novo, desse Brasil novo. É real. Nós temos um PIB cinco vezes maior do que o que tínhamos há dez anos; nós temos um salário mínimo três, quatro vezes maior do que o que tínhamos há dez anos; nós temos 40 milhões de pessoas que acessaram a classe C... São 100 milhões de brasileiros que estão na classe C. São conquistas invejáveis no mundo. Nós temos o pleno emprego, fruto do trabalho do Presidente Lula, da Presidenta Dilma.

Mas que tipo de novas reivindicações vieram junto com essas conquistas sociais? O Luz para Todos, o Minha Casa, Minha Vida? Ora, eram pessoas excluídas que agora estão incluídas. E querem mais. O grau de exigência dos acreanos só aumentou com as melhorias que nós fizemos no Acre. Mas aumentou muito. E aí, acho que cabe ao nosso Governo, porque eu fico contente de ver que, de tudo que procurei ver aqui, dos debates que ocorreram, não vimos, aqui, oportunistas querendo jogar a culpa no nosso Governo. Não. Vimos, aqui, Senadores de todos os partidos falando que não há uma ação direta contra governo A, B, C ou D, mas contra tudo e contra todos. É um questionamento às instituições. É a busca de uma agenda nova. As manifestações precisam ser entendidas como tal, sob pena de quem tentar fazer um entendimento diferenciado estar querendo, equivocadamente, irresponsavelmente, fazer um manuseio ou um uso, para atender a interesses escusos, de manifestações que estão acontecendo simultaneamente nas cidades brasileiras.

Então, Sr. Presidente, eu pergunto: as nossas instituições estão velhas ou novas? Elas são algo novo ou algo velho, que não se coaduna mais com essa sociedade nova em que estamos vivendo? Não tenho dúvida de que nossas instituições envelheceram. Vejo, inclusive, mudanças importantes que o próprio Executivo fez, mas acho que, especificamente no Legislativo e no Judiciário, precisamos ter mudanças. O Judiciário fez os Conselhos, abriu um espaço para um controle externo, mas, sinceramente, se todos podem se comunicar com todos, em tempo real, graças à revolução tecnológica, em um aparelhinho que se carrega no bolso, que tem custo baixo, se isso ocorreu, se isso aconteceu, e se temos problemas velhos, as pessoas se sentem, de algum jeito, frustradas por não terem canais de participação. Daí, acho que cabe ao Executivo inovar mais ainda.

Lembro muito bem o começo do governo do Presidente Lula. Uma das ações mais importantes... Alguns não entendiam: "Mas para quê? Nós já sabemos o que tem que ser feito!" O Presidente foi muito questionado quando estabeleceu que teria de fazer conferências em todas as cidades, em todos os Estados, sobre os temas possíveis. Foram conferências,

encontros, debates para ouvir as pessoas, para tentar buscar a participação das pessoas. Foram gestos, atitudes como essas que criaram um ambiente que nos fez governar este País por 10 anos. Passados 10 anos, com o Brasil mudado, com o mundo mudado, o que nós devemos fazer de novo, de inovação, para que as pessoas se sintam acolhidas?

Nesse aspecto, acho que podemos identificar um envelhecimento indesejável dos partidos políticos na relação, por exemplo, com a juventude. Todas as grandes mudanças do mundo tiveram um envolvimento direto da juventude. Todas as grandes mudanças. Mas, Presidente Paim, eu pergunto: que partido, hoje, no País – estou incluindo o nosso, PT –, tem como maior prioridade a juventude? Que partido, neste País, consegue ser uma referência por tratar de maneira adequada, com canais, a juventude? Eu não conheço. Há intenção? Está escrito no Estatuto? Tudo bem. Pego, aqui, matéria de hoje falando “PT não deu atenção a essa nova forma de movimentos sociais.”

Nossos movimentos sociais – V. Ex^a, que é tão dedicado, que faz tantas audiências... –, legítimos, que conseguem grandes conquistas, também estão bastante ultrapassados. A pauta, a agenda é uma agenda de 10 anos atrás, de 15 anos atrás. As mudanças não foram incorporadas, como o dinamismo que o mundo vive hoje, esse mundo sem fronteira, esse mundo de tempo real. Os sindicatos e as corporações diminuem o seu prestígio há muito tempo, porque são, cada vez mais, corporações defendendo direitos exclusivos, ganho salarial, que não pensam a cidade que vivemos, o Estado que vivemos, o mundo que vivemos, o País que vivemos. Esse movimento da juventude, não! Esse movimento da juventude...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) –...quer discutir qualidade de vida nas cidades, esse movimento na rua quer discutir os serviços públicos, quer discutir espaços de convivência. Isso é novo para os partidos, para os governos. Aqui, eu vejo: “Juventude do PSDB critica e, depois, elogia a população nas ruas.” É suprapartidário, o problema é suprapartidário. O sistema político brasileiro está envelhecido. É fato! Quando cheguei aqui, eu falei que iria lutar pela reforma política, porque ela depende só do Parlamento, mas não fazemos a reforma política, nem melhorias no sistema político.

Financiamento de campanha. Eleição no ano que vem. De novo, teremos aquele velho esquema: contratar um banco para ganhar eleição e uma banca para se defender dos processos. Vejam bem que, para ganhar eleição no Brasil, com todo respeito, duas grandes

prioridades: ter um banco, ou seja – estou traduzindo –, ter dinheiro e ter defesa de advogado do outro lado. Por que não criar mecanismos novos, modernos, que incorporem as redes sociais, para financiamento de campanha? Doação, tempo real. Doou agora? Caiu dinheiro? Está na rede. Todo mundo acompanha, em tempo real, quem está ganhando dinheiro, de onde está ganhando, para poder bancar os seus custos de campanha. Há muito a ser feito para resgatar, caso seja feito, o prestígio, o respeito do cidadão ao voto, porque o maior patrimônio do processo democrático que o cidadão tem é o seu voto, que hoje não vale nada. E aí a representação política fica diminuída, e aí instituições como esta Casa, que é uma das mais importantes numa democracia, perdem força, perdem prestígio, perdem voz.

Penso, Sr. Presidente Paulo Paim, que está passando da hora de nós fazermos as inovações, as mudanças que a sociedade, principalmente a nossa juventude, quer. O Brasil é um país jovem, ainda é um país jovem, e tem, agora, uma oportunidade. Eu acho que os governos têm que encontrar uma maneira diferente. Não é essa coisa atrasada que emperra por causa de uma burocracia, que empodera a incompetência, que esconde os desvios... Essa Lei nº 8.666, a Lei das Licitações, isso é coisa velha, ultrapassada, de um tempo passado, que distorce o que é certo e esconde o que é errado. Não ajuda em nada. A Lei das Licitações é uma lei ultrapassada, porque poderíamos dar outro tipo de transparência para a sociedade, não para os burocratas. A Lei nº 8.666 é uma justificativa para os burocratas. Fui prefeito, fui governador... É uma lei burra. Que tal, na hora de construir estádios – estou falando para que a gente possa ter as coisas de maneira diferenciada –, você ter absoluta transparência, nas obras grandes, em tempo real, do seu andamento delas?. Temos ferramentas que permitem isso. Mas não! São processos intermináveis, com questionamentos questionáveis, feitos por burocratas, por pessoas que, às vezes, estão interessadas em outras coisas, não em fiscalizar obras.

A gente vê isso no Acre e em tudo que é lugar, em vez de haver um sistema transparente, que dê satisfação ao cidadão, dizendo: “Está havendo esse investimento desse tamanho, mas estou acompanhando, é possível acompanhar. Esse é um custo de que o Brasil precisa para ficar melhor”.

É óbvio que não tenho dúvida de que nós vamos encontrar uma maneira de superar isso e de que vamos fazer uma boa Copa do Mundo em 2014. Nós temos de superar essa dificuldade agora, na Copa das Confederações. O Brasil precisa estar unido, em paz, celebrando, festejando. Mas vamos alcançar isso se

tomarmos algumas atitudes, se assumirmos alguns compromissos de promovermos mudanças importantes para o nosso povo, especialmente num novo diálogo com a juventude.

É claro, Sr. Presidente Paim, que há problemas seriíssimos nas cidades brasileiras. Olhe: metrôs, serviços de ônibus, tudo que é atividade de serviço público é muito precário neste País, como o metrô de São Paulo. Em tudo que é lugar para onde viajo, eu só ando de transporte coletivo, de metrô. Em Brasília, muitas vezes, no fim de semana, vou à Feira do Guará. Em São Paulo, você é arrastado para dentro do metrô quando nele quer entrar e também na tentativa de dele sair em alguns horários, pela quantidade de pessoas. É lenta e ineficiente a maneira com que há a expansão da rede de metrôs no Brasil.

Repto aqui uma frase, porque gosto dessa área... O cargo que ocupei que mais me deu satisfação – é claro que tenho muito orgulho de ter sido governador – foi aquele em que trabalhei diariamente, o de prefeito, que é muito importante. Graças a Deus, consegui promover mudanças em Rio Branco que mexeram na qualidade de vida! Foi o que fizemos no Estado, e isso segue agora com o Governador Tião Viana e foi feito pelo Governador Binho.

Mas devo dizer uma frase que ouvi outro dia de um ex-prefeito de Bogotá. Ele fala que uma boa cidade, uma cidade moderna no mundo não é aquela que o pobre adquire um carro para se locomover. Senador Cristovam, não se identifica – quem falou isto foi o ex-prefeito de Bogotá –, não se reconhece uma boa cidade a partir da ideia de que o pobre passa a comprar um carro para se locomover na cidade. É melhor entender que uma cidade está mais adequada quando o rico deixa de andar de carro para andar num transporte coletivo. Aí, sim, há uma tradução melhor de que há uma qualidade de serviços públicos.

Quero aqui aproveitar e registrar a presença de Carlos Marques, que é um bom e querido amigo, que aqui chega muito bem acompanhado pelo Senador Cristovam. Carlos, aliás, dedicou a mim um livro que ele escreveu, contando parte – aquilo que foi possível contar – de sua memória, de seu testemunho na vida na França, neste País, no Acre. Eu queria aproveitar e cumprimentá-lo.

Sr. Presidente, para concluir, nós precisamos inovar, criar canais novos, estabelecer um diálogo novo com a juventude. Nós precisamos entender que estamos no século XXI, não no século XX, e que as demandas colocadas por nossa juventude precisam de canais, mas não desses envelhecidos que temos. Os nossos partidos, todo eles, incluo o meu, como já falei, não têm espaços adequados para lidar com a ju-

ventude, pois envelheceram, não inovaram. Os nossos governos, as nossas instituições não criaram canais que atendam a esse mundo novo, que é fruto da revolução tecnológica, em que as pessoas se comunicam com tudo e com todos em tempo real, menos com as instituições, menos com seus representantes.

Teimosamente, não fazemos reforma política, não inovamos, não trabalhamos, como deveríamos, a transparência e ficamos presos a leis velhas, ultrapassadas, arcaicas, como a Lei nº 8.666, a Lei de Licitações, que é envelhecida e nada traz. Nós nos prendemos a uma forma de nos comunicar e de fazer política que é absolutamente obsoleta.

Antes de realmente concluir, ouço com satisfação o aparte do Senador Cristovam, que me pede. Fico honrado de poder ouvi-lo.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador, primeiro, expresso minha satisfação de ouvir um discurso como o seu, com a lucidez de quem ouviu a voz do povo e começa a se perguntar onde é que nós erramos e como é que nós corrigimos o erro. Eu conheço o prefeito de Bogotá, e muitos aqui dizem tudo isso há muito tempo. O senhor mesmo, indiretamente, quando fala na cidadania aplicada à floresta, à florestania, tem essa visão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Inovar!

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Agora, por que é que a gente pensa isso e não consegue fazer com que isso vire realidade no Brasil? O senhor é Vice-Presidente desta Casa, é um dos mais importantes membros do Partido dos trabalhadores, que está no poder há dez anos. Sou um Senador da República. Durante 15 anos, fui militante, com muita satisfação, do Partido dos Trabalhadores. Fui Ministro do Governo do Presidente Lula. Por que nós não temos nenhum poder mais? Por que ficamos aqui – falo de nós, não estou criticando ninguém – fazendo uma autocrítica? Muitas vezes, eu me sinto como se estivesse dando minha aula na UnB, não como quem está conduzindo o Brasil. Talvez, o maior erro nosso – porque é o erro dos erros – seja o de não termos descoberto uma maneira de fazer política em que o povo seja ouvido sem precisar estar aqui dentro, sempre precisar ir para a rua, fazendo manifestações. Nós quebramos esses meios de comunicação, definimos as prioridades conforme nosso gosto, agimos aqui sem ouvir o que o povo quer. Alguém consultou o povo se queria Copa ou escola? E era até capaz de que ele quisesse a Copa mesmo. Mas houve um simples impulso do Presidente Lula naquele momento. Nós consultamos o povo se daríamos isenções fiscais aos automóveis ou se investiríamos em linhas de metrô nas nossas cidades? Nós não o fizemos. Quando digo que devemos escutar o povo, não quero

dizer que devemos escutá-lo com plebiscito, não, mas com o sentimento da alma do povo. Nós, como líderes, deveríamos nem precisar fazer consultas formais. Nós deveríamos ter tão grande identidade com que o povo quer, com aquilo de o povo precisa – inclusive, as próximas gerações –, que, automaticamente, sairia de dentro de nós aquilo que está a favor do povo. Não estamos conseguindo fazer isso. Não foi uma, nem duas, nem três vezes que eu falei aqui – e V. Ex^a mesmo já tocou nisso – que a Presidenta precisava ouvir, inclusive, a oposição. Ouvir só as pessoas ao redor é monólogo, não é diálogo. É, sobretudo, importante ouvir as forças contraditórias, que têm visões diferentes, mesmo que a gente não adote as visões diferentes. Há cooptação da UNE, há cooptação das centrais sindicais, há cooptação de partidos que são tão diferentes do PT que parecem estar em outro planeta. Cooptamos. Cooptamos através de cargos. Esquecemos a palavra “consenso” em benefício da palavra “acordo”. E essa é uma das causas dessa crise. Nós não procuramos consenso; procuramos acordo. Acordo é aquilo que a gente faz para estar junto por uma coisa bem concreta naquele momento, como, por exemplo, um aumento de salário na data base. Trabalhador não tem consenso com patrão. Isso não ocorre, isso não existe. Existe acordo. Mas, em uma nação, não basta acordo, é preciso consenso. Acordo a gente faz dando cargo, facilitando dinheiro, como se diz por aí. Para ser diretor dos fundos de pensão, fazem-se acordos políticos. É acordo, não é consenso. Consenso é pensar onde é que vão estar esses fundos daqui a 30 anos, onde é que vão estar as crianças que vão se aposentar daqui a 30 anos com esses fundos. Então, onde é que a gente está... Nem uso mais o verbo “errar”. Digo: onde é que nós estamos sendo impedidos de sintonizar nossa alma com a alma do povo brasileiro? Não é só o atendimento das reivindicações imediatas do povo que está vivo hoje. Também levamos em conta as aspirações do povo na sua permanência histórica, daqui a cem anos. Como é que vamos fazer para que o senhor e eu não fiquemos aqui como estamos hoje? Dizemos: “Os políticos...” Nós o dizemos como se não o fôssemos. Eu digo “os políticos” como se eu não o fosse. Fazemos críticas e análises, em vez de exercermos o poder. Nós ganhamos as eleições para isso. Só para concluir, quero dizer que, ontem, aqui, nós, um grupo de Senadores, fizemos uma vigília. Nós estamos propondo algo que, a meu ver, permitiria transformar essas manifestações em uma revolução. Manifestação de um milhão de pessoas exige revolução. Se nós não fizermos uma revolução, esse povo “não volta para casa” – entre aspas –, porque, a partir de agora, há algo novo. O senhor falou aí dos meios de comunicação novos. As manifestações agora são permanentes,

só que, às vezes, são feitas na rua e, às vezes, são feitas em casa, no computador. Mas eles estão ligados. Estão em permanente mobilização os jovens de hoje. Como é que a gente faz uma revolução? Não é no sistema econômico – aí deve haver ajustes – e não é no sistema social, pois aí deve haver prioridades. A única revolução que eu vejo possível é na política, na forma de fazer política, na estrutura legal da política. Por isso, nós defendemos ontem aqui que o passo para atender a essas reivindicações é a convocação de um grupo de pessoas, por eleição, para elaborar uma reforma política, uma constituinte exclusiva para a estrutura política. Diga como é que vai haver punição de corruptos. Aliás, melhor ainda, como é que a gente vai conseguir construir um sistema em que não haja corrupção, em que mesmo um ladrão, assumindo um cargo, não consiga roubar? Como é que vai haver o casamento entre os três Poderes? Como é que as prioridades serão definidas? Respondendo à sua preocupação, como é que a gente incorpora na tomada de decisões no Congresso o que o povo está pensando e dizendo para gente pelos meios das redes sociais? Essa constituinte deveria ter um ano para fazer o seu trabalho. E, depois desse ano, nenhum dos constituintes poderia ser candidato por oito anos pelo menos, porque, se podem sé-lo, isso já deforma a Constituição que eles fazem.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito bem!

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Vamos falar com franqueza: não temos condições de fazer uma reforma política aqui porque estamos pensando na nossa eleição daqui a um ano, na minha eleição daqui a seis anos, que seja – não muda muito –, ou na sua eleição também daqui a seis anos. Tem de haver alguém que não pense em eleição. Eu gostaria de ver isso. Por que não sugerir isso às autoridades e à própria Presidenta, que, hoje, imagino, deve fazer uma fala? É preciso dizer: está na hora de atendermos o que o povo quer, de fazermos uma revolução. A revolução, hoje, deve ser feita no funcionamento da política desacreditada, e isso se fará, a retomada dessa credibilidade, por meio de uma Constituinte, que pode se eleger em 2014, para não haver custo adicional. Cinquenta pessoas deste País devem estar dispostas a dedicar um ano para elaborar essa reforma política, sabendo que é o último papel que vão fazer na política, porque a maioria vai ter uma idade avançada e, depois de oito anos, não poderá mais se candidatar a nada. Essa é uma sugestão que a gente poderia tirar desses movimentos. O resto é mais demorado. Melhorar a escola, melhorar a saúde, tudo isso virá depois da reforma política de que o Brasil precisa.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Não tenho dúvida, Senador Cristovam – temos conversado sobre isso –, de que deve haver mais diálogo, mas de que também deve haver uma atitude concreta, objetiva, que trabalha na essência da nossa conquista. A democracia no Brasil foi conquistada, não foi dada, mas envelheceu, não se modernizou. Os partidos estão absolutamente sem os instrumentos para se modernizarem. O meu Partido mesmo, o PT, aqui faço jus, tomou a decisão de priorizar a reforma política, mas de alguns dos conteúdos já discordo. Mas tomou uma atitude, colocou isso como ponto central.

Mas o essencial é um caminho muito parecido com esse que V. Ex^a apresenta, se não esse: grupos precisam trabalhar a reforma política, sem que haja a possibilidade de eles se beneficiarem dela diretamente, para não haver uma contaminação. Penso que esse é um ótimo caminho, porque ou fortalecemos os partidos, a representação, ou, então, criamos uma maior fragilidade na essência das instituições, desta Casa, do Congresso Nacional. Aí comprometeremos, sim, aquilo que conquistamos: a redemocratização do País.

Eu queria concluir, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, todos que me acompanham. É claro que as atitudes, os atos de violência, sejam da polícia, sejam de manifestantes, precisam ser repudiados. Não ajudam em nada. Aliás, comprometem muito.

Então, todos nós aqui – ouvi falar o Senador Rodrigo Rollemberg, o Senador Pedro Simon, o Senador Paim, todos os Senadores, o Senador Moka – temos uma posição clara contra a violência, seja policial ou de segmentos dessa manifestação legítima.

Agora, o problema é que esses atos de violência, isolados, como já falei aqui, inclusive do Itamaraty, têm grandes repercussões, no Brasil e no mundo. Daí a importância de pormos fim a isso. Acredito que aí é necessária uma ação das forças de segurança, para imediatamente identificar essas ações de violência e fazer um enfrentamento com elas, de maneira adequada, sem uso de mais violência. Essa expectativa, todos nós, a sociedade quer e precisa ter.

Não é possível que delegações de times de futebol, ou mesmo da Fifa, corram algum risco neste País de serem vítimas de violência. Isso é inaceitável, independentemente do debate interno de que o Brasil está sendo palco neste momento.

Daí a importância de uma ação efetiva das forças de segurança, no sentido de garantir que não haverá nenhum tipo de convivência, de tolerância a atos de violência neste País pacífico, que é o nosso Brasil.

Esse problema que estamos vivendo não é um problema de Governo. É um problema da Nação bra-

sileira. Daí é salutar identificar essa posição suprapartidária de todos. É da Nação, e não existe nação sem povo. Então, é um problema do povo brasileiro. Não é do governo A, B, C ou D. É suprapartidário. E é dentro dessa visão que nós temos que encontrar um caminho.

A proposta que traz, desde ontem, o Senador Cristovam – aliás, já faz isso há algum tempo, e eu concordo –, naquilo que nos cabe responder com uma atitude concreta, objetiva, pensando a Nação brasileira, o povo brasileiro, e não nos nossos partidos, e não nas nossas querências, a reforma política tem que estar no centro. Essa é atribuição exclusiva do Parlamento, do Congresso Nacional. Depende só de nós, Senador Cristovam. Mas o Brasil, a democracia brasileira, a Nação brasileira dependem muito dessa atitude, cuja iniciativa só depende do Parlamento.

Ou vamos fazer, ou vamos seguir perdendo prestígio e correndo o risco de uma desmoralização crescente para a ação dos partidos, da atividade política e do Parlamento. Esse chamamento, devemos fazer todos.

Sou da Mesa Diretora do Senado. Assumo o compromisso, como já o fiz, de conversar com o Presidente Renan, que tem dado demonstrações de que quer resgatar o prestígio do Senado e do Congresso com atitudes que já adotamos nesses meses, nesses poucos meses em que estamos na Mesa Diretora.

Acho que nós temos que mexer na agenda legislativa, estabelecer claramente a maior prioridade. Se a maior, consensuada, que eu defendo, é a reforma política, então que coloquemos a reforma política no centro, como uma vitória dos que foram às ruas, dos que estão nos alertando de que a situação não está boa, de que temos problemas.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – E, dentro desse aspecto, acho, sinceramente, que seria uma grande resposta e seria, sim, uma revolução, modernizando, inovando a participação política neste País, dando um sinal para o mundo de que o Brasil é um País contemporâneo, a partir de um sentimento que está na alma do brasileiro, a democracia, mas também o sentimento de justiça de um País que seja uma espécie de *design* de qualidade de vida para o mundo, porque o mundo admira o jeito do brasileiro ser, e nossas instituições precisam atender a essa expectativa. Devemos transformar essa admiração que o mundo tem por todo o nosso País em algo que possa ser duradouro.

Eu não tenho dúvida, Senador Presidente Paulo Paim, de que parte dos problemas que estamos vivendo hoje são frutos dos...

(Interrupção do som.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – ... que tivemos nos últimos (*Fora do microfone.*) anos.

Os aeroportos estão cheios, ineficientes; as estradas, com problemas; os portos não funcionam adequadamente, uma infraestrutura que não dá mais suporte, daí a preocupação do Governo da Presidenta Dilma de fazer grandes mudanças. Então, elas são fruto desse gigantismo do Brasil. Normal. Temos que melhorar tudo isso, como disse o Senador Cristovam, rapidamente: modernizar portos, aeroportos e estradas, fazer ferrovias, mas temos que trabalhar fortemente no funcionamento das cidades.

Oitenta e quatro por cento dos brasileiros vivem nas cidades – ou tentam viver nelas. O DF tem quatro milhões de habitantes, é um aglomerado urbano. Acho que é o terceiro ou quarto maior do Brasil. E qual é a qualidade de vida que nós temos? Reclamamos por demorarmos 20 minutos no deslocamento de carro do Plano Piloto para o Congresso. Estou falando para andar 7 quilômetros. E aqueles que têm que andar 70 quilômetros dentro do Distrito Federal? Quantas horas gastam? Que qualidade de vida têm nessas horas gastos no transporte coletivo? É nisso que nós temos que mexer: na qualidade de vida nas cidades, na qualidade dos serviços nas cidades.

Então, eu concluo dizendo que tudo o que nós estamos vivendo, certamente, é filho das conquistas que tivemos nos últimos anos: uma classe média de 100 milhões de pessoas; 40 milhões de pessoas incluídas; o salário mínimo, que se multiplicou por quatro nos últimos anos, nos últimos dez anos, é fruto da política.

Mas, qual é o novo passo que temos que dar na política? Porque essas pessoas que alcançaram cidadania querem mais. Elas querem a cidadania do século XXI, não a do século XX.

Lá no Acre, nós trabalhamos com a Florestania, com inovação. E é isso que eu acho que nós estamos vivendo agora, neste momento.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Então, eu quero, avançando no seu conceito, me referir à “planetania”.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – “Planetania”. É verdade.

Eu só queria dizer que espero que encontremos uma maneira de, rapidamente, pôr fim a todo tipo de violência que possa estar vindo; que criemos mecanismos nas instituições que deem alento e que se comuniquem com esse movimento, para que se possa, nessa sinergia positiva, apontar um Brasil melhor, uma Nação brasileira melhor para nós e para o mundo.

Perguntaram-me várias vezes o que é que está acontecendo no Brasil – em casa, no trabalho, a toda hora me perguntam. Eu acho que estamos vivendo

um terremoto. Eu falei isto para algumas pessoas: “O Brasil está vivendo hoje um terremoto.” “O que é um terremoto?” “Terremoto a gente não pode prever quando vai acontecer, em que intensidade vai acontecer, qual dano vai causar, e o local certo, também não.” Mas uma coisa nós sabemos em relação ao terremoto: é um acúmulo de energia naquelas rochas; vai-se acumulando, vai-se acumulando, e, de uma hora para outra, ela se dissipar, ela aflora, e aí chacoalha a terra.

O que nós estamos tendo no Brasil é um terremoto. É um acúmulo de energia na nossa juventude, na nossa sociedade, que vem por várias razões. E aí ela aflora, sem dia nem hora marcada, e numa intensidade que não se pode prever, mas é muito grande, é muito intensa.

Estamos falando agora de milhões de pessoas na rua, e esse terremoto pode nos dar a oportunidade de começar uma fase nova na vida da Nação brasileira.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – E é isso que eu acredito ser possível, mas, para que isso aconteça, nós precisamos fazer uma grande mudança.

A nossa juventude está mostrando que mudou, na percepção com os governos, com os partidos, com as instituições. Ela está na rua, dizendo: “Nós mudamos.” Agora, e as nossas instituições, mudaram? Querem mudar? Aceitam mudar?

Eu vou ficar muito honrado se, nesses seis anos que tenho de mandato, Senador Paim, e que V. Exª também tem, eu puder colaborar para atender às expectativas da juventude desta Nação brasileira, que se levanta. Tomara!

Eu ouço ainda, só para concluir de vez mesmo, o Senador Cristovam.

Por gentileza, Senador Cristovam.

Eu já extrapolei a boa vontade do meu Presidente, com o tempo usado.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Só para dizer que a metáfora do terremoto é boa a *posteriori*, depois que aparece o terremoto, mas há uma diferença: é que esse terremoto nós construímos, ou por ações erradas, ou por omissão de ações certas. Nós, políticos, os Líderes deste País. Por outro lado, como todos os terremotos também, você sabe que vai acontecer um dia, não sabe quando. Era impossível prever a data. Eu próprio vou lhe contar um fato: no meu artigo, que tenho a cada 15 dias, no jornal *O Globo*, eu mandei, na quarta-feira, o que se poderia fazer com o dinheiro gasto no estádio de futebol de Brasília. Se aplicado em educação, dava para fazer 6.500 engenheiros do ITA, da primeira série do ensino primário até a última do curso deles. Na quarta-feira,

quando acabei de mandar, eu vi as declarações do Ministro Mantega sobre “que crise é essa”. Conseguí que o editor me cedesse o artigo e esperasse o outro, que fiz em poucas horas. Um erro incrível. Se eu tivesse imaginado que isso iria acontecer, eu tinha deixado o artigo da Copa, que tinha tudo a ver com esse momento. Terminei indo por uma coisa diferente. Ninguém previu o dia, mas todos que estivessem um pouquinho alertas saberiam que isso iria acontecer ainda no Governo da Presidenta Dilma, no próximo governo, no outro. Mas todos os ingredientes estavam dados: os ingredientes da impunidade; os ingredientes das informações de corrupção; o ingrediente de nós aqui estarmos, por exemplo, hoje, vazios – numa crise dessas, isso aqui era para estar cheio –; o ingrediente de fazermos eleições de presidentes pelo voto secreto – o povo se irritou profundamente com isso –; o ingrediente de votarmos a Lei dos Portos sem ler, sem saber o que estávamos votando. O povo viu pela televisão. O ingrediente do abandono da saúde, do abandono da educação de base, apesar de alguns bons gestos no ensino superior. Tudo isso são ingredientes – o senhor falou das placas tectônicas que vão se chocando – que nós fizemos, por omissão do que era certo ou por ação do que era errado. Isso é o que precisamos saber. Eu fiquei surpreso, sim, quando eu vi tudo isso, mas, Senador Jorge, eu fiquei mais surpreso por estar surpreso, porque eu falei tantas vezes aqui que isso ia acontecer, por cinco anos, que eu não tinha o direito de ficar surpreso. Eu deveria ter dito: “Caramba, está vendo?” Dava para ter previsto, mas era impossível prever o momento. O fato, sim, era possível prever, como é possível prever, agora, Senador Paim, que essa meninada não vai mais para casa. Ela pode até sair das ruas, mas ela vai para a rede. Essa rede está montada, essa rede pode ser rearticulada em poucos meses, aliás, daqui a poucos meses,...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Minutos.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – ...em poucas horas ou minutos, mas não automaticamente, embora estejam dizendo que amanhã haverá mais manifestações. Vai acalmar nas ruas, mas não vai acalmar no espírito do povo. Então, a metáfora do terremoto é boa, mas, desta vez, a gente tinha de saber que ia ter esse terremoto, e deveríamos saber que esse terremoto era como uma bomba que a gente pode desarmar, o que não podemos fazer com o terremoto geológico. Esse, poderíamos ter desarmado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Bem, eu agradeço e só queria dizer que espero que os que fazem uso da violência sejam identificados e excluídos desse movimento tão legítimo.

Da mesma maneira também, eu digo que é lamentável que, ao longo desses anos, a gente tenha visto pessoas que trabalham também contra o Brasil, com posições que ainda carregam aquele complexo, como disse Nelson Rodrigues, de vira-lata no Brasil.

Aqui, eu vejo Parlamentares trazendo propostas para o Brasil ficar ainda melhor. Eu acho que esse é o sentimento que tem de nos mover, como bem disse o Senador Cristovam.

Fiz a figura do terremoto porque houve um acúmulo de energia. A gente sabe que há algumas placas, no Planeta, que vão, em algum momento, dissipar essa energia. Vai ocorrer. Como nós fomos acumulando energia, e energia ruim, em algumas situações, e como nós mudamos o Brasil, certamente estamos vivendo hoje uma situação absolutamente nova.

Espero que se possa encontrar um trilho para seguir e que se possa fazer o melhor uso dessa manifestação, desse descontentamento, desse alerta, dessa exteriorização que a gente vê ser colocada pela nossa juventude diante das instituições, das políticas públicas, dos serviços públicos.

(Soa a campainha.)

Então, eu estou aqui renovando a minha fé no Brasil, na alma brasileira, de paz, de um país que quer seguir sendo exemplo de alegria para o mundo, de felicidade, mas que quer, também, uma atitude concreta de instituições como o Congresso Nacional, que precisa ouvir, absorver e tomar uma atitude a partir dessa mensagem recebida das ruas.

Se nós não adotarmos medidas, o Congresso, ou os Governos, e outras instituições, como o próprio Judiciário, aí, sim, nós estaremos colocando em risco a oportunidade que temos todos de promover essa revolução pacífica que o nosso povo clama para que o Brasil fique moderno, ponha os dois pés no século XXI, e que possamos dar um passo adiante dessa década de conquista, porque, falo com orgulho, o Partido dos Trabalhadores, liderado pelo Presidente Lula, inclusive V. Ex^a que foi Ministro é parte disso, nós tivemos grandes conquistas no Brasil nos últimos dez anos.

E, agora, novas conquistas devemos ter na nova década? Esse é o desafio posto, porque o cidadão brasileiro falou: “Elas só serão conquistas se tiverem e contarem com a minha participação”. A nossa juventude está dizendo claramente: “Queremos mais e melhores conquistas, mas com a nossa participação”. É um recado para o Governo e para as instituições. E vamos ficar com os ouvidos bem atentos e com a disposição de mudarmos, se quisermos estar à altura do Brasil de hoje que está nas ruas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Jorge Viana, eu queria convidar V. Ex^a a assumir aqui a Presidência, nem que seja por um período, só para que eu faça uma gravação. É para a equipe da Nova Central, que realiza congresso esta semana, e a gravação passaria lá na abertura.

Ao mesmo tempo, já convido o Senador Cristovam para assumir a tribuna.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta Casa hoje devia estar cheia, Senador. Sei que cada um tem que ir às suas bases. Eu tenho não sei se o privilégio, ou o esforço do dia a dia, de ser Senador por aqui. Eu sou Senador todos os dias nas bases e aqui. Como gosto de dizer, eu sou, todos os dias, um pouco Senador, um pouco vereador. É uma situação diferente da dos outros, mas não custava nada suspenderem as bases locais hoje e estarmos todos aqui discutindo o assunto.

Ontem cedo, eu falei com o Presidente Renan, sugerindo – e o Senador Jorge, como Vice-Presidente, poderia auxiliá-lo nisso – que ele deveria convocar um grupo de Senadores, obviamente aberto aos que quisessem, para discutirmos esse assunto. Já que nunca é possível preencher este plenário, por que ele não reúne, Senador Jorge, 10, 15 pessoas, Senadores para discutirmos que terremoto é esse, onde erramos que deixamos as placas tectônicas se chocarem umas com as outras entre nós e o que fazer?

Senador Jorge, eu me entristeço profundamente por não poder ir às passeatas, porque eles não aceitam políticos. Eu só poderia ir às passeatas se pusesse uma peruca, uma barba e até, talvez, colocasse uma daquelas máscaras que eles estão usando. Senão, eu não poderia ir. É triste ser representante do povo, ter tido tantos votos e saber que, neste momento, pelo fato de ser político, você não é visto como um deles.

Eu escrevi, não faz muito tempo, há uns três anos, um livrinho chamado *Reaja!*, no qual, na verdade, está tudo isso aí. Tenho certeza, Senador Jorge, de que, se eu não fosse Senador, esse livrinho hoje seria um *best-seller*, porque é isso que está aí. Eu digo: reaja! Reaja a isso! Reaja a isso! Reaja a isso! Reaja aos partidos! Reaja! Jovens, reajam! Mas eu sou Senador. O livro fica sob desconfiança.

Eu fico muito triste com essa situação, mas tentei incorporar o que está por trás de tudo isso. Eu comecei a perguntar: o que essa meninada gostaria que fosse feito, unindo todos eles? Porque melhorar a educação são alguns; acabar a PEC 37 são outros; acabar a corrupção são outros. Mas o que unificaria todos?

Talvez, Senador Jorge, eu radicalize agora, mas acho que para atender o que eles querem nós precisaríamos de uma lei com 32 letras: estão abolidos os partidos, estão abolidos todos os partidos. Isso sensibilizaria a população lá fora. Hoje, nada unifica mais todos os militantes e manifestantes do que a ojeriza, a desconfiança, a crítica aos partidos políticos.

Talvez seja a hora de dizermos: estão abolidos todos os partidos. E vamos trabalhar para saber o que colocamos no lugar – se colocamos no lugar outros partidos ou outra coisa.

E aqui quero fazer uma referência ao seu Estado e a Marina Silva. A ex-Senadora Marina Silva parece que está na frente de tudo isso, salvo que criou criou um partido, então ficou igual. Mesmo que o partido tenha o nome do que não é partido, é partido: teve de conseguir as assinaturas, vai entrar no mesmo sistema, vai receber fundo partidário, porque espero que a lei que o proíbe de receber não passe aqui.

Nós precisávamos é dar um tempo para reorganizar os agentes políticos sob formas diferentes de partido ou sob forma de outros partidos. Não precisaram colocar esta faixa: “Abolem-se os partidos”. Ela está na cabeça de todos.

Nossos partidos não refletem mais o que o povo precisa com seus representantes, nem do ponto de vista do conteúdo, nem do ponto de vista da forma. No conteúdo não estamos incorporando todos os problemas da contemporaneidade; estamos presos a um discurso velho, antigo. A prova – o Senador Jorge falou aqui – é que falamos ainda em aumentar o Produto Interno Bruto, e não em melhorar o bem-estar; falamos em mais carros, e não em melhor transporte. Ficou velho o nosso discurso. Falamos em cidadania, e não falamos em florestania ou em planetaria, como costume defender, que é um salto adiante, colocando-se todas as florestas do Planeta juntas e todas as populações juntas, numa visão comum de todo o Planeta. Ficamos velhos nas propostas. E ficamos velhos nas formas.

Aliás, quero fazer justiça aqui a uma coisa: a primeira vez em que ouvi falar – faz mais de cinco anos – que ficamos velhos na forma de fazer o Congresso, porque não conseguimos entender ainda a verdadeira dimensão da Internet e de como essa Internet pode influenciar a maneira como funcionamos aqui, a primeira pessoa que ouvi falar nisso, sentado ali, foi José Sarney, com seus 80 anos de idade. E um político, inclusive – não faz mal nenhum dizer –, tradicionalíssimo. Mas ele alertou aqui, pela sensibilidade que tem, que algo tem de mudar na maneira de fazermos o diálogo com o povo; que não basta mais dialogar uma vez a cada quatro anos: é preciso dialogar a cada quatro

minutos – a cada quatro minutos, que é o tempo que se leva para receber uma quantidade de mensagens.

Eu uso muito as redes. Eu uso muito o tal do Twitter. Eu tenho satisfação de usá-lo, embora me dê um trabalho brutal, pois tenho 337, deve estar mais hoje, 338 mil seguidores no Twitter. A cada minuto, recebo dezenas de mensagens, muitas me criticando, muitas cobrando, de vez em quando algumas elogiando, é verdade. Ali eu faço um diálogo, mas ainda não aprendi como trazer esse diálogo aqui para dentro. Ainda fica um pouco uma coisa de professor, de acadêmico, e não de político, porque não sabemos como utilizar os instrumentos para trazer as ideias do povo, que chegam pelo Twitter, para as cadeiras de Senador. Mas não é através dos atuais partidos.

Ontem, defendi, e assinamos seis Senadores, a proposta da convocação de uma Constituinte exclusiva para a reforma política no prazo de um ano, inclusive com a possibilidade do voto aberto – fico contente, mas uma assinatura –, de tal maneira que alguém possa ser eleito sem ter partido. E os que vão fazer essa reforma política também não possam ser candidatos, porque não devem fazer as leis pensando se vão ou não ser beneficiados.

Creio que essa é uma proposta que poderia levar à revolução. Não há manifestação de um milhão de pessoas em um dia que não exija uma revolução. Aliás, Senador Jorge Viana, espero que a Presidenta entenda disso.

Estou muito temeroso que a Presidenta saia da reunião que está fazendo hoje com os seus ministros e, segundo dizem, com o seu marqueteiro – e será um erro tremendo tratar isso como uma questão de marketing –, querendo atender o marketing e falando em ordem, falando que é preciso acabar com o vandalismo, falando que é preciso colocar na cadeia os baderneiros. Tudo isso é verdade. Mas se o discurso dela for centrado nisso, ela vai cometer um erro muito grave. Ela vai se transformar de estadista em xerife. Nós precisamos de uma estadista que, inclusive, tem que ser xerife em um pequeno momento do seu dia a dia, mas não pode ser por aí.

É preciso entender que entre as centenas de milhares alguns eram baderneiros, mas não era esse o espírito das manifestações. O espírito era um milhão de ordeiros críticos do que acontece hoje no Brasil.

E o discurso tem que ser para esses ordeiros que foram às ruas criticar o atual modelo, em que ela é a Presidenta, em que eu sou Senador, e cada um tem a sua dimensão, mas tem sua parte de responsabilidade.

Eu gostaria de ver hoje um discurso da Presidenta falando do momento que nós vivemos, reconhecendo os erros dela e dos governos anteriores – não só do

Lula, mas de antes do Lula também –, reconhecendo a falência de como nós estamos fazendo política, reconhecendo que errou ao fazer mais acordos do que buscar consensos, que errou ao colocar nas direções dos ministérios pessoas despreparadas, apenas porque representam forças partidárias – eu nem digo forças políticas, eu digo partidárias –, que errou ao levar adiante prioridades equivocadas – como essa da Copa, custando R\$25 bilhões a R\$30 bilhões, quando o Brasil não tem nem segurança para garantir para os turistas –, reconhecer que errou, sim, ao não dar importância à vontade que o povo tem de moralidade na política, fazendo acordos com pessoas que têm fama de imoralidade, de corrupção, fechando os olhos para a corrupção, mesmo que tenha demitido alguns ministros porque a mídia pediu. E nenhum deles foi demitido com antecedência à mídia, o que ou é prova de que não se quer combater a corrupção ou de que o serviço de informações que se tem do que acontece no Governo é tão pobre que era preciso os jornais publicarem para descobrir que tinha um corrupto por perto.

Eu espero que ela reconheça, em primeiro lugar, a gravidade do momento, os erros cometidos por todos nós políticos, especialmente por ela, porque é a Chefe de Estado, e diga o que vai se fazer daqui em diante. Não precisa entrar em detalhes de que vai fazer o que eu adoraria: uma política para que o filho do trabalhador estude na mesma escola do filho do patrão, proposta com a qual – eu tenho certeza – o Senador Paim, como grande defensor dos trabalhadores, estaria de acordo. Não, não precisa entrar nesse detalhe agora. Não precisa entrar no detalhe de que vai resolver a saúde, porque, aliás, ficaria parecendo demagogia e oportunismo. Eu defendo que ela diga que vai fazer uma revolução. Um milhão de pessoas nas ruas não se contenta com nada menos do que uma revolução. Um milhão de pessoas na rua não se contenta com nada menos do que uma revolução. Mas a revolução hoje não é na economia. A economia precisa de grandes ajustes. Não é no social. O social precisa de grandes ajustes. É na política. É na estrutura como funciona a política. E dizer que vai propor ao Congresso – porque essa é uma tarefa nossa – a convocação de uma Constituinte exclusiva para elaborar a reforma política, e que nós aqui recebemos essa proposta e levemos adiante. Mas quero dizer mais: se ela não fizer isso, creio que nós devemos tomar a iniciativa aqui dentro. Creio que, a partir de segunda-feira... Aliás, segunda a gente sabe que não vai ser, porque vão chegar a partir da terça. Espero que, a partir da terça-feira, circule aqui dentro a ideia da convocação dessa Constituinte exclusiva, e que ela faça a reforma política que o povo lá fora está gritando, pedindo que a gente faça.

É preciso ouvir o grito do povo. O grito do povo é uma política que os represente, é uma política que os orgulhe, é uma política que permita que Senadores possam ir à passeata ao lado dos jovens manifestantes que, provavelmente, votaram nesse Senador, mas não querem que ele vá lá; que votaram nesse Deputado, mas não querem que ele vá lá. É preciso que, daqui a algum tempo, esses jovens possam ir para as ruas carregando uma máscara com a cara do seu Senador, do seu Deputado, do seu Presidente, e não com a cara de um personagem cinematográfico, como é a principal máscara que se viu, que é, se não me engano, a do Coringa, do filme Batman.

Eu gostaria que a gente fizesse essa reforma de tal maneira que cada um de nós possa se orgulhar da função que exerce e possa saber que o povo se orgulha de ter eleito cada um de nós. Esta é a proposta que espero, Senador Paim – o senhor, como um dos que ontem estavam aqui na vigília –, que a gente possa levar, amanhã, para todos os demais Senadores: daqui partir a ideia dessa Constituinte para fazer a reforma política. Só que tenho mais esperança: de que a Presidenta nem espere; que ela tome a iniciativa de mandar para nós essa proposta, e que, aqui, nós decidamos.

Se não fizermos isso, estaremos correndo o risco de o povo continuar descontente. E o povo descontente não só volta para a rua e dá margem a tudo isso que acontece, tanto o lado bonito quanto o lado feio, tanto o lado estético como o lado perverso, mas também perturba tudo. Queiram ou não, um milhão de pessoas deixaram de ir ao trabalho para ir à passeata – o PIB deve ter diminuído um pouquinho –, e, para cada um que foi, pelo menos três deixaram de ir ao trabalho, até para evitar a crise do transporte naquele momento.

Temos que voltar à normalidade, mas uma normalidade criativa, não uma normalidade submissa; uma normalidade atenta, não uma normalidade passiva. O povo não pode voltar para casa enquanto não houver a revolução que o povo pediu nas ruas. Insisto que, quando digo “não voltar para casa”, não quero dizer que fique na rua; como, aliás, ficaram os meninos nas cidades da Espanha, ficaram lá em Wall Street, acampados. Até acho estranho que não tenha havido, ainda, acampamentos no Brasil – se faz a manifestação e vai para casa –, mas é uma ilusão achar que estão dormindo; eles estão no computador, estão na rede, estão em permanente mobilização. A praça hoje é virtual, é *on-line* e é permanente. A praça não é mais em frente ao Congresso; a praça está no ar, nas comunicações que os jovens hoje utilizam. Se não entendemos que esses jovens querem uma revolução, estamos fracassando ainda mais; se não entendemos qual é essa revolução, estamos fazendo o Brasil fracassar.

Os grandes estadistas se fazem nos momentos de crise. Não existe um estadista que não tenha surgido num momento de crise – seja uma guerra, seja uma revolução. Até ficava triste de ver que ia passar na história sem ter tido uma grande crise que me desafiasse a dar a minha contribuição para sair dela. Felizmente, aconteceu uma antes que eu morresse. Esse é um desafio que sinto parte dele, esse é um desafio que nós, de nossa geração, pode agarrar, pegar e carregar, para deixar uma marca, respondendo ao que os meninos e meninas do Brasil e muitos adultos também disseram, carregaram em cartazes, nos despertando.

Obrigado, vocês! Muito obrigado por terem funcionado como despertador, para despertar o espírito cívico que estava ficando adormecido em muitos de nós, políticos do Brasil, e que a Presidenta entenda isso, tenha consciência e seja uma estadista e não fique refletindo, propondo como se fosse um xerife.

É isso que espero, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Cristovam, pelo seu pronunciamento, repercutindo o que aconteceu no dia de ontem.

Passo a Presidência para V. Ex^a neste momento.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Com satisfação, passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a, na manhã do dia de ontem, me ligou e pediu que eu estivesse aqui no plenário durante a tarde e durante a noite, para que fizéssemos uma vigília em nome da democracia, em nome da liberdade de expressão e movimentação, em nome da justiça, em nome da qualidade de vida, enfim, de transporte, em nome do trabalho que essa juventude fica na expectativa, porque, falávamos ontem, é essa a faixa que está mais situada naquele patamar de 5,2% dos desempregados.

Senador Cristovam, eu, assim como V. Ex^a, e outros passamos a noite aqui, o Senador Simon, o Senador Rollemberg, o Senador Pedro Taques. Quero

começar a minha fala da mesma forma que fiz em um aparte ao Senador que estava na tribuna: acho que estamos vivendo um momento mágico, um momento fantástico, um momento positivo, porque essa juventude apontou o caminho para nós, com muito mais anos e de cabelos brancos.

Essa juventude está a dizer: esta política está superada; esta política em que tudo caminha meio no submundo, que não é clara, que não é transparente, não dá mais. Por isso que é um momento mágico.

Essa juventude está a nos dizer: por que vocês não votam de forma transparente para que eu aqui, no meu computador, via Internet, possa saber como cada um votou em cada situação de interesse do País?

Essa juventude está a dizer: por que vocês estão aí com esta tal de PEC 37, que nos dizem que vai tirar o poder de o Ministério Público continuar combatendo a corrupção?

Essa juventude está a nos dizer: por que vocês, com a PEC 33, querem tirar o poder da Justiça, ferindo a independência dos Poderes?

Essa juventude está a nos dizer: não há lógica termos medidas provisórias que desonoram as empresas de transporte e, no outro dia, o preço do transporte aumenta, e ainda sendo de má qualidade o transporte coletivo.

Essa juventude está a nos dizer: sim, queremos mais investimentos – e esta é a sua marca, Senador – na educação.

Essa juventude está a nos dizer: queremos, sim, mais investimentos na saúde.

Os planos de saúde, que me desculpem aqueles que atuam nessa área, na sua grande maioria, viraram até piada. Eu sei porque eu pago, e toda vez que eu preciso é um problema – não é nem para mim; é para os meus familiares. É um problemão: “isso eu não pago; isso não pode; para isso não há lugar; tem que ir para a fila; isso não é mais comigo; tem que ir para a fila; a agência tal não pagou a outra, então, também não posso garantir que você vai ter a consulta, que vai ter o exame”. Ora, sou Senador da República! Se comigo fazem isso, com a maior cara de pau, calculem o que eles fazem, no dia a dia, com outros cidadãos!

Essa juventude está a nos dizer que os tempos mudaram. Agora, como aqui foi dito pela Internet, pelas redes sociais: “nós que fomos às ruas [eles estão dizendo a nós; eles que foram às ruas], nesses últimos 30 dias [porque isso não começou ontem], voltaremos a qualquer momento [voltarão a qualquer momento se o Executivo, o Legislativo e também o Judiciário, na sua morosidade, não começarem a responder à expectativa da população]; não dá mais!” Alguns dizem que os movimentos sociais sumiram, que os movimentos

sociais apresentam pauta e só dizem: “Ah! Isso não pode! Isso não pode! Aquilo também não pode”. E, aqui no Parlamento: “Ah! Isso também não dá!”. E aí os projetos continuam aqui, tramitando, e as respostas não chegam à população.

Senador Cristovam, eu tive o cuidado de olhar um pouco a repercussão do que aconteceu a partir de ontem. Primeiro, quero dizer que a nossa vigília cívica aqui, sim, foi vista com muito carinho, com muito respeito pela população brasileira, e está retratada nos jornais: “Senadores Rodrigo Rollemberg, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Pedro Taques, Magno Malta, ao longo do dia e da noite, permaneceram no plenário”. E quero destacar isso aqui, não os nossos nomes; nós estamos aqui cumprindo a nossa obrigação.

O Movimento Passe Livre soltou uma nota dura contra a quebra-deira, contra a truculência, contra a violência, dizendo que aquele não é o MPL, não é o Movimento do Passe Livre. É um movimento, segundo dizem aqui, de oportunistas e até de fascistas. Estão se referindo àqueles que estão fazendo quebra-quebra.

Senador Cristovam – aí a nossa discordância; temos uma discordância hoje –, a minha projeção é a de que nós chegamos a algo em torno de dois milhões de pessoas nas ruas de todo o País. Claro que é um dado positivo essa discordância. Falo que, só no Rio, com certeza, o número ultrapassou 500 mil pessoas, e houve movimentos em todo o País.

Senador Cristovam, algo me procurou – eu, que estou tão entusiasmado... Quantas vezes eu fui àquele tribuna reclamar dos movimentos sociais, dos estudantes, da juventude, dizendo: onde estão os novos caras-pintadas, meninos e meninas, jovens que nos ajudaram tanto no passado e agora sumiram? E eles estão dizendo: “Estamos aqui; estamos na área; estamos em campo.” Estão aqui para ajudar aqueles que querem, de fato, uma democracia, como eu falo, com liberdade, com justiça e políticas que beneficiem todo o nosso povo e toda a nossa gente.

Mas, Senador Cristovam, olha o que eu vou dizer aqui. Manchete do jornal digital Brasil 247: “Exclusivo: Inglaterra se oferece para Copa de 2014”. A alegação é de que o clima de instabilidade no Brasil faz com que a Inglaterra se apresente para dirigir e receber a Copa do Mundo de 2014.

Não, não acontecerá isso! Nós faremos a Copa aqui! Ou a FIFA vai devolver os R\$30 bilhões que investimos na Copa do Mundo? A FIFA vai nos responder? Não é só responder. Ela vai nos devolver os R\$30 bilhões? Os estádios estão prontos. Isso é fato, é real. Eu tenho certeza de que a Copa vai ser aqui no Brasil e tenho muita esperança, inclusive, de que

a gente seja, mais uma vez, campeão do mundo, sob a direção do maestro Felipão, lá do meu Rio Grande, o qual eu respeito muito, muito mesmo.

Não, FIFA! Você impôs muita coisa ao Brasil. Você impôs a qualidade dos estádios; você impôs a questão da bebida – que nós éramos contra; você impôs a questão da meia-entrada – que nós queríamos garantir, e você era contra. Agora não venha com discurso fácil sobre um ato democrático e legítimo da juventude brasileira, que sai, pelos campos, pelas estradas, pelas cidades, pelas universidades, fazendo seu legítimo ato de protesto, exigindo mais investimento em educação, em saúde, em habitação, no transporte, na distribuição de renda. É legítimo! E nós resolveremos aqui dentro. Não precisa vir a Inglaterra dizer que a Copa será agora lá, porque no Brasil a democracia é plena. E que bom que a democracia é plena! Que bom que a gente pode dizer isso!

Nós passamos por anos duros de ditadura. "Ditadura nunca mais!" E não vai ser a FIFA nem sequer a Inglaterra... Esta, inclusive, foi deselegante com o Brasil, num momento como este, em que nós estamos a discutir mais avanços para um povo que teve melhorias, sim, nos últimos 12 anos – e eu poderia até dizer nos últimos 20 anos. Mas esse povo entende que podemos avançar mais. E é legítima a mobilização, e não tem que vir nem FIFA, nem a Inglaterra dizer se agora a Copa vai ser ou não vai ser aqui. A Copa será aqui! E repito: ou vão nos devolver os R\$30 bilhões que já foram investidos?

Sr. Presidente Senador Cristovam, eu quero, nesta minha fala curta, somente dizer que eu não sou daqueles que prega o apocalipse. Pelo contrário, repito: é um momento mágico. E repito ainda o que disse ontem, aquela frase histórica de Mandela: se querem me ajudar, pressionem o Executivo, pressionem o Legislativo, pressionem o Judiciário. E ele disse isso em um estádio de futebol lotado por líderes dos movimentos sociais, estudantes, sindicalistas, aposentados e pensionistas.

Estive na África do Sul e sei a importância que foi a pressão popular para que lá, no governo de Mandela, houvesse avanços. Aqui não será diferente! E, para aqueles que dizem que o movimento não tem líderes, eu queria responder: esse movimento tem líderes sim, e os líderes surgirão do seio do nosso povo, se apresentarão e, com certeza, no amanhã, no futuro estarão aqui na nossa democracia, no Senado da República, na Câmara dos Deputados, na Câmara de Vereadores, nas Prefeituras e, oxalá, não sairá dessa caminhada natural alguém que, no futuro, pode ser presidente ou presidenta da república.

A vida é assim, Senador Cristovam! Eu venho do movimento sindical, um operário, metalúrgico de Canoas, filho de pai e mãe analfabetos, que ganhavam ambos salário mínimo para sustentar dez filhos. E foi, num movimento como esse, que nós todos – e, eu diria, nós todos que viemos dessa faixa da população – surgimos. E não surgimos automaticamente como líderes nem estou dizendo que somos líderes; surgimos de forma natural, fomos sabendo caminhar com o povo, sendo dirigido, mas ajudando a dar direção. E, hoje, estamos aqui no Senado da República.

Esse movimento não é em vão nesse aspecto de liderança. As lideranças que foram sufocadas durante um período...

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – V. Ex^a concede um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Já vou lhe passar a palavra, Senador Magno Malta.

Com certeza muitas lideranças foram sufocadas. Houve um período em que era proibido surgir lideranças. E que bom, com sangue, com alma, com coração... E, quando eu digo sangue, é aquilo que vem do sangue da gente. essa vontade de fazer, essa vontade de acertar, essa vontade de produzir, essa vontade de querer e dizer: nós podemos. É essa moçada que está dizendo isso.

Ah, como é bom! Tristes eram os dias que nós íamos para aquela tribuna, olhávamos para as galerias, olhávamos para as ruas e não víamos ninguém em mobilização, como se, de fato, o gigante estivesse adormecido. O gigante não está adormecido; está acordado, está vigilante e está exigindo melhoria na qualidade de vida de todos os brasileiros. E isto é muito bom! Ruim seria se eles estivessem simplesmente a dormir ou a caminhar sem saber para onde ir. Eles sabem para onde vão! E a internet está ajudando. Que bom!

Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Senador Paim, quero cumprimentá-lo e cumprimentar o nosso Presidente em exercício, o Senador Cristovam Buarque. Senador Paim, V. Ex^a, de bom tom, na manhã de sexta-feira, faz algumas referências, traz à luz fatos, dados que são importantes, em função das manifestações que começaram há 15 dias em São Paulo. Eu queria, mais uma vez, dizer, até para respeitar o movimento e não descaraterizá-lo, que é preciso que a lei seja dura com os baderneiros, que a lei seja aplicada, até porque, daqui a pouco, as famílias que foram para a rua com os seus filhinhos no colo não vão querer ir mais, com medo desses baderneiros. E, aí, alguém me diz: por que o movimento pacífico permitiu isso? O movimento pacífico não tem como segurar baderneiro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Li aqui uma nota do próprio movimento para diminuir a passagem condenando aqueles que estão fazendo o quebra-quebra.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – O Movimento Passe livre já! Não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Exatamente.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – E esses baderneiros estão realmente possuídos. Você vê a fúria, a violência com que eles agem, com que quebram, com que incendeiam. Se um pacifista desse se aproximar para pedir calma, é capaz de ele ser trucidado também. O Tribunal de Justiça do meu Estado ficou destruído. Vejam que esses baderneiros infiltrados não têm limite. Não me diga que foi o movimento; não me diga que foram os manifestantes. Foram os manifestados, mas eles foram filmados. Veja o que fizeram aqui com o nosso Itamaraty, que é um símbolo de paz, de convivência entre os homens. Você, quando faz diplomacia, você o faz para evitar guerra, é para dirimir conflitos, é um símbolo das nações, da vida, da sociedade. Eles foram lá e tocaram fogo, quebraram vidraça. E você percebe todos eles com uma mochila nas costas, quer dizer, aquilo já vai cheio de coisa, cheio de pedras e tal. Então, é preciso realmente que esses baderneiros sejam punidos de forma exemplar, até para se salvaguardar o movimento e os pacifistas e aqueles que vieram reivindicar direitos. Não têm concordância, não têm apoio esses baderneiros que foram para a rua tentar descaracterizar o movimento de qualquer maneira. Vi a tropa postada, soldados com as mãos para trás, a tropa agrupada para impedir a invasão, e um baderneiro sem camisa com o delo no nariz de um policial. Agora, você imagine: um pai de família que está ali, muitas vezes mal remunerado, sujeito a tomar uma pedrada e ter que ouvir palavrões, palavra de baixo calão de um menino qualquer, com o dedo no nariz dele. Agora, ai dele se tocar a mão, porque aí viram para cima da polícia, que é grossa, que é despreparada, que é a polícia que não sabe tratar. A mídia já ensinou à sociedade que ela tem dois bodes expiatórios para jogar os problemas dela: a polícia e os políticos. Ai desse policial e muitos deles feridos... Queremos aqui nos congratular, Senador Paim, com os policiais do Brasil. A despeito de tudo que houve, no momento em que eles tiveram que ser mais duros para conter baderneiros, a polícia do Brasil fez um belo e bom trabalho. V. Ex^a falava sobre o Sr. Blatter, que aqui tem mais poder do que o Supremo, do que o Parlamento; tem mais força do que a Presidente da República, porque o que ele impôs e o que ele disse é o que tinha que acontecer, porque, senão, não tere-

mos essa festa magnífica. Quero ver essa festa magnífica quando acabar isso! Esses elefantes brancos de bilhões que foram erguidos! E você não vai respeitar uma população que levanta cartazes na rua e diz: se você precisar de hospital leve seu filho no estádio, porque o dinheiro do hospital não tem, o dinheiro para fazer a manutenção do posto de saúde também não tem. Até porque é fácil você construir posto de saúde e hospital; o difícil é a manutenção, é o dia a dia, é fazer funcionar – e não estão funcionando. O dinheiro foi para o estádio, para a mobilidade urbana para a Copa, porque nunca se tem mobilidade urbana – e há mesmo muita dificuldade – no dia a dia do cidadão brasileiro. E você vai me dizer que não tem legitimidade? Tem legitimidade sim. Estava falando agora com um jornalista ao telefone, chamando atenção, e acabei de mandar os documentos: as duas medidas provisórias que desoneraram o setor e que deveriam ter sido passadas imediatamente – o que seria um golaço maravilhoso – veja a desatenção do governo. Ora, se você faz uma medida provisória como essa e desonera o setor, você dá aos caras 30 dias para eles repassarem isso para o consumidor. Se não repassar, vai ter problema. Faz duas medidas provisórias, desonera em quase 8%, conforme V. Ex^a leu ontem, e eles, além de não repassarem, ainda aumentam o preço da passagem. Quer dizer, deram 2000%! Coisa de gatunagem mesmo, de malandragem! Agora, existem conselhos tarifários. Como foi que os gestores permitiram isso sabendo que o benefício já havia chegado? Por isso que digo: se, no primeiro momento, a Presidente vai para a televisão e fala à Nação, aos jovens, àqueles que usam ônibus, às pessoas que não têm carro, que dependem de ônibus, de trem de metrô, e diz que desonerou 8%, eu desonerei. Então, por que eles subiram o preço? Agora estão dizendo que está reduzindo. Não estão reduzindo não. Eu estou vendendo lá R\$0,50, R\$0,10. Vejam: eles receberam 8%! Eles estão desonerando o que eles aumentaram. Há uma coisa errada nisso, e aí eu quero chamar a atenção do Ministério Público, o Ministério Público, que está aí clamando contra a PEC nº 37. Nós precisamos dizer ao Ministério Público, que é uma instituição que tem valor para este País, que agora é a hora do Ministério Público. Eu estou provocando. Se tiver que provocar por escrito, farei. E o governo precisa também provocar o Ministério Público. Dr. Gurgel, o senhor precisa tomar uma atitude, Promotores do Brasil, e notificar as empresas de ônibus do Brasil, dizendo: “Há um documento aqui, vocês foram desonerados em 8%. Então, como é que vocês levantaram o preço?” Eles precisam explicar, e os gestores também precisam explicar, porque, senão, nós não teríamos necessida-

de dessa história de que baixou R\$0,20, R\$0,10. Há gente de coelho nisso, pelo amor de Deus! E esta é a hora do Ministério Público, esta é a hora do Ministério Público. E quero ressaltar, Senador Paim, ainda, que V. Ex^a, quando estava falando do Sr. Blatter, que tem um poder danado, o Presidente da FIFA, que manda e desmanda, nós enfrentamos aqui a bebida alcoólica – eu, V. Ex^a, com discursos noite adentro...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E a meia entrada que eles impuseram também.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Sim, a meia entrada. E a bebida? O drama do Brasil não é *crack*, não! Eu conheço este assunto. O drama do Brasil é bebida alcoólica. Nós vivemos numa sociedade hipócrita; numa sociedade que consome álcool a rodo, numa sociedade bêbada, numa sociedade de fumantes, e que quer que você resolva o problema do *crack* da noite para o dia, como se o nosso problema fosse esse. Nossa problema é bebida alcoólica. E nós enfrentamos isso, para não ter nos estádios, e fomos derrotados aqui. Fomos derrotados pelo Sr. Blatter, que disse que tem que vender bebida nos estádios sim. E nós fomos derrotados aqui. Olha que hipocrisia! Olha que loucura! E olha só, ele agora é técnico do meu Flamengo – sou flamenguista –, mas o Sr. Mano Menezes, quando era técnico da Seleção – é gaúcho também, não é, o Mano Menezes? –, virou garoto propaganda de cerveja. Que exemplo é esse? Que exemplo é esse? A bebida alcoólica é a porta de todas as desgraças. O maior número de órfãos que este País tem são filhos da bebida alcoólica. O maior número de órfãos, de jovens paraplégicos, tetraplégicos, que estão no Sarah, que estão em casa, imobilizados, tentando tratamento. É a bebida alcoólica! Ora, e o técnico da Seleção Brasileira virou garoto propaganda de bebida alcoólica?! O que nós estamos querendo com isso? E, aliás, os grandes patrocinadores, a própria publicidade que o Ronaldo Fenômeno faz hoje, junto com o Vampeta, com o Cafu, com não sei quem, antes de começar o jogo da Copa, é de bebida alcoólica. E nós estamos querendo resolver problema de cocaína, problema de *crack*, como se isso fosse o diabo da sociedade? Nós precisamos começar é pela raiz, que é a bebida alcoólica. Mas a FIFA pode tudo, a FIFA atropela tudo, e depois o seu Blatter vai rindo... Aliás, todos esses diretores da FIFA estão enrolados nos tribunais internacionais.

(Soa a campainha.)

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Todos eles estão envolvidos com corrupção. Então, tentar dizer que o movimento... Eu nem sei dessa nota, eu ouvi falar – e ouvi V. Ex^a agora – dessa reclamação

de que os movimentos podem prejudicar a Copa das Confederações, podem prejudicar a Copa do Mundo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não, eu não disse nada disso.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Hein?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu não disse nada disso.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Não, eu li uma nota.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ah, tá.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Eu não sei se V. Ex^a está falando dessa nota.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O que eu li aqui, Senador, foi uma nota do Brasil 247, que diz, em seu final, que perder a Copa para a Inglaterra depois de gastar R\$30 bilhões na construção das arenas e ainda em outros investimentos para o torneio teria um impacto devastador, seria uma demonstração de fracasso coletivo do Brasil como nação. Mais grave ainda seria...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... a transferência para a Inglaterra, que já se apresentou querendo (*Fora do microfone.*) assumir, no lugar do Brasil, a Copa. O que eu disse? Gastamos 30 bilhões? Os estádios estão prontos? Não, Inglaterra! Não, FIFA! A Copa será aqui! A Copa será aqui!

Depois que tudo aconteceu, a nossa questão interna nós vamos resolver, sabendo valorizar a nossa juventude, que protesta legitimamente. O que nós questionamos, e V. Ex^a também, é a quebra de regras, a truculência, a violência, os vândalos. Isso nós repudiamos. Agora, querer dizer que, por causa de um movimento interno, vão levar a Copa para a Inglaterra, que, para mim, de forma oportunista, não deveria nem ter se apresentado, faz aqui essa proposta.

Não, FIFA! Não, Inglaterra! A Copa será aqui e nós resolveremos as nossas questões internas atendendo as demandas da nossa juventude.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Como se eles tivessem moral e autoridade para falar em baderneiro. Eles se esqueceram dos *hooligans*? Eles não têm moral para falar em baderneiro. Aliás, baderneiro, inconsequente, isso há no mundo inteiro. Ou eles se esqueceram daquele inconsequente que tirou o nosso corredor de longa distância que estava chegando para cruzar a fita, abraçando-o, jogando-o lá do outro lado e fazendo com que ele amargasse o terceiro lugar? Baderneiro, maluco, inconsequente, endemoniado, isso há em qualquer lugar. Eles se esqueceram dos *hooligans*? Como se eles tivessem, lá, nas ruas, só gente de bem, pacifistas. Baderneiro há em todo lugar: aqui,

na Inglaterra, na Suíça, no Japão, em todo lugar. V. Ex^a está correto. Eu estava me referindo a uma nota que eu li, hoje, pela manhã, tratando desse assunto. Quando eu vim para o plenário, V. Ex^a estava falando exatamente disso. Ora, Senador Paim, achar que a culpa é do movimento? Não! Não! Quem está reivindicando aqui, internamente, e é problema nosso, está reivindicando os seus direitos, está reivindicando os seus direitos, o que fez de forma pacífica. Avalie se nós tivéssemos aqui meia dúzia de *hooligans* da Inglaterra no meio dessas nossas passeatas. Talvez tivessem destruído o Brasil, porque o procedimento, o comportamento que se conhece desses jovens beberrões é absolutamente pior do que o que nós já vimos aqui. Então, comungo perfeitamente com V. Ex^a, abraço e acolho todas as palavras lidas e comentadas por V. Ex^a, como acho que assim também o Brasil inteiro. Não tem ninguém, aí fora, que não esteja fazendo coro, condenando baderne, como nós aqui – todo mundo, todo mundo –, fazendo coro com essa movimentação do bem. Agora, às nove horas, iniciou-se a reunião da Presidente com os seus Ministros e líderes. Eu fico me perguntando se os líderes vão chegar para efetivar, porque nós estamos, aqui, debatendo redução da maioridade penal, debatendo de uma forma de brincadeira. Senador Cristovam, o debate está sendo feito nas segundas-feiras. Não tem ninguém aqui na segunda-feira. Não vem nem quem convoca. E o debate é feito pelo Interlegis. Meu irmão, quem é, da população do Brasil, que vai debater pelo Interlegis? Que vai debater redução da maioridade penal pelo Interlegis? O povo está na rua, trabalhando. O carro está sendo roubado na rua, as pessoas estão no ponto de ônibus, na frente da faculdade, na frente da escola... Hoje, fala-se em duas coisas nos jornais: fala-se no movimento e em crimes cometidos por menores neste País. Os jornais falam de duas coisas hoje: do movimento e da violência desses homens travestidos de crianças. Ora, são 97% do País, e fica esta Casa, aqui, fingindo que...

(Soa a campainha.)

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – ... está debatendo. Fingindo! Quem está aqui na segunda-feira? Só quem mora aqui, quem vem para cá fazer discurso e falar com a Nação, mas mesmo sem painel. Debater redução da maioridade penal numa segunda-feira? Isso é uma piada de mau gosto! No Interlegis? Quem é que vai entrar em Assembleia Legislativa? O povo está trabalhando, nem os Deputados estaduais estão lá, no Brasil. E estão debatendo um meio-termo. A palavra é meio-termo. Que meio-termo? De quê? Não tem meio-morte, não tem meio-assassinato, não tem meio-estupro, não tem meio-sequestro, não

tem meio! Tem sequestro, tem estupro, tem morte, tem violação de direitos. Reduzir de 18 para 16 anos para que, hein? É tentando contar uma mentira inteira como se fosse verdade para a sociedade? A sociedade não vai engolir isso, não, Senador Paim! Todo mundo sabe, V. Ex^a sabe... Tem filhos, eu também... Minhas filhas, com 16 anos, estavam feitas. Eu, com 16 anos, era um homem feito. Aliás, já o era desde os 13 anos. Desde os 13 anos.

(Interrupção do som.)

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Encerro a minha participação com V. Ex^a. Estão nos jornais hoje as movimentações pacíficas, os baderneiros e a violência dos filhos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Eu agora vou chamá-los de filhos do ECA, afilhados de Rita Camata. Filhos do ECA estão nas ruas saqueando. Aliás, tem uma identificação, e terá uma surpresa, viu, Senador Cristovam? A Polícia vai revelar, nos vídeos – eu já tenho informação –, que os saques, quase todos, foram feitos por menores. Menor não, homem travestido de criança, tocando o terror, se aproveitando desse momento. E nós vamos ficar parados aqui, vendo isso, sem tomar uma posição? Então, é o que está nos jornais hoje, que o povo estava na rua com faixas dizendo “redução da maioridade penal já”, reivindicando direitos, transporte, educação, saúde. A Presidente está reunida hoje, mas ela perdeu a oportunidade de ir para a televisão e dizer “olha, se não fizemos tudo, nós avançamos. Foi feito isso, isso, isso e isso.”

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Nós acreditamos que ela irá, Senador.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Hein?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Nós estamos acreditando que, dessa reunião, a Presidenta falará à Nação.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – É falar à Nação “tem coisa por fazer, mas isso foi feito”, e não tentar tapar o sol com a peneira, não é, Senador Paulo Paim? A gente sabe que, em 1992, quando o Fernando Henrique deixou o País com 11 milhões de desempregados, uma dívida homérica com o FMI, havia 18 milhões de irmãos nossos que nunca beberam um copo de água gelada, porque não tinham energia elétrica, que havia 40 milhões de miseráveis. Não há nenhum demérito em ser pobre. Jesus disse aos pobres “sempre tereis convosco”. Demérito é miséria. Mas 30 milhões saíram da miséria e emergiram, são o que hoje os colonistas chamam de pobres emergentes, que vivem no shopping, viajam de avião, têm máquina de lavar em casa. Nós sabemos que o País avançou. A Presidente pode mostrar isso e dizer assim: “Avançou tanto que

eu desonerei 8% aqui, porque eu sabia que não podia subir o preço da passagem e eles subiram". E nós vamos corrigir esse crime, porque isso é um crime. E aí eu chamo novamente o Ministério Público. Chamo novamente o Ministério Público, Chamo novamente. Se vier Promotor ou Procurador agora ao meu gabinete – são meus amigos –, eu vou dizer assim: "Estão querendo reunir sobre a PEC nº 37 de novo? Vamos embora reunir". Cadê vocês nesse episódio? Cadê? Eu estou provocando. Por que não foram a esses empresários, notificá-los, dizer a eles: "olha, vocês vão devolver o dinheiro, porque foi repassado para vocês e vocês não repassaram para o consumidor?" Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Esse foi o Senador Magno Malta.

Sr. Presidente, eu vou terminar a minha fala, se V. Ex^a permitir... Eu já fiz isto diversas vezes lá no meu Rio Grande. Vou ao meu Rio Grande, pego a letra de uma canção bem gaudéria, Senador, lá dos nossos pagos, e acabo não a declamando, porque não tenho esse dom, mas apresentando-a na tribuna quando entendo que o momento é adequado. Essa canção, de autoria de Nenito Sarturi, Cláudio Patias e Nelcy Vargas, tem o título "Um Pito". Eu quero que a nossa juventude entenda que esse Um Pito é, na verdade, uma conversa do pai com o filho. Ele diz:

*Olha guri
Repareis [bem] o que estás fazendo
Depois que fores é difícil de voltar
Aceite um pito e continues remoendo
Teu sonho moço desse rancho abandonar [ou seja, persiga seu sonho]
Olha guri
Lá no [seio do] povo é diferente
E certamente faltará o que tens aqui
E só te peço não te esqueças de tua gente
De vez em quando manda uma carta [para casa] guri
Se vais embora por favor não te detenhas
Sigas em frente não olhes para trás
Que assim não vais ver a lágrima existente
Que molha o rosto do teu velho meu rapaz
Se vais embora por favor não te detenhas
Sigas em frente não olhes para trás
Que assim não vais ver a lágrima existente
Que molha o rosto do teu velho meu rapaz
Olha guri
Pra tua mãe cabelos brancos
E pra este velho que te fala sem gritar
Pesa teus planos eu quero que sejas franco
Se acaso fores pega o zaino [que é um cavalo] pra enfrenar
Olha guri*

*Leva uns cobres de reserva
Pega uma erva pra cevar teu chimarrão
E leva um charque que é pra ver se tu conservas
Uma pontinha de amor por este chão
[...]
Se vais embora [aí termina] por favor não te detenhas
Sigas em frente, não olhes para trás
Que assim não vais ver a lágrima existente
Que molha o rosto do teu velho meu rapaz.*

Senador Cristovam, por que eu li? Quando ouço essa canção, interpretada por um cantor ou por uma cantora, sinto como se o pai ou a mãe falasse com o menino o seguinte: não abre mão dos teus sonhos. Não esquece o chimarrão, nem o chão em que tu nasceste. Mas vai em frente, continua firme. O teu sonho pode se tornar realidade. Olha para trás. Ou não olhes para trás, porque, se olhares, vais ver as lágrimas caindo de saudade dessa querida juventude, meu guri, meu rapaz.

Era isso, Senador Cristovam. Termino deixando essa homenagem à juventude brasileira, lembrando que os pais e as mães estão torcendo por eles. Eles sabem que essa juventude está lá lutando também por eles. Aí as bandeiras são aquelas que todos nós conhecemos.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Senador Paim.

Peço que assuma a Presidência para passarmos a palavra, creio, ao Senador Simon.

O Senador já falou? (Pausa.)

Quero, então, encerrar esta sessão...

O Senador Simon quer falar e vai falar. (Pausa.)

O Sr. Cristovam Buarque deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo a palavra, neste momento, pela ordem, ao Senador Simon.

Eu mesmo estou lembrando que ele falou, sim, quando aqui chegou, pela manhã. Primeiro, ele disse que tinha um compromisso na UnB – não é, Senador? –, mas que voltaria aqui para complementar a sua fala inicial, com o brilhantismo de sempre.

Por isso, é com alegria que a palavra está com V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente.

Antes de vir à tribuna, procurei me informar com todos os companheiros, e notícia nenhuma veio do Palácio. Dizem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Que estão em reunião ainda.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Parece que estão em reunião, mas ninguém viu entrar lá ou sair ninguém de lá, a não ser o Sr. Carvalho. Não sei, não sei, mas continuo na expectativa. Volto a dizer que temos de fazer realmente algumas reflexões.

Depois que saí ontem, aliás hoje, desta Casa, não consegui dormir e meditei muito. Que situação estranha é essa! Que situação esdrúxula! As passeatas geralmente eram feitas pelo PT, pela CUT e pela UNE, nos oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso, para buscar melhor salário, melhor isso, melhor aquilo. Elas eram feitas e se encerravam. No Governo do PT, ficou diferente, porque a CUT e a UNE caíram fora.

O Governo botou debaixo das suas asas todas as organizações não governamentais oficiais. Ficaram as ONGs. É verdade que as ONGs, no mundo inteiro, têm um papel muito destacado. Aqui, no Brasil, há ONGs importantes, há ONGs ilustres, mas, infelizmente, há ONGs que são um escândalo! Tivemos de fazer uma CPI sobre as ONGs, e esse é um dos fatos negros do Senado. Fizemos a CPI, e apareceram ONGs comandadas pelo PSDB fazendo escândalos, e apareceram ONGs comandadas pelo PT também fazendo escândalos. Então, o que aconteceu? O PT e o PSDB se reuniram, e nós não apuramos as do PT, não apuramos as do PSDB e encerramos a CPI sem nenhuma conclusão.

Então, essa falta de credibilidade do nosso Congresso existe por causa dessas questões.

Houve um momento em que nós cassamos o Presidente da República, e o povo foi todo à rua a favor do Congresso Nacional. Quando ele, Presidente, viu que seria cassado, pediu que o povo fosse para a rua de camisa verde e amarela. Vejam que o Presidente Collor teve a sensibilidade de tentar se identificar com a Bandeira do Brasil e com as cores verde e amarela. Mas a coisa já estava tão adiantada, tão adiantada, que o pessoal foi de preto.

Agora, o Presidente do PT mandou as pessoas irem de camisa vermelha e disputarem o espaço com as outras pessoas. Mas o que é isso, meu Deus do céu? E se diz isso depois de uma reunião com a Presidenta Dilma, com o Presidente Lula, com o Mercadante, com o Santana – o homem da publicidade – e com o Presidente do PT Nacional. Saíram da reunião, e o Presidente do PT Nacional fez uma convocação pelo Brasil afora para o PT, de camisa vermelha, ocupar os espaços e disputar os espaços.

Agora, no jornal, aparece a Dona Dilma dizendo que não deveria fazer isso. Mas, na verdade, passa pela cabeça de alguém que o Presidente Nacional do PT, que estava em uma reunião de duas horas com o comando do PT, mandaria fazer isso sem falar com a Presidente da República?

Aí marcam a reunião para agora, às 9 horas. É meio-dia. Falei com tudo que é jornalista, falei com um bando de gente, e ninguém tem notícia nenhuma. Não sabem quem chegou ao Palácio. Só o Carvalho chegou ali. E o Ministro Carvalho ainda deu para a imprensa uma notícia correta, mas que ele não tinha nada que ter dado: está preocupado com a Jornada da Juventude e com o Papa. Era hora de falar nisso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós, eu e V. Ex^a, estaremos lá. Já combinamos que nós vamos à Jornada da Juventude com o Papa.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas, numa hora como esta, no meio desta confusão, lembrar que o Papa vem aqui e que pode dar confusão? O Ministro dizer isso? Há momento para tudo! Se você vai a um velório, você beija a viúva e lhe dá os pêsames, mas não vai falar: “Vai passar o fim de semana onde?” Em uma reunião como esta, num momento como este, não é hora de falar que está muito preocupado com o que pode acontecer na comunidade, com o que pode acontecer com a juventude e com o Papa. Passei a estar preocupado, porque, se ele está preocupado, alguma coisa deve estar acontecendo.

Lula, quando nasceu... Perdão! O PT, quando nasceu, nasceu muito bem. Eu o olhava com inveja, porque o MDB já estava deixando de ser aquele meu MDB na hora da luta, da resistência. Se já estava se aproximando dos cargos, eu via que toda aquela minha paixão de achar que nós éramos os heróis da Pátria só ocorria na oposição. Quando chegava a algum cargo, a gente se entregava.

Era de se esperar que o PT fizesse isso. Vamos fazer justiça que o Governo do Lula teve um lado positivo: salário família etc. e tal. Teve um lado positivo. Vamos falar, com justiça, que a Dilma mostrou um lado positivo. Inclusive, o andamento do mensalão, embora não tivesse muita atividade, foi um lado positivo do Governo dela.

Agora, hoje, estamos em um momento chave. Já está anunciado que a Presidenta falará à Nação, e até já disseram o horário: na hora do Jornal Nacional, às 20h15. É verdade? Não sei. Acho difícil que ela não fale. Mas, se é para falar e não dizer nada, se é para falar e dizer o que não deve, é melhor não falar. A Dilma deve falar com seus eleitores, com o povo brasileiro. Ela é a Presidente da República e foi eleita com um mar de votos do povo brasileiro, de ricos

e de pobres, de brancos e de pretos, de gaúchos, de amazonenses. Ela foi eleita. Reparem que, até pouco tempo, ela obtinha o maior índice de popularidade que um presidente da República obteve até agora; ganhou de Lula, ganhou de todos os outros. Não pode, de uma hora para outra, a Presidente desaprender. Não pode, de uma hora para outra, a Presidente ficar insensível. Não pode, de uma hora para outra, a Presidente ficar sem saber o que dizer.

A Presidente assumiu a Presidência da República, e veio o PAC nº 2. Se não se sabe o que foi feito e o que não foi feito do PAC nº 1, muito menos se sabe o que é feito do PAC nº 2!

O PT quase dobrou o número de ministros no Governo da Dilma com relação ao Governo Lula. Digo que dobrou o número entre os ministros do PT e os da confiança da Dilma, que, na verdade, são do PT também.

E aí o Brasil passou a viver em clima de Copa do Mundo, em clima de Jogos Panamericanos, em clima de Liga dos Campeões.

Há um projeto de lei de minha autoria, que é a Lei de Licitações. Era um projeto que veio da Câmara e que chegou aqui. Àquela época, eu me dava bem com o MDB, e me deram o projeto para eu relatar. Hoje, se me dão um projeto para relatar, trata-se de nome de estrada, de nome de rua. Fizemos um estudo muito grande, muito profundo. E, à época, ele foi considerado, em âmbito internacional, como um avanço muito grande na moralização das questões.

Agora, para a Copa do Mundo, retirou-se tudo que é compromisso, não há Lei de Licitações, não há nada! A direção do Congresso nomeou uma comissão por conta dela, para fazer uma nova Lei de Licitações. E fico me perguntando... Primeiro, não quero discutir, mas os nomes não são os que eu botaria. Segundo, numa hora como esta, nesta agitação em que estamos, o Governo já saiu mal, mudando as licitações para a Copa do Mundo. Os estádios da Copa do Mundo não precisam passar por licitações, não precisam de absolutamente nada. É um corre-corre. No meio disso, fazer uma nova lei? Sinceramente, não consigo entender. Sinceramente, não consigo entender.

E há essa proposta de retirar dos promotores o direito de fazer denúncia. Este é o momento para isso? Estamos no meio de uma discussão! Está lá o mensalão! Há o mensalinho de Minas Gerais, e não se sabe o que dali vai sair, o que não vai sair. Está aí uma discussão intensa com relação a essa matéria. Vamos deixar para mais adiante! Vamos fazer uma discussão genérica de todo o contexto, não apenas subir a Polícia Civil e tentar baixar a Promotoria.

Então, reparem que, no meio de toda essa confusão, entre as leis que vêm a julgamento, não há uma delas de consenso, não há uma que signifique a busca de um entendimento positivo.

É isto que a Drª Dilma tem de entender: o que o seu Governo quer, qual o objetivo do seu Governo.

O grande mal foi que, no início, quando ela governou com categoria, afastou seis ministros que não produziam o necessário, e ganhou toda essa credibilidade que ela tem. Mas, agora, é uma daquelas falas que marcam. O que ela vai falar, hoje, às 20 horas, pela televisão, o que ela vai anunciar e o que ela vai fazer vão carimbar o Governo dela.

Se ela baixou 10, 12 pontos nas pesquisas, antes dessa confusão toda – meu Deus do céu! –, o que acontecerá, se a sua fala for negativa e se o seu PT fizer alguma coisa parecida com o que fez ontem, na reunião de São Paulo?

O Senador Cristovam fala e repete a preocupação e a ansiedade dele para o Congresso debater, discutir e buscar alguma coisa para fazer. Outro dia, ele se dirigiu ao Presidente do Senado, titular, que lhe respondeu: "É muito importante, Senador Cristovam. Vamos nos reunir, vamos discutir e vamos ver o que podemos fazer, o que é da nossa ação." Eu já senti que não vai sair muita coisa de lá. Eu não sei se não era para a gente tentar reunir um grupo de Parlamentares, de todos os partidos, que topem fazer uma reunião e até discutir com a sociedade uma pauta em torno daquilo que nós vamos decidir.

Eu acho altamente negativa as reuniões dos Presidentes da Câmara e do Senado e dos Líderes das bancadas. Com todo o respeito, não vejo nos Líderes das mais diferentes bancadas o sentido de buscar uma solução, o sentido de se enquadrar no quadro que nós estamos vivendo e tentar fazer alguma coisa. Sinceramente, eu não vejo. Por isso, talvez, a gente possa se reunir e fazer aquilo que eles não fazem.

Infelizmente, a Presidente fala na sexta, e nós só vamos nos reunir na segunda-feira. Deus queira nos ajudar que, nessa sexta, nesse sábado e nesse domingo, haja uma trégua. Vamos apelar para isso. Que se pare para pensar, porque foram dez dias em que os nervos devem estar à flor da pele por parte de todos.

Vamos esperar o pronunciamento da Presidente. Vamos ver, Senador Paim, se o PT desta vez não manda o seu pessoal de camisa vermelha confrontar outros que lá estão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Simon, V. Ex^a me permite mais um aparte sobre o mesmo tema? Eu comentei com V. Ex^a num outro momento e, antes de encerrar, eu queria também dizer que, como a Presidenta, eu acho que a

intenção foi boa, mas a forma foi errada. O que é que o Presidente Falcão quis dizer ou deveria ter dito? Que todos os militantes – de centrais, confederações, estudantes – deveriam participar desse movimento, um movimento correto, justo, mas evitassem ir de bandeira e de camisa identificando esse partido, aquela central, porque o movimento é claro. Eles dizem: "Nós não somos contra o partido, nós não queremos é partidarizar o movimento." E isso está correto, se não vai partidizar e dividir. Então, nenhum partido é bem-vindo, por aquilo que nós ouvimos da própria imprensa por parte dos dirigentes do movimento. Então, eu acho que a orientação em si foi correta. A condução foi errada. Vamos todos participar, porque é um movimento que visa a melhorar a qualidade de vida de todo o povo. Então, tenha certeza absoluta de que fatos como esse não se vão repetir. Quero tranquilizar V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Imagine V. Ex^a se, agora, no dia de São João, em uma festa, em um baile a caráter, aparecesse alguém de *smoking*! Como é que ele ia ser recebido?

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito mal, com certeza.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu encerro, Sr. Presidente, lembrando à Presidenta Dilma: o preço nós todos vamos pagar, mas a decisão só ela pode tomar. Só ela pode tomar. E, com essa decisão, não vai sobrar nada de negativo nem para Lula, nem para ninguém. É ela. A Presidente é ela, a responsabilidade é dela. Ela deve falar. E que Deus a ajude. E que possamos estar com a cara bem melhor na próxima segunda-feira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, cumprimento mais uma vez V. Ex^a.

E, ao encerrar esta sessão, eu só queria dizer que, hoje, Senador Cristovam, que é do PDT, completa nove anos da morte de um grande Líder deste País, e eu faço este registro com saudade: Leonel de Moura Brizola, o Líder maior do PDT. Eu tive a alegria de acompanhar parte, já que ele era gaúcho, da caminhada dele.

Então, saudades eternas de Leonel Brizola.

Senador Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Apenas para dizer que o rádio está informando que até a Fifa está em reunião extraordinária para ver o clima no Brasil e o que ela vai fazer em relação ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o eixo, Senador Simon, do meu pronunciamento. Eu tinha informações de que a Inglaterra já se

apresentou, no meu entendimento, de forma oportunista. Nós temos aqui um movimento democrático da juventude brasileira, justo, e que nós vamos administrar. E o que eu disse na minha fala: eu quero saber se a Fifa vai devolver os R\$30 bilhões que nós gastamos. Então, não, Fifa. A Copa do Mundo vai ser aqui. Os estádios estão prontos.

Agora vai vir o mínimo de devolução, e a Copa do Mundo não sairá daqui, tenho certeza absoluta, pela visão que tem o povo brasileiro. E os protestos pacíficos poderão continuar livremente, como acontece em qualquer país do mundo.

Termino, assim, lembrando que, ontem, Senador Simon, a nossa querida cidade, onde nós dois nascemos, Caxias do Sul, completou 123 anos. Inclusive V. Ex^a foi fundamental, eu sei, para eleger o Prefeito da cidade.

Na figura do Prefeito Alceu Barbosa, mandamos um abraço, meu e do Senador Simon, para toda a nossa cidade natal.

Vida longa à nossa querida Caxias do Sul!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 702, DE 2013

Requeiro, nos termos do artigo 40, do Regimento Interno, autorização para desempenhar missão oficial no exterior, no período de 18 a 20 de junho de 2013, com ônus para a Casa, em razão de designação do Presidente Renan Calheiros para representar o Senado Federal na Reunião de Presidentes de Parlamentos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, a ser realizada em Lisboa, Portugal.

Comunico, ainda, nos termos do art. 39, "I", do Regimento Interno, que estarei ausente do País no período acima mencionado.

Salas das Sessões, de junho de 2013. – Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Sr. Senador Aloysio Nunes Ferreira enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para pontuar alguns aspectos que dizem respeito à atual situação econômica pela qual passa o nosso país.

Economia:

- Recentemente o IBGE anunciou que o PIB do primeiro trimestre deste ano teve alta de 0,6% em relação ao último trimestre de 2012.
- A grande maioria dos analistas do mercado – e até mesmo o governo - esperavam um crescimento de 1% para o primeiro trimestre.
- Esse fraco resultado decepcionou o mercado e já levou os analistas a revisarem para baixo, mais uma vez, o crescimento da economia do país em 2013.
- Economistas calculam que, se a atividade brasileira permanecer, em média, em 0,6% em todos os trimestres do ano, o PIB deste ano fechará em torno de 2,6%, ou seja, bem abaixo dos 3,5% projetados inicialmente pelo governo.

Desonerações:

- Vários indicadores mostram que esse modelo que priorizou o aquecimento do consumo e as desonerações de setores específicos se esgotou.
- Já passou a hora de deixarmos esse modelo de lado para passarmos a dar prioridade para os investimentos.
- A estratégia do governo para conseguir chegar, pelo menos, a um crescimento do PIB próximo de 3% será continuar insistindo nos estímulos à economia por meio de medidas como desonerações.
- A última anunciada pelo governo foi a redução do PIS/Cofins para tarifas de transporte coletivo urbano, como ônibus, trem e metrô, a partir do dia 1º de junho.
- Só este ano, o governo vai abrir mão de mais de R\$ 70 bilhões com desonerações.
- Portanto, uma série de benesses pontuais e setorizadas, que ilustram perfeitamente a falta de uma visão mais ampla, um planejamento que encare os problemas como um todo.
- O Governo continua fatiando o que já não é fácil reconhecer como uma política econômica coesa.
- Falta o sentido de conjunto; falta visão estratégica de longo prazo. O país ainda espera um verdadeiro conjunto de medidas estruturais mais fortes.
- O jornal o Estado de S. Paulo publicou matéria no último dia 28 de maio mostrando que a Receita Federal teme os efeitos dessas desonerações.
- Segundo a matéria, “É grande o temor na área técnica de que as sucessivas desonerações anunciadas no governo Dilma Rousseff se

transformem numa verdadeira bomba-relógio para as contas públicas, de difícil desmontagem no caso de piora das condições da economia brasileira e mundial”.

– É bom lembrar que o Governo Federal já sinalizou que o objetivo do superávit primário não será mais a redução da dívida, mas a expansão da economia.

– Outra consequência dessas desonerações também é apontada pelo corpo técnico da Receita: a de que a condução dessa política de desonerações, baseada em isenções tributárias pontuais e setoriais, tem ampliado ainda mais a complexidade do sistema tributário e dificultado o trabalho da fiscalização.

– Isso nem pode ser considerado um puxadinho de política industrial, porque nem se sabe os critérios para definir os setores beneficiados.

Subsídios ao BNDES:

- Os custos com subsídios ao BNDES e os incentivos do governo em desonerações para turbinar o Pibinho farão com que o próximo presidente deixe de contar com R\$/ 50 bilhões só em 2015.
 - Os subsídios para operações do BNDES vão deixar uma conta bastante salgada.
 - O dinheiro do Tesouro é captado no mercado com juro maior que o cobrado pelo banco de fomento. Isso gera um custo e o Tesouro acaba pagando essa diferença. Ou seja, arca com a equalização de parte dos empréstimos do banco.
 - A preocupação com isso já levou o Ministério da Fazenda a editar uma portaria, no final do ano passado, na qual os subsídios apurados em 2013 e 2014 só precisam ser resarcidos ao BNDES em 2015.
 - Isso significa que boa parte dessa despesa está sendo postergada para o próximo governo, que vai assumir num cenário de superávit primário menor, despesas correntes elevadas e baixa arrecadação.
 - Essa herança será o total desequilíbrio fiscal.
- Inflação:
- As notícias sobre a inflação todos já conhecem.
 - Há muito tempo o governo abandonou o centro da meta, de 4,5%, para se contentar em ficar no limite do teto, de 6,5%.
 - As consequências de se manter uma inflação em patamares elevados todos também já conhecem.

- Em recente ata do Copom, a diretoria do Banco Central admitiu que pode fazer novas altas de juros porque a inflação, mais forte e persistente, continua alimentada por mecanismos formais e informais de correção de preços.
- Um dos fatores-chave para a queda da popularidade de Dilma na última pesquisa está no fato da população estar sentindo “na pele” a alta dos preços.
- A população está preocupada. E com razão. Mais de 50 % dos pesquisados no Datafolha apontam que a inflação vai subir. É porque eles não acreditam na competência da gerentona para conduzir a nossa política econômica.

Investimentos:

- Em um cenário de PIB fraco, inflação alta e credibilidade do país em xeque, o governo não tem sido capaz de impor um ritmo maior aos investimentos, na contramão do discurso oficial.
- Até abril, a parcela destinada a investimentos ficou em 17% do total de R\$/ 130 bilhões autorizados no Orçamento, segundo o Tesouro.
- Precisamos de mudanças para deixar a cadeia produtiva mais competitiva.
- O tempo passa e fica cada vez mais evidente, e consensual, que a retomada do crescimento, de forma consistente, terá de ser impulsionada pelos investimentos.
- Mas, para isso, o governo precisa começar a se mexer. E logo.

Agências Reguladoras:

- Matéria do *Estado de S. Paulo*, datada de 9 de junho deste ano, mostra que ex-diretor de basquete comanda a ANTT. Esta é a agência que deveria tirar do papel as concessões de rodovias e ferrovias.
- A Agência está totalmente enfraquecida, com dois diretores interinos.
- Em meio aos arranjos políticos para acomodar aliados, as Agências ficaram asfixiadas e perderam sua autonomia para zelar pelo bom funcionamento dos serviços públicos.
- O que se vê hoje é a morte lenta dos órgãos reguladores.
- Quem investe nessas condições? É nesse ambiente que querem atrair investidores?

Agências de Risco:

- A agência de classificação de risco Standard & Poor's anunciou o rebaixamento da

perspectiva da dívida do Brasil de estável para negativa, devido à piora das contas públicas, ao crescimento fraco e à inflação.

- É a primeira vez que isso acontece desde 2002, quando a expectativa da vitória de Lula provocou turbulência no mercado.
- A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) vem inconsistentemente operando em queda.
- E em entrevista ao Estado de S Paulo, o ministro Mantega teve a audácia de dizer que, se depender do desempenho econômico, a agência deveria revisar a nota do Brasil para melhor!
- Alguém ainda acredita em Guido e suas previsões? Ele também acredita em Papai Noel.

Ministro da Fazenda – quem ainda acredita?

- Em dezembro do ano passado a equipe econômica previa um crescimento de 4,5% do PIB para este ano.
- Há algumas semanas, o Ministro Guido Mantega, admitiu que nem uma estimativa de 3,5% seria cumprida.
- Ainda em entrevista, o ministro disse que o governo não usa ‘malabarismo fiscal’!
- PIB do 1º trimestre fraquíssimo, inflação no limite do teto superior da meta, piora no setor externo – tanto na balança comercial quanto na conta corrente – dificuldades para cumprir metas, baixas taxas de investimentos e poupança, infraestrutura debilitada, credibilidade em dúvida, enfim, não parece o mesmo país que o Ministro Mantega enxerga.

The Economist:

- Não é por menos a ironia da Revista Britânica: “ele é um sucesso”.
- No final do ano passado a conceituada revista sugeriu a saída do ministro para uma mudança de rumo na economia. Isso fez o ministro ficar “indemissível”.
- Agora, diante das dificuldades da economia brasileira, a revista pede para ele ficar, e deixaria Dilma à vontade para substituí-lo.
- Stay Mantega!!

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esta encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 24 minutos.)

SENADO FEDERAL

ATA DA 33^a SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 20 DE MARÇO DE 2013

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 33, de 21 de março de 2013)

RETIFICAÇÃO

Às páginas nºs 11567 e 11568, republique-se o Parecer nº 141, de 2013, para fazer constar o Anexo ao Projeto de Decreto Legislativo nº 576, de 2012 (Parecer nº 51, de 2012 – CN):

COMISSÃO DIRETORA PARECER Nº 141, DE 2013

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 576, de 2012.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 576, de 2012, que *aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco da Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 83, de 2012 (Mensagem nº 323, de 17/07/2012, na origem).*

Sala de Reuniões da Comissão, em 20 de março de 2013.

Senador Jorge Viana, Presidente

Senador Jayme Campos, Relator

Senadora Ângela Portela

Senador João Vicente Claudino

ANEXO AO PARECER Nº 141, DE 2013.

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 576, de 2012.

Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 83, de 2012 (Mensagem nº 323, de 17 de julho de 2012, na origem).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º São aprovados os textos da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e do Livro Branco de Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 83, de 2012 (Mensagem nº 323, de 17 de julho de 2012, na origem).

Art. 2º As recomendações apresentadas pelo Congresso Nacional nos termos do § 3º do art. 9º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, incluído pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, constam do Anexo a este Decreto Legislativo.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 576, DE 2012
(PARECER N° 51, DE 2012 – CN)

RELATÓRIO N° , DE 2012

Da COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA DO CONGRESSO NACIONAL, sobre a Mensagem (CN) nº 83, de 2012 (Mensagem nº 323, de 17/07/2012, na origem), que *encaminha, nos termos do § 3º do art. 9º da Lei Complementar nº 97, de 1999, alterado pelo art. 1º da Lei Complementar nº 136, de 2010, os textos da proposta de Política de Defesa Nacional (sic), da Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco da Defesa Nacional.*

RELATOR: Senador **JAYME CAMPOS**

I – RELATÓRIO

Nos termos do § 3º do art. 9º da Lei Complementar nº 97, de 1999, alterado pelo art. 1º da Lei Complementar nº 136, de 2010, a Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 83, de 2012 (Mensagem nº 323, de 17/07/2012, na origem), os textos da proposta de Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco da Defesa Nacional.

A iniciativa, assim, atende ao disposto no § 3º art. 9º da Lei Complementar nº 97, de 1999, recentemente reformada pelo Parlamento. De acordo com esse dispositivo:

Art. 9º.....

§ 3º O Poder Executivo encaminhará à apreciação do Congresso Nacional, na primeira metade da sessão legislativa ordinária, de 4 (quatro) em 4 (quatro) anos, a partir do ano de 2012, com as devidas atualizações:

I - a Política de Defesa Nacional;

II - a Estratégia Nacional de Defesa;

III - o Livro Branco de Defesa Nacional.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp136.htm - art1

Lida no Plenário do Congresso Nacional em 1º de agosto de 2012, a Mensagem foi distribuída à Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) naquela data e, no dia 9 de agosto, designado este Senador para relatá-la.

Acompanha a Mensagem a Exposição de Motivos (EM) nº 181-MD/SAE, de 29 de junho de 2012, dos senhores Ministros de Estado da Defesa e da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

A Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN) são documentos da mais alta relevância e assinalam o compromisso do Estado brasileiro com os valores democráticos e a defesa de nossas instituições e de nossa sociedade. Eis, portanto, os importantes documentos que agora são submetidos à apreciação do Congresso Nacional.

II – ANÁLISE

A Política Nacional de Defesa (PND), cujas versões anteriores tinham o nome de Política de Defesa Nacional (PDN), denominação, inclusive, constante da Lei Complementar nº 97, de 1999, é “o documento condicionante de mais alto nível do planejamento de defesa e tem por finalidade estabelecer objetivos e diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos setores militar e civil, em todas as esferas do Poder Nacional”.

Se a Política orienta o Estado no sentido de o que fazer, a Estratégia Nacional de Defesa (END) estabelece como fazer o que se determinou na Política. Assinale-se que a END é “o vínculo entre o conceito e a política de independência nacional, de um lado, e as Forças Armadas para resguardar essa independência, de outro”. Trata de questões “políticas e institucionais decisivas para a defesa do País, como os objetivos da sua ‘grande estratégia’ e os meios para fazer com que a Nação participe da defesa”. Considera, ainda, “problemas propriamente militares, derivados da influência dessa ‘grande estratégia’ na orientação e nas práticas operacionais das três Forças”.

Já o Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN), trabalho inovador orientado de um debate com diversos segmentos da sociedade (apesar do Poder Legislativo ter sido legado a segundo plano em sua elaboração e na produção da nova Política e da nova Estratégia), constitui um documento de alta relevância para o País, que segue uma prática das grandes democracias, prática esta

incentivada mesmo pela Organização das Nações Unidas. Compreende a visão do governo e de parte da sociedade sobre a Defesa Nacional do Brasil, sendo um documento de caráter público, por meio qual “se permitirá o acesso à o acesso á informação sobre o setor de Defesa do País. Nele é apresentado o “contexto do atual ambiente estratégico internacional, descrevendo o instrumento militar existente, seu relacionamento com sociedade, futuras projeções para adequação e modernização dos meios militares e estreita ligação com a indústria de defesa”. Seus autores assinalam que o Livro Branco criará “novas oportunidades para o debate sobre Defesa Nacional”.

Nossa principal reticência no que diz respeito à matéria repousa no fato de que o Poder Legislativo não foi convidado a participar, de forma mais estrita e técnica, da produção desses documentos. Ora, entendemos aí uma falha do Poder Executivo que, apesar de ouvir segmentos da sociedade como o meio acadêmico para elaborar o texto da Política, da Estratégia e do Livro Branco, simplesmente desconsiderou as contribuições que poderiam vir do Congresso Nacional, ainda, repito para a elaboração. Certamente, o Legislativo possui corpo técnico qualificado para compor o Grupo de Trabalho que produziu os documentos e teria, não tenho dúvida, excelentes contribuições para o processo. De toda maneira, temos esses documentos agora em nossas mãos e buscaremos apreciá-los de forma acurada e atenta aos interesses nacionais.

Preliminarmente, convém destacar que o papel do Congresso Nacional nos assuntos de Defesa Nacional se reveste de grande importância. Isso se reflete não só no fato desta Casa e da Câmara dos Deputados serem palcos de grandes debates sobre o assunto, mas também pelas competências legislativas do Parlamento em aprovar leis referentes à Defesa e à Segurança Nacional e, sobretudo, fiscalizar o Executivo.

Nesse sentido, alertamos para a responsabilidade da tarefa ora em curso. Temos que nos pronunciar sobre a Política e a Estratégia que serão adotadas pelo Brasil para sua Defesa Nacional e sobre o Livro Branco produzido pelo Poder Executivo. Trata-se de processo sem precedentes nessa área, e revela a importância que deve ter o Congresso Nacional, o Poder Legislativo, ao tratar de questões de Estado.

De fato, o grande precedente que temos foi a Política Nacional de Inteligência, que, de acordo com o art. 5º e o § 1º do art. 6º da Lei nº 9883, de 1999, deveria ser submetida à apreciação do Congresso Nacional antes de ser publicada pelo Presidente da República. Com esse objetivo, foi então enviada a Mensagem (CN) nº 198, de 2009 (Mensagem nº 997, de 09/12/2009, na origem) que, após analisada pela Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), foi apreciada e devolvida ao Poder Executivo com

sugestões de alteração. Registre-se, não obstante, que até hoje não dispomos da referida Política, o que deixa a atividade de inteligência a serviço do Estado e da sociedade brasileiros em uma situação bastante fragilizada... Não compreendemos o porquê da inércia do Poder Executivo nessa matéria.

Tratemos um pouco da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, a CCAI. Essa Comissão, criada, como já disse, por determinação da Lei nº 9.883, de 1999, tem por função precípua fiscalizar e controlar os serviços secretos brasileiros, a nossa comunidade de inteligência. É o pleno exercício das funções da CCAI que garantirá que o Poder Legislativo esteja atento ao trabalho realizado pelos órgãos de inteligência, trabalho este tão relevante quanto sensível, exatamente por lidar com questões estratégicas e delicadas. Afinal, com uma CCAI em funcionamento, estaremos nós, Senadores e Deputados, seguros de que a comunidade de inteligência – e por consequência, o Poder Público – está atuando dentro de preceitos democráticos, em defesa do Estado e da sociedade, como deve ser.

De fato, sempre é bom registrar que democracia e atividade de inteligência são plenamente compatíveis, e que não há grande democracia no mundo que não disponha de seus serviços secretos eficientes e atuantes. Claro que regimes autoritários também podem dispor de órgãos de inteligência para defender o regime, como já aconteceu tantas vezes. Afinal, informação é poder. Entretanto, o que vai garantir que os serviços secretos atuem sob a égide de preceitos democráticos é exatamente o controle sobre eles exercido, particularmente, aquele de competência do Congresso Nacional.

Portanto, convém assinalar a grande relevância da CCAI para permitir ao Poder Legislativo exercer sua função precípua fiscalizadora. Uma CCAI forte e eficiente é a garantia de um controle efetivo sobre o Executivo em uma área das mais sensíveis.

Exatamente por ser o órgão de controle externo da Atividade de Inteligência e, em virtude do precedente da Política Nacional de Inteligência, é que foi encaminhada à CCAI a Mensagem nº 83, de 2012. Reitero a significativa importância da tarefa de apreciarmos a matéria, que compreende os mais elevados documentos da Defesa Nacional do Brasil e o reconhecimento, pelo Poder Executivo, da competência fiscalizadora do Legislativo e das contribuições que do Congresso Nacional podem advir.

De toda maneira, entendemos que, para situações futuras, melhor seria que se organizasse, no âmbito do Congresso Nacional, um grupo de trabalho para analisar documentos de tamanha relevância, e que os mesmos

sejam apreciados não por este Colegiado misto, mas pelas Casas do Parlamento por meio de suas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Passemos às considerações sobre os três documentos. De maneira geral, deve-se destacar o mérito de seus elaboradores, pois atendem ao disposto na LC nº 97, de 1999. Percebe-se, de fato, trabalho hercúleo em sua produção, fruto do debate entre setores do Governo e alguns segmentos da sociedade, ainda que o Parlamento tenha sido olvidado. Reiteramos nossa crítica a essa conduta do Executivo.

A Política Nacional de Defesa (PND)

O “documento condicionante de mais alto nível do planejamento de ações destinadas à defesa nacional coordenadas pelo Ministério da Defesa”, a PND, volta-se essencialmente às ameaças externas e “estabelece objetivos e orientações para o preparo e o emprego dos setores militar e civil em todas as esferas do Poder Nacional, em prol da Defesa Nacional”. É o que dispõe a Introdução à PND.

Entendemos ser conveniente que se defina Poder Nacional na Política. Nesse sentido, fomos buscar a definição doutrinária concebida pela Escola Superior de Guerra (ESG), instituição tradicional que há décadas pensa e discute Segurança Nacional e Defesa no Brasil. De acordo com o *Manual Básico* daquela Escola, Poder Nacional deve ser entendido como *a capacidade que tem o conjunto de homens e meios que constituem a nação para alcançar e manter os objetivos nacionais, em conformidade com a vontade nacional*. O conceito assume grande relevância, pois convém que discutamos os objetivos nacionais da República Federativa do Brasil, ou seja, aqueles objetivos *que a Nação busca satisfazer, em decorrência da identificação de necessidades, interesses e aspirações, em determinada fase de sua evolução histórico-cultural*.

Quais são os objetivos nacionais de nosso País? Parece-nos que falta clareza na definição dos objetivos nacionais. De toda maneira, não é esta a tarefa da PND, mas de uma iniciativa maior a cargo do Congresso Nacional e do Poder Executivo. O que a PND faz é, corretamente, definir os objetivos nacionais de defesa. São eles

I – garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial;

II – defender os interesses nacionais e as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior;

III – contribuir para a preservação da coesão e da unidade nacionais;

IV – contribuir para a estabilidade regional;

V – contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais;

VI – intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais;

VII – manter Forças Armadas modernas, integradas, adestradas e balanceadas, e com crescente profissionalização, operando de forma conjunta e adequadamente desdobradas no território nacional;

VIII – conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de defesa do País;

IX – desenvolver a indústria nacional de defesa, orientada para a obtenção da autonomia em tecnologias indispensáveis;

X – estruturar as Forças Armadas em torno de capacidades, dotando-as de pessoal e material compatíveis com os planejamentos estratégicos e operacionais;

XI – desenvolver o potencial de logística de defesa e de mobilização nacional.

Estamos de acordo com esses objetivos. E entendemos que, para alcançá-los, necessitamos de uma estratégia bem definida e, acima de tudo, do fomento a uma cultura de defesa no seio da sociedade brasileira. Afinal, como bem assinala a PND, o Brasil encontra-se inserido em um meio regional em que, apesar da aparente atmosfera de tranquilidade, as ameaças continuam existindo (inclusive as não-tradicionais, as chamadas “novas ameaças”, como o crime organizado e o terrorismo). Isso, associado ao fato de estarmos em um ambiente global dinâmico, incerto e complexo, conduz-nos à necessidade de mais investimento e preparo na área de Defesa.

Sob a perspectiva de melhor conhecer o tema e fomentar uma mentalidade de Defesa, entendemos ser necessário clareza em alguns conceitos. Nesse sentido, entendemos que o termo “Segurança” definido na PND deve ser substituído por “Segurança Nacional”, de maior precisão. Afinal, desde 1988, um misto de preconceito e falta de conhecimento tem feito com que a expressão fosse eliminada, deixando um vazio conceitual que não foi (como não se poderia esperar que fosse) substituída por “Defesa Nacional”.

A PND assim define Defesa Nacional:

Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.

Segurança, por sua vez, é entendida como:

(...) a condição que permite ao País preservar sua soberania e integridade territorial, promover seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças, e garantir aos cidadãos o exercício de seus direitos e deveres constitucionais;

Ora, mais importe é que seja acrescido o conceito de Segurança Nacional, entendido como *a sensação de garantia para a Nação, da conquista e manutenção dos seus objetivos fundamentais proporcionada pela aplicação do seu poder nacional*. Segurança Nacional compreende aspectos tanto de defesa externa (Defesa Nacional) quanto de segurança interna (quando ameaças são provenientes de pessoas ou organizações estabelecidas no interior do território de um país) e, ainda, temas relacionados a ameaças transnacionais, como o terrorismo.

Durante as últimas duas décadas, repetimos, houve negligência ao se tratar de Segurança Nacional no Brasil, exatamente por se associar o termo ao período militar. Ora, essa época já é passada, e está na hora da sociedade brasileira rediscutir o tema, sobretudo quando se desenvolvem diante de nós ameaças à Segurança Nacional do País, contra as quais o simples aparato de Defesa não pode fazer frente. Eis, portanto, nossa sugestão.

A PND traça um cenário geral do ambiente internacional e do entorno estratégico do Brasil. Nesse contexto global de conflito e incertezas, importante assinalar a necessidade do País estar preparado em termos de Defesa Nacional e que prioridades sejam estabelecidas. Uma vez que as Senhoras e os Senhores Parlamentares já têm conhecimento da PND, de seus objetivos e orientações, não os repetiremos neste Relatório. Destacamos, entretanto, a necessidade da integração entre civis e militares na promoção da cultura de Defesa Nacional e, mais ainda de Segurança Nacional. São temas que dizem respeito ao conjunto da sociedade brasileira.

Assinalamos, ainda, a busca de parcerias estratégicas, o fortalecimento dos setores espacial, cibernético e nuclear, essenciais para a

Defesa do País. Requer-se, nesse sentido, que se faça um adequado planejamento para aprimorar esses campos, estimulando-se a indústria nacional de Defesa e alocando-se recursos adequados para o setor. Vemos aqui espaço para observar os problemas relacionados às restrições orçamentárias para a Defesa e para as Forças Armadas. A capacidade defensiva encontra-se muito aquém das dimensões e pretensões do Brasil e isso não pode perdurar. Cito os exemplos de nossos programas nuclear e espacial, atrasados pelas restrições orçamentárias, e, ainda, a situação vexatória em que se encontra o Programa FX-2, de aquisição dos caças de superioridade aérea, o qual vem sendo postergado por mais de uma década, de modo que, a partir de 2014, se nada for feito, o País sofrerá muito em sua capacidade defensiva, já que nossas aeronaves Mirage 2000 estarão inoperantes, incapazes de voar.

Sobre a PND afirmamos, portanto, que maior participação do Congresso Nacional deve ocorrer, tanto em sua elaboração quanto na fiscalização do Poder Executivo no que concerne às medidas adotadas para garantir Segurança e Desenvolvimento, essenciais à nossa Defesa Nacional. Não podemos ficar alheios a matéria de tamanha relevância.

A Estratégia nacional de Defesa (END)

Se a PND estabelece os objetivos da Defesa e o que fazer para alcançá-los, a END dispõe sobre como fazê-lo. Não ficaremos aqui tampouco a repetir o texto deste documento, mas convém que façamos algumas observações específicas a seu respeito.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, ainda que entendamos que não cabe ao Congresso Nacional aprovar a PND, a END e o LBDN, mas sim apreciá-los, apresentando-se sugestões, e por estarmos seguros de que tais documentos devam ser apreciados pelo Congresso Nacional em sua totalidade, concluímos pela apresentação do presente Decreto Legislativo, ao qual será anexado o texto deste Relatório com nossas recomendações:

PROJETO DECRETO LEGISLATIVO N° , DE 2012

Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco da Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 83, de 2012 (Mensagem nº 323, de 17/07/2012, na origem).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º São aprovados os textos da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e do Livro Branco da Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 83, de 2012 (Mensagem nº 323, de 17/07/2012, na origem).

Art. 2º As recomendações apresentadas pelo Congresso Nacional nos termos do § 3º do art. 9º da Lei Complementar nº 136, de 2010, constam do Anexo a este Decreto Legislativo.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL

ATA DA 42^a SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 4 DE ABRIL DE 2013

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 42, de 5 de abril de 2013)

RETIFICAÇÃO

Às páginas 15828 e 15829, por erro gráfico no título da matéria, *onde se lê*:

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o Ofício nº 516, de 2013 (nº 8.936/2013, na origem), do Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, informando que estão disponibilizados, no sítio eletrônico daquele Órgão, os relatórios de fiscalização da 37^a Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos.

É o seguinte o Ofício:

OFÍCIO N° 516, DE 2013

Ofício nº 8.936/2013/GM/CGU-PR

Brasília, 22 de março de 2013

Assunto: Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos – 37^a Etapa

Senhor Senador,

Ao cumprimentá-lo, informo a Vossa Excelência que estão disponibilizados no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (http://www.cgu.gov.br/sorteios/index_1.asp) os Relatórios de Fiscalização contendo os resultados das ações de controle correspondentes à 37^a Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos.

2. Devo esclarecer que os Relatórios de Fiscalização, estão segmentados em três partes, sendo:

a) Sumário Executivo com as informações essenciais sobre as fiscalizações realizadas;
b) Capítulo Um, onde estão evidenciadas constatações de campo que apresentam situações as quais demandam a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte dos gestores federais, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo, ao resarcimento de recursos públicos aplicados indevidamente ou, se for caso, à instauração da competente Tomada de Contas Especial. Tais medidas serão monitoradas pela Controladoria-Geral da União;

c) Capítulo Dois, composto por situações evidenciadas nas fiscalizações para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais que não exigem providências corretivas isoladas por parte desses gestores, e que portanto, não serão monitoradas pontualmente por esta Controladoria.

3. Observo que os relatórios da espécie, decorrentes do exercício das funções constitucionais do controle interno, destinam-se, originalmente, aos órgãos da Administração Pública Federal, gestores dos programas fiscalizados, para ciência e adoção das providências necessárias nas situações constantes do capítulo um do documento, e encerram, por vezes, apenas indícios de falhas ou irregularidades.

4. Ressalto que os resultados estão sendo enviados também aos Prefeitos Municipais, para conhecimento e adoção das providências cabíveis no âmbito das competências desses Municípios, no que respeite às providências determinadas pelos gestores de programas federais e às constatações contidas no capítulo dois.

Atenciosamente, – Jorge Hage Sobrinho Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União.

Leia-se:

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim, Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o Ofício nº S/6, de 2013 (nº 8.936/2013, na origem), do Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, informando que estão disponibilizados, no sítio eletrônico daquele Órgão, os relatórios de fiscalização da 37ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos.

É o seguinte o Ofício:

OFÍCIO “S” Nº 6, DE 2013

Ofício nº 8936/2013/GM/CGU-PR

Brasília, 22 de março de 2013.

Assunto: Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos – 37ª Etapa.

Senhor Senador,

Ao cumprimentá-lo, informo a Vossa Excelência que estão disponibilizados no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (<http://www.cgu.gov.br/sorteios/index1.asp>) os Relatórios de Fiscalização contendo os resultados das ações de controle correspondentes à 37ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos.

2. Devo esclarecer que os Relatórios de Fiscalização, estão segmentados em três partes, sendo:

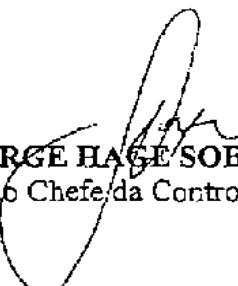
- a) Sumário Executivo com as informações essenciais sobre as fiscalizações realizadas;

- b) Capítulo Um, onde estão evidenciadas constatações de campo que apresentam situações as quais demandam a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte dos gestores federais, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo, ao resarcimento de recursos públicos aplicados indevidamente ou, se for caso, à instauração da competente Tomada de Contas Especial. Tais medidas serão monitoradas pela Controladoria-Geral da União;
- c) Capítulo Dois, composto por situações evidenciadas nas fiscalizações para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais que não exigem providências corretivas isoladas por parte desses gestores, e que, portanto, não serão monitoradas pontualmente por esta Controladoria.

3. Observo que os relatórios da espécie, decorrentes do exercício das funções constitucionais do controle interno, destinam-se, originalmente, aos órgãos da Administração Pública Federal, gestores dos programas fiscalizados, para ciência e adoção das providências necessárias nas situações constantes do capítulo um do documento, e encerram, por vezes, apenas indícios de falhas ou irregularidades.

4. Ressalto que os resultados estão sendo enviados também aos Prefeitos Municipais, para conhecimento e adoção das providências cabíveis no âmbito das competências desses Municípios, no que respeite às providências determinadas pelos gestores de programas federais e às constatações contidas no capítulo dois.

Atenciosamente,


JORGE HAGE SOBRINHO
Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União

SENADO FEDERAL

ATA DA 47^a SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 10 DE ABRIL DE 2013

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 46, de 11 de abril de 2013)

RETIFICAÇÕES

Às páginas nºs 16998 a 17002, republique-se, por omissão gráfica de trecho da matéria, a Emenda nº 34 – PLEN, apresentada em turno suplementar ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 192, de 2011 – Complementar:

EMENDA Nº 34 – PLEN (TURNO SUPLEMENTAR)

(ao Substitutivo do relator ao PLS 192, de 2011 - Complementar)

Dê-se a seguinte redação a alínea “a” do inciso III e, por consequência, altere-se a redação do inciso III do § 1º do art. 2º da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, com a redação dada pela Emenda nº 1 – PLEN (Substitutiva) ao PLS nº 192, de 2011 – Complementar:

“Art. 2º

III –

a) o fator representativo da população corresponderá à participação relativa da população da entidade beneficiária na população do País, observados os limites inferior de 0,02 (dois centésimos) e superior de 0,07 (sete centésimos);

.....(NR)

§ 1º

III – os coeficientes individuais de participação das entidades beneficiárias, cujas rendas domiciliares per capita excederem valor de referência correspondente a 65% (sessenta e cinco por cento) da renda domiciliar per capita nacional, serão reduzidos proporcionalmente à razão entre o excesso da renda domiciliar per capita da entidade beneficiária e o valor de referência, observado que nenhuma entidade beneficiária poderá ter coeficiente individual de participação inferior a 0,005 (cinco milésimos);

.....(NR)

JUSTIFICAÇÃO

A proposta apresentada pelo Relator, o Exmo. Senador Walter Pinheiro, representou um grande avanço na polêmica discussão sobre o Fundo de Participação dos Estados - FPE. Por conta da decisão do Supremo Tribunal Federal – STF (ADIs n. 845, 1.987, 2.727 e 3.243), inúmeros

fóruns, a exemplo do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, estudaram incessantemente a matéria, sem conseguir alcançar, no entanto, um consenso.

A conjuntura justifica a dificuldade: a política fiscal de desonerações da União utilizada para combater a crise da indústria nacional impôs aos Estados a administração de repasses aquém dos previstos, frustrando seu planejamento e equilíbrio financeiro. A crise intensificou ainda mais os debates sobre o pacto federativo, uma vasta pauta, com royalties, ICMS, dívida pública, enfim, é necessário discutir receitas públicas considerando os encargos e competências de cada ente perante a sociedade.

Entretanto, cada receita deve atender seu fim, deve estar alinhada com a ordem constitucional. No caso do FPE, há disposição expressa na Carta Magna: trata-se de um instrumento de política de desenvolvimento regional operacionalizado através de um fundo que redistribuir recursos da União para os estados-membros com o propósito de reduzir as desigualdades internas e promover a integração nacional.

Neste sentido, com o reconhecimento dos estudos promovidos pela Comissão de Notáveis, a proposta do Exmo. Senador Walter Pinheiro proporciona uma solução objetiva, com fundamentos sólidos e com clara aderência aos ditames constitucionais.

Os ajustes apresentados, então, são apenas uma forma de aprimorar a proposta, prevenindo naturais distorções na utilização de variáveis, com vistas a maior efetividade do fundo. Trata-se da inclusão de piso populacional (2%) e ajuste no fator relacionado à renda domiciliar *per capita* (70% para 65%).

As alterações apresentam resultados similares aos da proposta substitutiva do Exmo. Senador Walter Pinheiro, mas com a preservação dos estados menos desenvolvidos, bem como de incremento nos que apresentam os menores indicadores de renda:

UF	ATUAL	Senador Walter Pinheiro (original)		Senador Walter Pinheiro + 65% RDC + Piso 2%	
		%	Vari.	%	Var.
AC	3,42%	3,19%	-6,73%	4,25%	24,09%
AM	2,79%	4,55%	63,09%	4,48%	60,66%
AP	3,41%	2,54%	-25,69%	3,42%	0,25%
PA	6,11%	6,98%	14,21%	6,93%	13,33%
RO	2,82%	2,45%	-13,01%	2,87%	2,08%
RR	2,48%	2,15%	-13,50%	3,00%	21,01%
TO	4,34%	2,97%	-31,68%	3,61%	-16,89%
AJ	4,16%	4,99%	20,06%	5,39%	29,51%
BA	9,40%	9,23%	-1,78%	8,96%	-4,62%
CE	7,34%	7,25%	-1,20%	7,16%	-2,40%
MA	7,22%	7,22%	0,09%	7,25%	0,40%
PB	4,79%	4,99%	4,16%	5,07%	5,97%
PE	6,90%	7,03%	1,93%	6,79%	-1,61%

PI	4,32%	5,10%	18,04%	5,50%	-0,03%
RN	4,18%	4,22%	0,98%	4,18%	9,58%
SB	4,16%	3,93%	-5,44%	4,55%	6,02%
DF	0,69%	0,69%	0,23%	0,73%	-31,51%
GO	2,84%	2,51%	-21,55%	1,95%	23,56%
MS	1,33%	1,73%	29,62%	1,65%	-18,10%
MT	2,31%	2,09%	-9,30%	1,89%	-0,09%
ES	1,50%	1,85%	23,58%	1,50%	-8,20%
MG	4,45%	5,12%	14,94%	4,09%	-32,10%
PR	2,66%	2,62%	-9,03%	0,73%	-26,82%
RJ	1,53%	1,21%	-21,09%	0,73%	-39,21%
RS	2,35%	1,73%	-26,39%	1,75%	-64,53%
SC	1,28%	0,87%	-31,69%	0,84%	-42,82%
SP	1,00%	0,78%	-22,17%	0,73%	

Estes ajustes pretendem reduzir as distorções – naturais em todas as variáveis – a exemplo da população, também integrante do cálculo com o peso de 50%. A variável populacional equipara Unidades Federadas como a Bahia (14.097.534 hab) e Rio de Janeiro (16.112.678 hab), ou Santa Catarina (6.317.054 hab) e Maranhão (6.645.761 hab).

Apesar dos desvios comuns a todos os indicadores, é inegável a utilidade da utilização do piso populacional, com lógica harmônica ao teto estabelecido (7%): em todas as unidades federadas há uma estrutura mínima, independentemente do quantitativo populacional. Se em estados com grande concentração o teto se justifica pela inerente economia de escala, em unidades menos populosas a situação se inverte: os custos *per capita* para atender a população são maiores, justificando o piso. Ressalta-se que a sistemática já utilizada no ordenamento jurídico brasileiro, a exemplo da fórmula constante no Código Tributário Nacional (apresentada como proposta pelo Senador Luiz Henrique da Silveira), ou no estabelecimento de número mínimo de parlamentares nas 03 (três) esferas.

Quanto ao ajuste da renda domiciliar *per capita*, justifica-se pelo equilíbrio com o piso populacional de 2%, reconhecendo parcela mais pobre da população ao mesmo tempo em que atende os menos populosos.

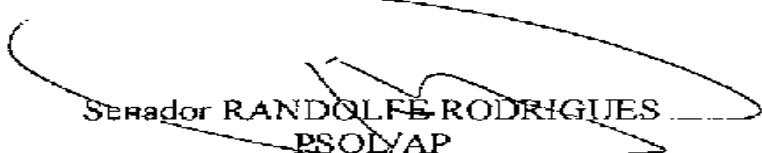
Os ajustes garantem, portanto, a diferenciação de estados com população reduzida e/ou com menor renda, com menor desenvolvimento econômico, a ponto de tornar o FPE um fator relevante da determinação da renda domiciliar *per capita*, e que precisam ser diferenciados. Unidades Federadas cuja dependência do FPE se justifica pelo fato de ser o fundo um dos poucos instrumentos que efetivamente lhes são destinados, dado seu estágio embrionário, poucos investimentos públicos e privados e precária infraestrutura. Cita-se como exemplo Acre (R\$ 471,00) e Amazonas (R\$ 457,00), ou Bahia (R\$ 423,00) e Pernambuco (R\$ 412,00), com dados similares de renda domiciliar *per capita*, mas com economias em estágios de desenvolvimento completamente distintos:

PIB 2010						R\$ 1.000,00	
Acre		Amazonas		Bahia		Pernambuco	
R\$	Posição	R\$	Posição	R\$	Posição	R\$	Posição
8.476,51	25º	59.779,29	14º	154.340,46	6º	31.947,06	19º

Fonte: IBGE

Assim, justificam-se os ajustes que aproximam ajuda mais a proposta do seu objetivo: redistribuir os recursos do FPE para promover a redução das desigualdades regionais.

Sala das Sessões,


Senador RANDOLFE RODRIGUES
PSOL/AP

Senador JOÃO CAPIBERIBE
PSB/AP

Senadora ANGELA PORTELA
PT/RR

Senadora ROMERO JUCÁ
PMDB/RR

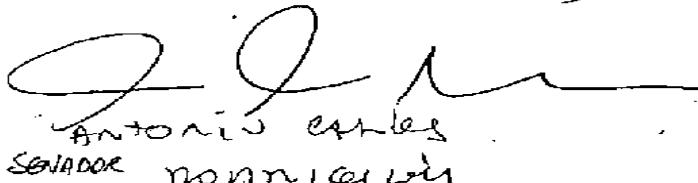
Às páginas 17018 e 17019, republique-se, por erro gráfico, os Requerimentos nºs 289 a 292, de 2013:

REQUERIMENTO Nº 289, DE 2013

Requeiro, nos termos do artigo 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da **Emenda Nº 11/PLEN** ao PLC Nº 192, de 2011, anexa, de minha autoria, que modifica art. 2º da Lei Complementar 62, de 1989, na forma do art. 1º da Emenda Substitutiva apresentada pelo relator ao PLC Nº 192, de 2011.

Sala das Sessões,


Senador Eduardo Matarazzo Suplicy


Antônio Carlos
SENADOR
NOGUEIRA


SENADOR
ALOYSIO NUNES FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 290, DE 2013

Destaque de disposição para votação em separado.

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, da

Sala das Sessões, em


SENADOR PAULO PAIM

**REQUERIMENTO
Nº 291, DE 2013**

Destaque de disposição para votação em separado.

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno,
requeiro destaque, para votação em separado, da

EMENDA 13

Sala das Sessões, em


SEN. PEDRO TAQUES

**REQUERIMENTO
Nº 292, DE 2013**

Destaque de disposição para votação em separado.

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno,
requeiro destaque, para votação em separado, da

EMENDA 14

Sala das Sessões, em


SEN. PEDRO TAQUES

Às páginas 17209 a 17212, republique-se, para correção gráfica do ano constante no título da matéria, o Ofício "S" nº 8, de 2013:

OFÍCIO "S" Nº 8, DE 2013

Ofício n. 22/2013-GOC/COP.

Brasília, 9 de abril de 2013.

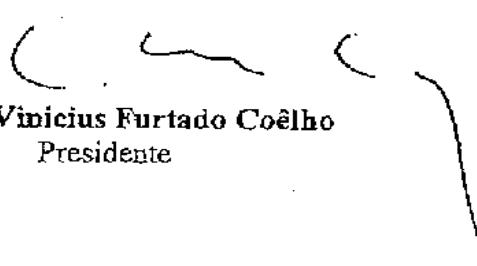
Ilustre Presidente.

Nos termos do art. 103-B, XII, da Constituição da República, e de acordo com as exigências previstas na Resolução n. 7, de 2005, do Senado Federal, tenho a honra de levar ao conhecimento de V.Ex^e as indicações do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para a composição do **Conselho Nacional de Justiça**, quanto aos mandatos que terão início no ano em curso.

Após a adoção dos procedimentos previstos no Provimento n. 113, de 2006, desta Entidade, em sessão extraordinária realizada no dia 8 deste mês, o Conselho Pleno escolheu os nomes dos seguintes advogados, cujos documentos acompanham este expediente: **Gisela Gondin Ramos**, inscrita na OAB/Santa Catarina sob o n. 3900, e **Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira**, inscrito na OAB/Rio Grande do Norte sob o n. 1549.

Colho o ensejo para renovar os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,


Marcus Vinícius Furtado Coêlho
Presidente

CURRICULUM VITAE

(I) DADOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS

PAULO EDUARDO PINHEIRO TEIXEIRA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Estado do Rio Grande do Norte, desde 03/12/1985 (três de dezembro de mil novecentos oitenta e cinco), sob o nº 1.549.

Sócio da Sociedade de Advogados, **José Arno Galvão e Associados – Consultores e Advogados**, com inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Estado do Rio Grande do Norte, sob o nº 015, desde 10/09/1998 (dez de setembro de mil novecentos noventa e oito).

Endereço profissional: Rua Cel. Pedro Soares, 1533, no bairro do Tirol, Natal, Estado do Rio Grande do Norte, CEP. 59.015-070

Endereço pessoal: Rua Clementino de Faria, 988, no bairro de Morro Branco, Natal, Estado do Rio Grande do Norte, CEP. 59.015-070

Endereço eletrônico: pauloeduardo@oab-rn.org.br advpauloteixeira@gmail.com

Inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas (CPF) 365.741.714-15

(II) FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Graduado em Direito pela Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Norte em 14/02/1985 (quatorze de fevereiro de mil novecentos oitenta e cinco);
- Especialista em Direito do Trabalho pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com conceito final “A”.

(III) EXPERIENCIA NO MAGISTÉRIO

(a) Em atividade

- Professor da graduação nas cadeiras de Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho e Prática Jurídica, na Universidade Potiguar – Laureate International Universities, desde 08/02/2000 (oito de fevereiro de dois mil);
- Professor da pós-graduação nas cadeiras de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho, na Universidade Potiguar – Laureate International Universities;
- Professor colaborar da Escola Superior de Advocacia – ESA/RN

(b) Exercida

- Professor da Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte;
- Professor do Curso de Rotinas Trabalhista no SENAC
- Professor da disciplina de Direito e Legislação no Instituto Pio XII
- Palestrante em eventos promovidos pela FACEX – Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do RN
- Palestrante em eventos promovidos pela Faculdade de Natal - FAL

(IV) FUNÇÕES EXERCIDAS NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

- Conselheiro Suplente, ocupando depois a vaga de Conselheiro Titular da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Estado do Rio Grande do Norte, no período 1995/1997.
- Conselheiro Titular da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Estado do Rio Grande do Norte, no período 1998/2000.

- Presidente da Comissão de Estágio e Exame de Ordem, da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Estado do Rio Grande do Norte, no período 1998/2000.
- Presidente da Comissão de Seleção e Inscrição da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Estado do Rio Grande do Norte, no período 1998/2000.
- Presidente da Caixa de Assistência dos Advogados do Rio Grande do Norte, Seccional do Estado do Rio Grande do Norte, no período 2004/2006.
- Membro do Conselho Curador do IASAN, no período 2004/2006.
- Membro da Comissão Especial de Apoio e Estudos das Atividades Concorrentes às Caixa de Assistência dos Advogados, do Conselho Federal.
- Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Estado do Rio Grande do Norte, para o triênio 2007/2009.
- Membro do Conselho Gestor do Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados – FIDA, no triênio 2007/2009
- Presidente de Mesa da XX Conferencia Nacional dos Advogados – Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
- Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Estado do Rio Grande do Norte, no triênio 2010/2012.
- Presidente de Mesa da XXI Conferencia Nacional dos Advogados – Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
- Membro do Conselho Gestor do Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados – FIDA, no triênio 2010/2012
- Vice Presidente da Comissão Provisória para gestão do Exame de Ordem do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, período 21/02/2011 a 12/06/2012
- Membro do Conselho Gestor de aplicação do VI Exame de Ordem Unificado, 1^a e 2^a fase.
- Conselheiro Federal pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Estado do Rio Grande do Norte, para o triênio 2013/2015

(V) EXPERIÊNCIA EM BANCA EXAMINADORA DE CONCURSO PÚBLICO

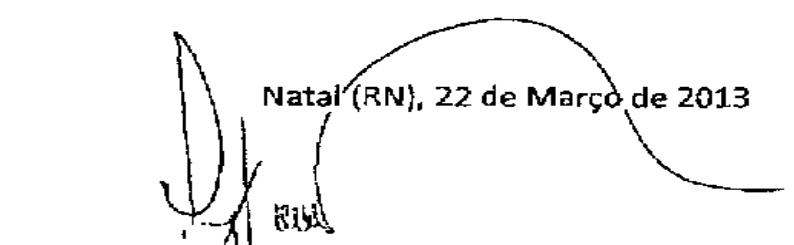
- Membro da Comissão de concurso público para o cargo de promotor de justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte;
- Membro da Comissão de concurso público para o cargo de juiz do trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 21^a Região

(VI) ATIVIDADES EXERCIDAS

- Assessor parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte.
- Assessor e Consultor Jurídico do Banco do Estado do Rio Grande do Norte – Em Liquidação Extrajudicial
- Assessor e Consultor Jurídico da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte;
- Assessor e Consultor Jurídico do SESI/RN
- Assessor e Consultor Jurídico do SENAI/RN
- Auditor do Tribunal de Justiça Desportiva da Federação de Futebol do Estado do Rio Grande do Norte
- Interventor da Federação de Futebol do Estado do Rio Grande do Norte
- Presidente da Associação Norteriograndense de Advogados Trabalhistas - ANAT

(VII) TITULOS OUTROS

- Medalha Djalma Aranha Marinho, concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região
- Comenda jurista Tobias Barreto, concedida pelo IBED – Instituto Brasileiro de Ensino e Direito
- Membro do Conselho Consultivo da Universidade Potiguar – UNEP – Laureate International Universities



Natal (RN), 22 de Março de 2013

Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira

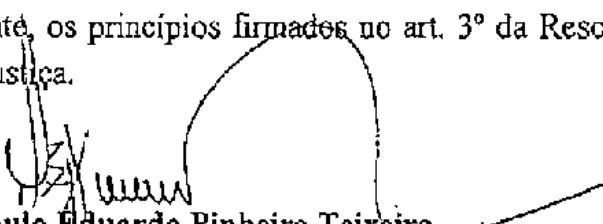
Brasília, 9 de abril de 2013.

De acordo com o art. 5º, inciso II, da Resolução n. 07, de 2005, do Senado Federal, informo que não sou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até terceiro grau inclusive, de membro ou servidor da Ordem dos Advogados do Brasil, instituição responsável pela minha indicação para integrar o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2013/2015.

Declaro, nos termos do inciso III do dispositivo acima citado, a inexistência de sanções criminais ou administrativo-disciplinares, bem como a inexistência de procedimentos dessa natureza instaurados contra a minha pessoa.

Declaro, ainda, segundo o disposto no inciso IV do mesmo dispositivo, que não sou membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

Finalmente, nos termos do parágrafo único do art. 5º do Provimento n. 113/2006 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que "Dispõe sobre a indicação de advogados para integrar o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público, na forma da Constituição Federal", firmo compromisso no sentido de que não postularei a nomeação ou a designação para cargos em comissão e funções de confiança, nas áreas do Poder Judiciário ou do Ministério Público, de cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, e observarei, irrestritamente, os princípios firmados no art. 3º da Resolução nº 7, de 2005, do Conselho Nacional de Justiça.


Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira
OAB/RN nº. 1549

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

SENADO FEDERAL

ATA DA 53^a SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 18 DE ABRIL DE 2013

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 52, de 19 de abril de 2013)

RETIFICAÇÃO

Às páginas 19909 a 19912, republique-se, por erro gráfico de paginação, o Sumário:

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS

1.1 – DECRETO LEGISLATIVO

Nº 219, de 2013..... 19913

1.2 – RESOLUÇÃO

Nº 12, de 2013..... 19913

2 – ATA DA 53^a SESSÃO, DELIBERATIVA

ORDINÁRIA, EM 18 DE ABRIL DE 2013..

2.1 – ABERTURA 19914

2.2 – EXPEDIENTE 19916

2.2.1 – Leitura de projeto 19916

Projeto de Resolução nº 25, de 2013, de iniciativa da Comissão Diretora, que *cria no Senado Federal a Comissão Permanente "Senado do Futuro"*

2.2.2 – Comunicação da Presidência 19917

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 25, de 2013

2.2.3 – Leitura de requerimento 19917

Nº 342, de 2013, de autoria do Senador Vital do Rêgo, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 2 a 7 de maio próximo.....

2.2.4 – Discursos do Expediente 19917

SENADOR RUBEN FIGUEIRÓ – Apelo à revisão dos valores referentes aos royalties dos recursos hídricos.....

SENADOR FERNANDO COLLOR, como Líder – Desaprovação ao Governo do Estado de Alagoas pela gestão da saúde pública; e outro assunto.....

SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA, como Líder – Apoio à reformulação do pacto federativo.....

SENADOR JORGE VIANA – Cumprimento aos povos indígenas pelo transcurso do Dia do Índio; e outro assunto.....

SENADOR HUMBERTO COSTA – Considerações sobre denúncia da existência de oligopólio entre fornecedores de medicamentos no Estado de Pernambuco.....

SENADOR MAGNO MALTA, como Líder – Defesa da redução da maioridade penal; e outro assunto.

SENADOR WALDEMIRO MOKA – Destaque à importância do lançamento do Cartão BNDES Sicoop.....	19930
SENADOR FLEXA RIBEIRO, como Líder – Defesa de investimentos na infraestrutura de transportes do País.....	19931
SENADOR EDUARDO SUPlicY – Reflexão sobre a crise na citricultura e a tercelização da mão de obra neste setor.....	19934
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Defesa de maior celeridade na aprovação do projeto, de autoria de S. Ex ^e , que prevê mudanças no funcionamento das comissões e do plenário desta Casa.....	19937
2.2.5 – Apreciação de matéria Requerimento nº 315, de 2013, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Aprovado....	19939
2.3 – ORDEM DO DIA	
2.3.1 – Item 1 Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2013 (proveniente da Medida Provisória nº 589/2012), que dispõe sobre o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991; 9.715, de 25 de novembro de 1998, 11.828, de 20 de novembro de 2008; 10.522, de 19 de julho de 2002; 10.222, de 9 de maio de 2001; 12.249, de 11 de junho de 2010; 11.110, de 25 de abril de 2005; 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código Processo Civil, 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 6.385, de 7 de dezembro de 1976; 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e 9.514, de 20 de novembro de 1997; e revoga dispositivo da Lei nº 12.703, de 7 de agosto de 2012. Aprovado, tendo usado da palavra os Senadores Romero Jucá (Relator), Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Braga e Gim (Prejudicada a Medida Provisória nº 589, de 2012). À sanção.....	19940
2.3.2 – Item extrapauta (incluso na pauta com a aquiescência do Plenário) (trata em conjunto com os itens 2.3.3 e 2.3.4)	

Projeto de Resolução nº 7, de 2004, de iniciativa da Comissão Diretora, que altera o disposto no art. 6º da Resolução do Senado Federal nº 53, de 1997, permitindo a doação de bens móveis que integram o patrimônio do Senado Federal. Aprovado, com a Emenda nº 2-CDIR....	19951	Cidadania (Ofício nº 122/2013). Designação do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como titular, e dos Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro, como suplentes, para comporem a referida Comissão.....	19961
Redação final do Projeto de Resolução nº 7, de 2004 (Parecer nº 266, de 2013-CDIR). Aprovada. A promulgação....	19951	Da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Ofício nº 65/2013). Designação do Deputado Gonzaga Patriota, como titular, para compor a referida Comissão.....	19962
2.3.3 – Item extrapauta (Incluído na pauta com a aquiscência do Plenário) (tramita em conjunto com os itens 2.3.2 e 2.3.4)		2.4.6 – Discursos (continuação)	19962
Projeto de Resolução nº 65, de 2003, de autoria do Senador João Ribeiro, que altera a Resolução nº 53, de 10 de junho de 1997, que regulamenta, no âmbito do Senado Federal, os artigos 17 e 18 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, concernentes à alienação de bens móveis e imóveis, para o fim de facultar a doação de bens móveis do patrimônio do Senado Federal, na forma que menciona. Prejudicado.....	19952	SENADORA ANA AMÉLIA, como líder – Considerações sobre proposta de reforma do ICMS; e outros assuntos.....	19962
2.3.4 – Item extrapauta (Incluído na pauta com a aquiscência do Plenário) (tramita em conjunto com os itens 2.3.2 e 2.3.3)		SENADOR PAULO PAM – Críticas às ameaças de restrição a direitos dos idosos durante os eventos da Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas; e outros assuntos.	19966
Projeto de Resolução nº 4, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que altera o art. 6º da Resolução nº 53, de 1997, que regulamenta, no âmbito do Senado Federal, os arts. 17 e 18 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, concernentes à alienação de bens móveis e imóveis. Prejudicado.....	19952	2.4.7 – Fala da Presidência (Senador João Costa).....	19974
2.3.5 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.....	19952	2.4.8 – Discursos (continuação)	19974
2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA		SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL – Apelo por investimentos em infraestrutura no Estado de Mato Grosso do Sul, principalmente na antiga Ferrovia Noroeste do Brasil.....	20046
2.4.1 – Leitura de projeto		2.4.9 – Leitura de projetos	
Projeto de Resolução nº 26, de 2013, de iniciativa da Comissão Diretora, que dispõe sobre as taxas de administração e conservação e de ocupação de imóveis situado na quadra SQS 309 para não Senadores e fixa prazo para devolução dos imóveis para uso do Senado Federal.....	19955	Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2013, de autoria do Senador Gim, que institui a residência advocatícia, destinada a advogados sob a forma de curso de especialização sob a responsabilidade da Defensoria Pública.....	20049
2.4.2 – Comunicação da Presidência		Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2013, de autoria do Senador Gim, que dispõe sobre a transmissão do direito de utilização de área pública por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de venda de jornais e de revistas no caso de morte ou enfermidade de seu titular.	20050
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 26, de 2013.....	19956	Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2013, de autoria do Senador João Costa, que altera a Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009, para incluir o nascituro no rol daqueles que podem ser adotados..	20051
2.4.3 – Discursos		Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2013, de autoria do Senador João Costa, que altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para instituir a indenização devida ao servidor ocupante de cargo em comissão, por ocasião de sua exoneração.....	20052
SENADOR ROMERO JUCA, como Líder – Regozijo pela aprovação da medida provisória que repactua dívidas de Municípios e Estados com a Previdência Social.....	19956	2.4.10 – Leitura de requerimentos	
SENADORA ANA RITA – Satisfação pela aprovação do Estatuto da Juventude.....	19958	Nº 343, de 2013, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 7 a 11 de maio próximo.	20053
2.4.4 – Apreciação de matéria		Nº 344, de 2013, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 4 a 8 de maio próximo.	20055
Requerimento nº 342, de 2013, de autoria do Senador Vital do Rêgo. Aprovado.....	19961	Nº 345, de 2013, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitando informações à Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.....	20055
2.4.5 – Comunicações		Nº 346, de 2013, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitando voto de aplauso e congratulações pelo transcurso dos 70 anos de fundação do Lar das Moças	20055
Da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Ofício nº 154/2013). Designação do Senador Vital do Rêgo, como suplente, para compor a referida Comissão.....	19961		
Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação de membros para integrarem a Comissão de Constituição, Justiça e			

Cegas – Centro de Educação e Reabilitação para Deficientes Visuais.....	20055	anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário (Ofícios nºs 50 e 51/2013-CCJ)....	20191
Nº 347, de 2013, de autoria do Senador Gim, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 42, de 2013. Deferido.....	20056	Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2011, e os Projetos de Lei do Senado nºs 428 e 451, de 2011, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário (Ofícios nºs 77 a 79/2013-CAS).	20191
Nº 348, de 2013, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2012. Deferido.....	20056	Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2013, cujos pareceres foram lidos anteriormente.....	20191
Nº 349, de 2013, de autoria do Senador João Capiberibe, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2013. Deferido.	20056	Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2012, e ao Projeto de Decreto Legislativo nº 84, de 2013.....	20192
2.4.11 – Pareceres		2.4.13 – Mensagem da Presidente da República	
Nº 267, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2012.....	20057	Nº 29/2013 (nº 155/2013, na origem), encaminhando a programação monetária para o segundo trimestre e para o ano de 2013.....	20192
Nº 268, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2012.....	20062	2.4.14 – Discurso encaminhado à publicação	
Nº 269, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2011.	20068	SENADORA ANGELA PORTELA – Considerações acerca da revalidação no Brasil dos diplomas obtidos no exterior.	20214
Nºs 270 e 271, de 2013, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 508, de 2011.....	20096	2.5 – ENCERRAMENTO.....	20214
Nº 272, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2013.....	20112	3 – ATA	
Nºs 273 e 274, de 2013, das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Assuntos Sociais, respectivamente, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2011.....	20137	3.1 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA AÍA Circunstanciada da 1ª Reunião, realizada em 10 de abril de 2013.....	20214
Nºs 275 e 276, de 2013, das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Assuntos Sociais, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 428, de 2011.....	20150	4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 18.4.2013	20225
Nºs 277 e 278, de 2013, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Assuntos Sociais, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2011.....	20162	SENADO FEDERAL	
Nºs 279 e 280, de 2013, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Educação, Cultura e Esporte, respectivamente, sobre o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2005.....	20170	5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
Nºs 281 e 282, de 2013, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Educação, Cultura e Esporte, respectivamente, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2013.....	20180	Por Unidade da Federação	20226
2.4.12 – Comunicações da Presidência		Bancadas dos Partidos	20227
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 51 e 126, de 2012, cujos pareceres foram lidos anteriormente.....	20191	Por ordem alfabética	20228
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 508, de 2011; e 90, de 2013, cujos pareceres foram lidos		6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	20229
		7 – LIDERANÇAS	20230
		8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO.....	20234
		9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS.....	20235
		10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	
		CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	20247
		CAS – Comissão de Assuntos Sociais	20255
		CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.....	20259
		CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte	20265
		CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	20270
		CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.....	20280
		CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	20288
		CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura.....	20297
		CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	20304
		CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.....	20310

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993).....
 Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993).....
 Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995).....
 Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9, de 2013).....
 Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005).....
 Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001).....
 Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009).....
 Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010).
 Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010).....
 Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15, de 2012).....

CONGRESSO NACIONAL

20314

12 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006)..... 20332
 CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008)..... 20336
 Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – FIPA (Resolução nº 2, de 2007)..... 20338
 CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999)..... 20339
 Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito..... 20340
 Comissões Mistas Especiais..... 20342
13 – CONSELHOS E ÓRGÃO
 Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972) 20346
 Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)..... 20347
 Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011)..... 20348

SENADO FEDERAL

ATA DA 61^a SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 30 DE ABRIL DE 2013

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 60, de 1º de maio de 2013)

RETIFICAÇÕES

À página nº 22677, primeira coluna, por erro gráfico na numeração de página no Sumário, *onde se lê*:

1.1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nºs 220 a 241, de 2013..... 22687

Leia-se:

1.1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nºs 220 a 241, de 2013..... 22681

À página nº 22678, segunda coluna, por erro gráfico na numeração de página no Sumário, *onde se lê*:

2.4.5 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 30, de 2013..... 22752

Leia-se:

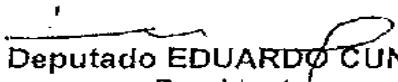
2.4.5 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 30, de 2013..... 22772

Às páginas 22913 a 22945, republique-se, por omissão gráfica de página, a Ata da 4^a Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 599, de 2012:

ATA DA 4^a REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 599, DE 2012, ADOTADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2012 E PUBLICADA EM 28 DE DEZEMBRO DE 2012, QUE "DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO PELA UNIÃO AOS ESTADOS, AO DISTRITO FEDERAL E AOS MUNICÍPIOS, COM O OBJETIVO DE COMPENSAR PERDAS DE ARRECADAÇÃO DECORRENTES DA REDUÇÃO DAS ALÍQUOTAS NAS OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES INTERESTADUAIS RELATIVAS AO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO - ICMS, INSTITUI O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", DA 3^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2013, ÀS 16H, NO PLENÁRIO N° 13, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às dezesseis horas e doze minutos do dia dois de abril de dois mil e treze, na Sala número treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Deputado Eduardo Cunha, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 599, de 2012, com a presença dos Senadores Luiz Henrique, Romero Jucá, Wilder Morais, Francisco Dornelles, Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Armando Monteiro; e dos Deputados Vaz de Lima, Esperidião Amin, Paulo Foletto, Arnaldo Jardim e Sandro Mabel. Registram presença o Senador Cyro Miranda, e o Deputado Danilo Forte, parlamentares não membros da Comissão. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à realização de Audiência Pública com a finalidade de instruir a Medida Provisória. O Presidente convida o expositor, Jader Rieffe Julianelli Afonso, Secretário de Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, para realizar sua exposição. Ao término da exposição, o Senhor Presidente dá início à fase de interpelações parlamentares, bem como de réplicas e tréplicas dos convidados. Usam da palavra os Senadores Luiz Henrique, Wilder Morais, Cyro Miranda e Francisco Dornelles e os Deputados Sandro Mabel e Arnaldo Jardim. A Sessão é suspensa pelo prazo de dez minutos. A Sessão é reaberta às dezessete horas e vinte e nove minutos. O Presidente, Deputado Eduardo Cunha, passa a Presidência ao Deputado Danilo Forte. O Presidente passa a palavra ao segundo expositor, Carlos Mauro Benevides Filho, Secretário da Fazenda do Estado do Ceará. Na fase de interpelações parlamentares, faz uso da palavra o Deputado Sandro Mabel. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezoito horas e dez minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Eduardo Cunha, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.


Deputado EDUARDO CUNHA
Presidente

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 599, de 2012.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública.

Convidado, para assento à mesa, o Sr. Odir Alberto Pinheiro Tonollier, Secretário de Estado da Fazenda do Rio Grande do Sul.

Meus companheiros, a gente vai proceder à audiência pública. O Relator teve que acompanhar a Presidenta da República numa viagem ao Nordeste, com relação ao problema da seca, mas vai pegar a transcrição e o áudio para ver à noite. Então, não vamos impedir o trabalho e o debate porque o mais importante disso tudo é que esteja à disposição de todos, para avaliação, o posicionamento de cada um.

Então, em respeito à diversidade de opiniões e do debate, a gente vai proceder normalmente e mesmo sem os Parlamentares que não estiverem presentes aqui, Secretário, não pense que sua presença aqui é de pouca audiência, porque ela será depois repassada a todos; e eu mesmo, quando não participo de audiências, depois as recebo e, muitas vezes, vejo a parte ou o contexto inteiro das exposições dos nossos convidados. Então, não se sinta diminuído na ausência do Relator, nem às vezes pela pouca ausência em plenário. Vamos dar curso, porque a celeridade é importante e se formos esperar todos estarem presentes não conseguimos prender os nossos Parlamentares que estão dispostos a debater aqui, ao vivo.

Vou iniciar com V. Sª. Passo a palavra ao Secretário de Estado da Fazenda do Rio Grande do Sul, Sr. Odir Alberto Pinheiro Tonollier, para sua exposição, pelo tempo inicial de até 20 minutos.

O SR. ODIR ALBERTO PINHEIRO TONOLLIER – Boa tarde, Presidente; boa tarde, Senador Romero Jucá. Muito obrigado pelo convite. Em nome do Rio Grande do Sul e do Governador Tarso Genro, agradeço a oportunidade de participar deste debate num momento, creio, histórico para o Brasil, por enfrentarmos, durante tão pouco tempo, tantos assuntos de tanta relevância para a nossa Federação.

Hoje, em outras reuniões e oportunidades, também estivemos participando de outras frentes do debate, mas todos eles da maior importância; e quis o destino que tivesse de ser necessariamente em paralelo. Por isso, ao mesmo tempo em que declararamos e consideramos da maior importância todas essas mudanças, em paralelo temos bastante preocupação com esse momento de que nós, seja como governador, secretários, Senadores, Deputados, somos todos protagonistas, e, certamente, isso terá consequência para a situação dos Estados e da economia, onde existe muita incerteza. E todas essas decisões que

nós estamos tomando aqui, seja Senadores, Deputados ou secretários da Fazenda, geram muita responsabilidade e por isso a preocupação.

Acho que a principal questão, o principal caminho que devemos percorrer é justamente a discussão e a audição de todos os interessados. Isso que se vai fazer. Depois disso, cabe a nós a confiança no nosso Parlamento para tomar as decisões certas depois de ouvir.

Volto a repetir: não existe uma mágica. O caminho é ouvir todas as partes e a partir daí contamos com a sensibilidade, a habilidade política, a sapiência de todos os nossos representantes, para que se chegue a bom termo.

Esse é um preâmbulo que faço para registrar a importância deste momento, que todos nós estamos vivendo e pelo qual temos grande responsabilidade.

Queria registrar, Presidente, também em nome do nosso Governador Tarso Genro, o reconhecimento da importância da iniciativa feita pelo Governo Federal para enfrentarmos este assunto ou esse conjunto de assuntos.

Acreditamos que é da maior importância, que é um assunto que – muitos deles –, a rigor, foi se arrastando durante algum tempo. E, neste momento, o Governo teve a iniciativa de propor ao Congresso o trato desse assunto. É verdade que o FPE tinha prazo, mas não é iniciativa do Executivo e, sim, do Congresso, do Senado, mas todos os demais assuntos, a rigor, poderiam ser deixados de lado. Mas o Governo Federal sentiu a necessidade de tomar a iniciativa e propor ao Congresso uma solução.

Evidentemente que, como o próprio Governo tem sempre registrado, está propondo uma ideia inicial, aquele início. E que, a partir daí, caberá ao Congresso, no diálogo que tem tido, que se chegue a um bom termo, como fruto desse diálogo.

Então, tenho que reconhecer que quaisquer desses assuntos foram oportunos para nós e reconhecemos o mérito e a iniciativa e tem o nosso apoio a todos os projetos do Governo. O Estado do Rio Grande do Sul apoia integralmente.

Evidentemente, como propôs e admitiu o próprio Governo, podem ser feitos ajustes aqui e ali. Mas o Rio Grande do Sul apoia todas as medidas propostas pelo Governo Federal que estão hoje em discussão, sem restrição. São merecedores no diálogo e reconhecendo esse espaço de discussão para eventuais ajustes.

Embora, Presidente, o nosso tema básico seja a Medida Provisória nº 599, o tema e a oportunidade não nos permitem separar todos os assuntos em voga e em discussão. Por isso não temos como nos afastar de tratar no seu conjunto, seja a Proposta de Resolução do Senado nº 1, de 2013, que está intimamente ligada com os dois fundos, tanto o de compensação como o de desenvolvimento, e também o que trata da dívida, o PLP nº 238 e de uma questão

do quórum especial do Confaz para tratar especialmente da convalidação dos benefícios.

E, por último, o FPE, que é de iniciativa do Senado, que também está em vias de ser votado e pode ser, inclusive, votado amanhã, dependendo de iniciativa do Senador Walter Pinheiro, que ocorrerá amanhã e que pode ir ao plenário. Está no Senado em regime de urgência.

Então, Sr. Presidente, não tenho como tratar separadamente, embora a ênfase que darei, o centro da minha fala e da abordagem aqui será a questão do ICMS, aquilo que eu chamo de "miolo da proposta", que tem grande interferência na economia do Brasil, na nossa aposta no crescimento, dada a situação em que nós estamos dessa guerra fiscal que se consolidou. E hoje já é uma causadora de incertezas por parte dos empresários, que já não sabem mais como vai ficar o seu regime tributário. Certamente, isso está tendo um efeito negativo na economia e deve ser um ponto que está travando o nosso crescimento econômico, porque a Presidência da República tem tomado várias iniciativas no sentido de estimular o crescimento e, a nosso ver, esse crescimento tem ficado um pouco pesado.

Mas, certamente, o regime tributário é um elemento forte que tem travado o crescimento econômico e acreditamos que, com uma solução ou com uma previsibilidade e conhecimento do que vai acontecer, será um elemento destravador desse processo de crescimento econômico; e, para isso, como todos sabemos, a carga tributária é essencial.

Eu queria que passassem ali o segundo.

A rigor, isso aqui é de conhecimento de todos. É uma síntese do Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2013, que é genérico; e o que mais interessa é a tela seguinte, que peço para o nosso amigo passar.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, preocupa-nos bastante... Vejo aqui o Senador de Santa Catarina, que não estava aqui; e estamos no mesmo barco. Preocupa-nos bastante essa proposta inicial colocada em votação e esperamos que passível de ajuste, que é uma transição. Sabemos todos que a diferença de alíquota é o instrumento da guerra fiscal. Enquanto tivermos alíquotas altas interestaduais e diferenças de alíquota, nós conviveremos com a guerra fiscal e não se justifica um aporte tão volumoso de recursos por parte do Tesouro Nacional senão para apontarmos efetivamente ou rapidamente para uma solução de alíquota uniforme ou única, respeitando um período de transição; mas que nesse período não tenhamos diferenças de alíquota.

Para dar um exemplo concreto, nós do Rio Grande do Sul não podemos... Sabemos que o grande centro consumidor é São Paulo, é Rio de Janeiro, é Minas Gerais. Ora, se nós vendermos... Vejo aqui o representante do Secretário de São Paulo, o Cabrera. Obrigado, Cabrera.

Se nós estivermos vendendo para São Paulo com uma alíquota de 4%, vamos supor que tenha benefícios já concedidos que nos deem benefício

fiscal, como vamos concorrer, Deputado, com o fluxo que vem do Nordeste com uma alíquota de 10%, 9% ou 8%? Quer dizer, isso significa que já são benefícios concedidos lá no Norte, Nordeste e Centro-Oeste e vão chegar com um crédito, em São Paulo.

Permita-me, Cabrera, que eu use esse exemplo concreto, porque é o grande centro consumidor. E temos um país, dentro do Brasil, porque todo mundo, quando desenha qualquer sistema tributário, não deixa de olhar para São Paulo. Imaginem o Rio Grande do Sul, Santa Catarina ou Paraná, quando tiverem que vender para São Paulo, com uma alíquota de 4%? Estou me referindo à transição, a benefícios já concedidos. Vão chegar ali com crédito de 3%, 2% ou 4%, convalidado o atual benefício, enquanto que um mesmo produto poderá chegar a São Paulo com um benefício de 8%, 9% ou 10%. Quer dizer, é uma concorrência absolutamente desigual e nós esperamos que aqui nesta Comissão, em outras Comissões e na discussão no Congresso se corrija esse problema, porque é uma questão econômica mesmo. Isso nos causará grande transtorno para os Estados como o Rio Grande do Sul, que está num extremo, que poderá vender para o grande centro consumidor com uma alíquota de 4%, num limite digamos de benefício que no máximo chega a isso, mas certamente menos, pois não temos lá benefício de 100%.

Portanto, se forem convalidados, o benefício seja de 30% ou de 50% chegaria a São Paulo com crédito desse porte, enquanto que um mesmo produto chegará lá com crédito bem superior.

Sr. Presidente, então, nas várias questões que apresentamos aqui, isso para nós é um elemento que precisa ser corrigido. Nós não podemos conviver por um longo tempo com uma diferença de alíquota tão grande. E está aqui no rol de pontos que nós gostaríamos de ajustes.

O ajuste significa primeiro uma redução na transição. Nós trabalharmos, dizermos ou pregarmos que estamos resolvendo a diferença de alíquota entre os Estados, mas que isso vai acontecer em 2025, praticamente faz ficar diluído no tempo. Quer dizer, não haverá decisões considerando que a alíquota será igual, na relação entre os Estados. Porque isso vai acontecer, em 2025.

Hoje, as empresas não tomam decisões com prazo tão longo. Se tiver 5 ou 10 anos de uma determinada situação, basta! Então, a nosso ver, não caberá, não poderemos dizer que acabou a guerra fiscal, que a alíquota única interestadual foi finalmente ampliada, se deixarmos que isso aconteça, que essa previsão seja só em 2025.

Então, nesse sentido, nós, do Rio Grande do Sul, acompanhados dos demais Estados do Sul e do Sudeste, defendemos e estamos sugerindo aqui que esse prazo de doze anos seja reduzido para oito anos e que essa transição se dê em ritmo igual, em ritmo paritário, isto é, nas vendas entre nós, dentro do bloco Sul-Sudeste ou no Nordeste para o Sul ou Sudeste, ocorra uma redução gradual,

1% ao ano, de 11% para 10% para 9%, chegando a 2021 com 4% – e, portanto, fica resolvido aquele problema da nossa disparidade de competição –, e nas vendas do Sul-Sudeste que haja uma redução de 0,5% anual, hoje é 7%, chegando, em seis anos, em 2019, a 4%. Isso ocorreria para a nossa venda para o Nordeste; para o Nordeste vendendo para o Sul-Sudeste, isso ocorreria em 2021, quando estaria completada efetivamente a igualdade nas alíquotas.

Queremos registrar também nesse ponto, que para mim é o miolo de toda reforma, além de um impacto nas finanças do Estado e de acabar com a guerra fiscal, um impacto econômico muito forte. Preocupa-nos, e também é nossa sugestão, que, nisso que estamos propondo, não poderemos conviver com a alíquota da Zona Franca de Manaus vendendo para os demais Estados a 12%. Isso não cabe na nossa proposta de solução dos nossos problemas econômicos, dos nossos problemas de tributação. Como vamos ter uma alíquota de 4% entre nós, entre o Nordeste e sucessivamente, se tivermos uma alíquota na Zona Franca de 12%, assim como no gás? Achamos que também tem que ter uma redução gradual porque efetivamente os produtos da Zona Franca de Manaus chegarão a seus destinos com crédito de 12%, completamente dispare com o conjunto da economia. Achamos que isso é incompatível com o sentido e com o espírito da proposta, caso que se aplica também ao gás.

Então, diria que o centro da proposta, Sr. Senador, é essa questão da diferença de alíquota e essa questão da transição. Acreditamos que deva ser uma transição paritária e em um tempo inferior, não doze anos, como está previsto, mas oito anos.

Pode passar.

Com relação aos fundos de compensação, defendemos que sejam efetivamente apuradas as perdas e que as que existirem devem ser resarcidas. O cálculo das perdas sempre tem diferentes interpretações e diferentes formas, mas acreditamos que as perdas que existirem devem ser resarcidas, no conceito do Governo, e não sei se o limite é suficiente para as nossas contas iniciais, com limite de R\$8 bilhões. Mas certamente o Governo Federal será sensível a esse assunto.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC) – O senhor defende o fundo constitucional?

O SR. ODIR ALBERTO PINHEIRO TONOLLIER – Sim. Esse da...
(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ODIR ALBERTO PINHEIRO TONOLLIER – Não cheguei ainda. Estou no fundo de compensação ainda.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC) – Ambos estabelecidos como norma constitucional.

O SR. ODIR ALBERTO PINHEIRO TONOLLIER – Deveremos ter garantia e estabilidade para receber esse fundo.

Depois o outro fundo; efetivamente o outro é fundo, esse não é fundo... É isso, não é?

O fundo de desenvolvimento é necessário. Todos sabemos que as regiões Norte e Nordeste... Até agora foi dessa forma que aconteceu. Aconteceu a guerra fiscal e o uso do ICMS como instrumento de atração. Não temos dúvida de que isso tem que acontecer. E efetivamente nós do Rio Grande do Sul respeitamos essa condição do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, em que há uma desigualdade. Nós respeitamos e reconhecemos isso. O que discutimos é um pouco a balança, porque é algo que já não é mais como era antigamente. O Rio Grande do Sul já não é tão rico como tem fama de ser, o que inclusive nos prejudica um pouco nas nossas discussões.

Então nós respeitamos essas desigualdades. Por outro lado, há vários instrumentos com capacidade para fazer essa equalização, discutirmos um pouco certamente o ritmo e o peso para isso.

Pode passar.

A questão da dívida que já mencionei. Achamos que é da maior importância a aprovação, com urgência, desta proposta de redução dos indexadores da dívida. Achamos que há questões pendentes que poderiam ser um pouco diferentes, mas a pedido do Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, nós defendemos que seja imediatamente. Inclusive claro que poderia ser melhor, mas que tenhamos a aprovação desta redução dos indexadores, porque estamos pagando um juro alto e isso interfere na nossa capacidade de novas operações. Evidentemente que essas coisas não se resolvem nunca. Poderão ficar coisas pendentes, mas essa é uma posição do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC) – O IPCA mais 4% ou o IPCA mais 2%?

O SR. ODIR ALBERTO PINHEIRO TONOLIER – A posição do Estado do Rio Grande do Sul – temos discussões – recomendada pelo Governador Tarso Genro é de que aprovemos urgentemente a forma como o Governo mandou.

Só temos um ajuste a fazer. Neste mesmo PLP 238 há a questão do quórum do Confaz para efeito da validação. Nós acreditamos que pode ser por orientação também do Governador. Nós defendemos a unanimidade, que é dar o sentido de federalismo efetivamente. Mas se for um quórum especial, acreditamos que da forma como está é um pouco problemático, porque são três quintos mais um terço de cada região. Eu fico imaginando o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, se alguém precisar de um voto, quer dizer, ficaremos nós, Secretário da Fazenda, o Governador, com este poder de decisão. Então a nossa proposta é de que seja – fora o especial, para negociar – três quintos, um terço de cada região, mas no mínimo dois, não pode ser só um, que no caso um terço da Região Sul seria apenas um Estado, que para nós seria muito complicado.

Mas é um ajuste. Nós continuamos defendendo a unanimidade, porque, a rigor, isso inclusive com a solução da guerra fiscal perde um pouco da importância, mas para efeito da convalidação e como estamos pregando a urgência desse assunto, apenas com esse ajuste aí poderemos concordar com este quórum especial, mas com esse pequeno ajuste aí de um terço por região, mas que seja no mínimo dois.

Pode passar.

A dívida pública. Isso tem um exemplo do efeito que vai ter na nossa dívida com essa proposta do Governo que efetivamente, da forma como está, nós chegariam ao final do contrato de 2027 e teríamos ainda a metade da dívida para pagar, se continuar na sistemática de juro atual. Com essa proposta do Governo, nós, em 2027, pagariamos toda a dívida. Evidente que não vamos ganhar no fluxo financeiro que é muito necessário, mas a esta altura da discussão nós temos urgência e queremos, pelo menos, resolver essa questão.

Pode passar.

Por último, ainda tenho um tempo, vou tratar um pouco do FPE.

Nós temos uma participação nas Regiões Sul e Sudeste de apenas 15%, como é conhecido dos senhores, contra 85% do restante das regiões do País, sendo o Rio Grande do Sul com 2,35%. Pela proposta do Relator, que está no Senado em vias de ser votada, Santa Catarina...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP – SC) – Está em terceiro lugar?

O SR. ODIR ALBERTO PINHEIRO TONOLIER – Não, não. Santa Catarina, meu caro, perde 31% do seu coeficiente de participação. Depois, vem Tocantins, que tinha lá uma deformação e tal; depois, vem o Rio Grande do Sul. Na verdade, estamos em segundo, com 26%. Depois, o Amapá, os Estados do Nordeste, depois vem São Paulo, que perde 22%.

Então, temos conversado muito com o meu Governador; falo logo com o Governador de Santa Catarina, nós, os secretários da Fazenda, temos conversado, e construímos uma proposta alternativa para atenuar essa diferença. Não queremos nem ganhar; nem estamos ganhando. Desta vez, não estamos ganhando. Temos até uma pequena perda, mas é uma proposta que medeia, uma proposta que inclusive incorpora vários Estados do Norte e Nordeste, que, por conta de sua baixa população, estavam perdendo muito. Temos uma proposta lá – acredito – também nessa linha, porque agora acho que estamos no ponto de efetivamente... A bola está na marca do pênalti. Temos de resolver o assunto e não podemos criar muitas alternativas.

(Soa a campainha.)

O SR. ODIR ALBERTO PINHEIRO TONOLIER – Senão, o assunto não sai.

Dessa forma, esse é o último assunto de que trato aqui.

Encerro, como observa V. Ex^a, nessa proposta que temos lá, que é uma proposta do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina – não é uma proposta só

do Rio Grande do Sul –, construindo conjuntamente e já com... Mas é claro que gostaríamos de ter ai a sensibilidade dos Senadores para, amanhã... Os nossos Senadores estão juntos nessa proposta, Senadores do Rio Grande do Sul e certamente os Senadores de Santa Catarina também.

Estou, então, aberto à discussão, para eventuais esclarecimentos que, certamente, não serão necessários. Todos os senhores são esclarecidos nesse assunto.

Quero dizer aqui que esta nossa posição é do Rio Grande do Sul, e que temos bastante semelhança em relação à proposta do Sul e Sudeste.

(Soa a campainha.)

O SR. ODIR ALBERTO PINHEIRO TONOLIER – Mas falo aqui em nome do Governador do Estado do Rio Grande do Sul.

Obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP – SC) – Pelo menos, tanto quanto eu sei, com o conhecimento da Secretaria de Fazenda de Santa Catarina também.

O SR. ODIR ALBERTO PINHEIRO TONOLIER – Sim, sim. Exatamente, foi construída junto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha.PMDB – RJ) – Bom, eu vou passar ao debate dos nossos companheiros.

O primeiro inscrito é o Deputado Sandro Mabel.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Secretário, essa é uma proposta complicada, e a proposta que o senhor faz, logicamente, representa a preocupação do seu Estado, ou da sua Região, caso Santa Catarina esteja junto também.

O SR. ODIR ALBERTO PINHEIRO TONOLIER – O senhor se refere ao FPE?

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Não, falo de toda a preocupação do senhor. O FPE é um dinheirinho tão pequenino para vocês que não deve nem fazer diferença no dia em que entra no caixa do Rio Grande do Sul. Quando se fala que entrou. "Ah, não faz diferença".

Mas é diferente para nós, de Estados mais pobres.

Mas eu queria colocar para os Srs. Senadores, Srs. Deputados e Sras Deputadas que não podemos pensar nas regiões dessa forma, quando vejo a sua proposta, Secretário, de diminuir o prazo de transição. O prazo de transição precisa ser aumentado. É o contrário. Estamos errados nisso ai. O prazo de transição de 12 para 4, que não defendemos de chegar em 4 – defendemos que chegue a 7, e não a 4 –, mas caso seja 7 ou caso seja 4, precisamos estender esse prazo, como forma de cumprirmos alguns contratos que foram feitos ao longo do tempo, em regiões que, se não cumprimos esses contratos, vamos devolver um monte de gente para vocês lá. Vamos mandar para São Paulo, do nosso querido Deputado Arnaldo Jardim; para o Rio de Janeiro, do nosso Ministro. Vamos devolver um monte de gente do Nordeste, do Centro-Oeste e de outros

lugares, que só estão retendo. Os fluxos migratórios do Brasil diminuíram ao longo do tempo, quando se conseguiu industrializar e segurar os empregos na região em que existe, sobretudo, o consumo. Não é justo fechamos uma fábrica da Alpargatas no Nordeste e fabricar a sandália aqui embaixo, o mercado consumidor estando lá. Por quê? Porque você não tem mais vantagem ou porque você não tem mais condições fiscais para fazer isso?

Então, Secretário, esse fundo que foi criado, tanto o fundo que compensa as perdas... Fui Relator da reforma tributária num projeto que foi aprovado, que está lá na Câmara para ser votado até hoje, e foram os secretários de Fazenda à época que construíram, e nós tomamos o cuidado... O fundo de compensação de perdas tem que ser um fundo mais sério do que esse daqui, ele tem que ser pago mensalmente; ele não pode ser um fundo em que se estipula um valor fixo e... Não, não é assim. O Governo Federal tem que calcular o que é perda, porque senão vai virar outra Lei Kandir, vai se definir um valor que não é suficiente, continuamos tendo perdas, e nós vamos endividar ainda mais os Estados. Nós estamos com a PEC 190, que é de minha autoria e de muitos Deputados, agora para ser votada na Comissão de Constituição e Justiça, exatamente para corrigir essa distorção na Lei Kandir. Sabem quanto é reposto na Lei Kandir hoje? Dezessete por cento. Quer dizer, o meu Estado de Goiás, o Estado de Mato Grosso, o de Mato Grosso do Sul, outros tantos Estados exportadores... O Rio Grande do Sul não quer mais exportar. Nós não estamos honrando os créditos que os nossos exportadores têm, nós não queremos mais exportador dentro do Estado não; exportador, para nós, é adversário. Ele está jogando contra o Erário, contra o Estado. Ele quer estrada, ele quer infraestrutura, ele quer energia, ele quer tudo, e nós não temos, Deputado Presidente Eduardo Cunha. Nós não temos aí uma compensação.

E agora, novamente, se nós não fizermos uma transição mais longa, se nós não fizermos uma transição do doze para o quatro de pelo menos 25 anos, 30 anos, uma transição longa para que se possa compensar, para que os Estados possam se adaptar a esse novo processo, se nós não tivermos um fundo de desenvolvimento regional realmente robusto, nós vamos trazer essa população de volta e criar outra vez os bolsões que existiam em São Paulo – ou que existem ainda, mas com fluxo migratório não tão acelerado, muitos estão voltando para sua terra.

Pergunte para uma pessoa que mora no Nordeste ou no Centro-Oeste onde ela quer morar, em São Paulo ou no Estado dela. Lógico que é no Estado dela, ela quer morar lá, quer voltar para lá. Agora, se você não tem alternativa... Não podem, aqui em Goiás ou em Mato Grosso, nossos filhos ficarem ali só produzindo, quer dizer, só vão calçar botina, andar nem de trator, ser boiadeiros, plantadores... Não. Não! Nossos filhos podem ser engenheiros, têm que ser outras coisas, e para isso nós precisamos manter a industrialização. Vocês têm que fabricar, os Estados mais desenvolvidos têm que fabricar as

máquinas que nós compramos e não temos capacidade de fabricar, mas vocês não podem querer comprar a soja que é feita no nosso Estado, botar num caminhão, andar com ela e esmagar lá em São Paulo! O que é isso?! Tem que esmagar é em Mato Grosso, é em Goiás!

(*Soa a campainha.*)

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Então, dentro desse ponto é que eu gostaria que nós pudéssemos olhar com atenção essa questão da transição. A transição é uma coisa importante de ser feita e que nós precisamos observar.

Só para concluir, o fundo de compensação não tem garantias. Ele não tem dinheiro certo, de onde vem, como vem, que é colocado num caixa e que é pago. E não pode ser pago anualmente também não. As despesas dos Estados, a defasagem que ele vai ter, a perda de arrecadação acontece todo mês. Então, existe um mecanismo, está construído um mecanismo que compensa isso daí. Se o Governo Federal quer fazer isso, quer entrar nessa briga... Porque hoje nós cortamos é na carne. ICMS, quem dá o ICMS somos nós. O ICMS que nós poderíamos arrecadar, nós damos para manter essas indústrias nesses Estados. Agora, nós precisamos que os fundos de compensação tenham mais garantias e os fundos de desenvolvimento também tenham mais dinheiro, senão dificilmente vamos conseguir fazer algo que vá levar o Brasil a progredir e constitucionalmente tirar as diferenças que existem. Não tem como fazer isso. Nós vamos voltar a criar desigualdades.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Sandro Mabel. Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Obrigado, Presidente Eduardo Cunha.

Sr. Secretário Odíl Alberto, amigos e colegas Senadores e Deputados, comungo com o Sandro: sou um paulista radicado há 40 anos em Goiás e sempre tive em mente que o maior beneficiado com os incentivos fiscais foi principalmente São Paulo, por incrível que pareça. Nas décadas de 70, 80, abrimos os jornais em São Paulo lidos as manchetes: "São Paulo tem mais nordestinos que paulistas". Por quê? Porque não havia emprego lá, eles iam em busca do eldorado. O senhor se lembra do velho chavão "peguei um pau-de-arara"? Eles iam para São Paulo. Não havia emprego, eles não tinham dignidade.

Os incentivos fiscais vieram para corrigir uma ineficiência do Governo em não fazer um programa de desenvolvimento regional. Essa é apura verdade. Ele é muito mais importante do que qualquer programa de assistencialismo que o governo possa dar, porque ele dá dignidade, dá o emprego. Como pôde haver essa concentração? Como podemos ser um A, B, C, D: Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema, com uma arrecadação superior a de Estados nordestinos?

Problemas de logística, problemas sindicalistas, tudo isso foi amenizando através do tempo por causa dos incentivos. Desafio qualquer secretário a dizer que não cresceu, em números absolutos, em seu ICM, nos últimos dez anos. Ninguém perdeu. Alguns ganharam mais, que foram os pobres. Então, aqui está a desigualdade. A correção só pode ser essa. Tudo bem. Precisamos dar um fim, precisamos eliminar. E aí concordo com o Deputado Sandro Mabel: precisamos de tempo para maturar essas regiões, não pode ser do dia para noite, e tem que ter, sim, um percentual para corrigir desigualdades. Temos bolsões de pobreza. O Norte precisa mais do que o Nordeste; o Nordeste precisa mais que o Centro-Oeste; o Centro-Oeste precisa muito mais do que o Sul e o Sudeste. Então, essa ótica é a do desemprego, não é só da arrecadação.

No meu Estado, Secretário, vejo que o principal não foi a arrecadação, foi o emprego, a dignidade, tirar o povo da miséria, e não ter que estar dando bolsas e vales (vale-gás, vale isso, vale aquilo). Não é possível continuarmos assim. Temos que pensar no País como um todo. Tenho certeza de que cada um tem um olhar específico para o seu Estado, mas temos que ver que somos todos brasileiros, e todos temos que ter a condição digna de vida que tem o Sul e Sudeste. Não é justo fazer o que fizeram durante anos e anos no Centro-Oeste. Os governadores usaram do único instrumento que tinham.

O senhor me desculpe, mas unanimidade nem para mudar a Constituição é necessária. E vamos ter, no Confaz, unanimidade? Ora, eu ouvi isso do Secretário Trinchão. Ele falou: "nós somos contra". Um grande número, 70% dos Secretários, não são favoráveis à unanimidade. Se precisar de unanimidade, não vamos resolver nada, mas temos que ter um equilíbrio. Não podemos criar um cartel em que o Norte e o Nordeste se juntem para derrotar o Sudeste. Isso não. Tem que haver o equilíbrio, e por isso é que temos em cada região, nesse projeto, um representante. Assim, as coisas ficariam equilibradas.

Então, quero que pensemos de maneira diferente, ou seja, não na arrecadação, mas na dignidade de um povo, de um povo que é sofrido, de um povo que estava levando muito mais problemas para São Paulo, problemas sociais e de infraestrutura, do que qualquer outra coisa. Fica, portanto, essa posição de que precisamos de muito mais tempo para a transição. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha, PMDB – RJ) – Passo a palavra agora ao nosso Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC) – Sr. Presidente, nobre Deputado Eduardo Cunha, Srs. Deputados, Srs. Senadores, apresentamos uma proposta, que seria um programa acelerado de investimentos. O Brasil tem tido uma taxa de crescimento do PIB muito aquém do potencial do País. O projeto que propusemos estabelece uma coisa simples: um programa de investimentos imediato pelos Estados, para recuperar-lhes a capacidade de investimento. Como seria esse programa? Os Estados reteriam 20% do valor mensal que pagam para a União, a título da dívida consolidada, e investiriam diretamente em um em cinco

linhas básicas: educação, saúde, segurança, infraestrutura e ciência, tecnologia e inovação. Então, os Estados escolheriam como cada uma dessas áreas aplicaria esses recursos. E combinariam esse programa com o Governo Federal, para haver harmonia nacional, a fim de que o investimento de cada Estado possa representar uma integração nacional, um esforço de crescimento.

Reunidos na Casa de Santa Catarina, sede do Governo estadual, os Governadores abarcaram essa proposta, entendendo, no entanto, que não deva ser 20%; deva ser 30%.

Eu gostaria de saber de V. Ex^a como o Governo do Rio Grande do Sul, e o Governador Tarso Genro é um importante político da Base governamental, encara essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Se o senhor quiser responder... Talvez pela pergunta direta e não pela exposição seja melhor esclarecer, porque pode ser que o Senador queira continuar a assertiva dele em função disso.

O SR. ODIR ALBERTO PINHEIRO TONOLIER – Caro Senador, evidentemente o que nos preocupa e o que preocupa o Governador Tarso Genro é um pouco a tática, tal a importância dessa redução dos juros da dívida, como mostrei, o efeito que isso tem para nós de perspectiva para o Estado, o benefício não só para o nosso Governo, mas para o futuro do Estado.

Em relação à dívida, para nós, assim como o fundo de previdência que fizemos, com esse projeto que está aí mais o fundo de previdência, nós teremos futuro para o Estado. Na situação em que está, nós chegaremos a 2027 sem futuro. Em 2027, deveríamos mais do que metade em dez anos, o que era inviável pagar. Então, por essa questão, entende o Governador Tarso Genro que nós devemos dar prioridade absoluta e aprovar esse projeto da forma como ele está. .

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC) – Veja bem, eu não estou fazendo uma proposta alternativa ao conjunto de projetos em tramitação. Eu estou adicionando outra, ou seja, estou adicionando mais uma proposta: que além da redução do indicador, os pagamentos mensais tenham convertidos 20% num programa direto de investimento. Essa é a proposta.

O SR. ODIR ALBERTO PINHEIRO TONOLIER – Bom, se o Governo Federal mudar a proposta e aceitar a sua, naturalmente, financeiramente, é óbvio que é conveniente, nós acompanharemos o Governo Federal, acompanharemos a sua proposta. Mas nós estamos alinhados com o Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Senador, só para....

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC) – A minha proposta não é desalinhada, não. Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Por objetividade até, não é? Só para seu conhecimento, por acaso, sou Relator desse Projeto nº 238, da dívida, na Câmara dos Deputados, e não passa pela minha cabeça fazer qualquer coisa que não tenha algum tipo de redução do fluxo. Alguma coisa tem que ter. Não há possibilidade de aprová-lo na íntegra, como ele veio. Isso não é suficiente para a solução dos problemas dos Estados.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Pediria um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Claro, Senador.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Essa proposta do Senador Luiz Henrique é aditiva.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – É aditiva. Claro. Eu estou me associando a ele. Não estou criticando.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – E é extremamente competente a proposta. Inclusive, ela não fere a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque aquele montante que os Estados têm que pagar à União seriam pagos, sendo que uma parcela, 30% ou 20%, iria para um fundo que os Estados utilizariam para incrementar investimento. De modo que é uma medida, é uma proposta extremamente competente e tem o nosso apoio integral, porque consideramos que ela é aditiva. Ela não vem modificar a proposta do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Está certo.

Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP) – Presidente, Deputado Eduardo Cunha, Srs. Parlamentares, Sr. Secretário do Rio Grande do Sul, demais convidados que aqui estão, primeiro, queria me manifestar, pelo mérito que tem, no meu entender, acerca da proposta encaminhada pelo ex-Governador e querido Senador Luiz Henrique e dizer que, de minha parte e por aquilo que também pude auscultar de colegas Parlamentares de São Paulo, nós temos uma simpatia muito grande pela proposta de V. Ex^a, porque ela tanto incide na questão do fluxo, estabelecendo aquilo que é uma vontade federativa, acredito eu, mas ela também determina uma perspectiva de utilização que tem incidência direta naquilo que estruturalmente nós podemos fazer, que é elevar o patamar de investimentos no nosso País e criar uma outra condição para o desenvolvimento.

Então, acho que o nosso Relator da matéria, Presidente Eduardo Cunha, poderá levar isso em conta da forma aditiva que é essa proposta, esse projeto ora relatado até por minha iniciativa. Então, nós estamos juntos nisso. E estamos juntos também naquilo que conforma boa parte do que foi apresentado aqui pelo Secretário do Rio Grande do Sul.

Eu queria me contrapor. Vou ter que fazer isso na ausência do Deputado Sandro Mabel – até brinquei com o Sandro quando deixava a Comissão. E estendo ao Senador Cyro Miranda as mesmas considerações. Nós estamos aqui tratando talvez de uma das matérias mais relevantes. A questão

federativa é estratégica do ponto de vista do País e essa questão, esse conjunto de matérias de que estamos tratando aqui tem incidência direta nisso.

Nós podemos conformar efetivamente o Estado federativo ou não a partir de questões como essa que nós estamos tratando. Do Deputado Sandro Mabel, repetirei isso a ele – ele já me conhece, nós dialogamos sempre muito fraternalmente, conterrâneo meu que ele é da região de Ribeirão Preto, São Paulo, antes de migrar em direção ao nosso Goiás –, discordo frontalmente, porque apresentado sobre uma premissa que o Deputado Sandro Mabel começou dizendo, que o Secretário veio aqui defender o interesse localizado. O Deputado Sandro Mabel radicalizou na defesa daquilo que, exatamente, acredito eu, nós devemos sepultar no nosso País, na sua história recente: o conjunto de benefícios colocados localizadamente por Estados que, em vez ajudar a estruturar...

Deputado Sandro, já me referi três vezes a V. Ex^a e disse que teria prazer em que V. Ex^a me ouvisse. Lembrei até o fato de sermos conterrâneos de Ribeirão Preto.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Sou de Goiás.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP) – Quero dizer que, ao contrário, a oportunidade que temos é de desfazer exatamente os equívocos que foram listados e que foram defendidos agora pelo Deputado Sandro Mabel e pelo Senador Cyro Miranda, benefícios localizados, muitas vezes descritériosos, que foram se somando, que estabeleceram um jogo de perda dentro do ponto de vista da Federação, do ponto de vista do País, renúncias fiscais que muitas vezes não se justificavam, afora o interesse muitas vezes localizado e muitas vezes específico, sem incidir, inclusive, em políticas de desenvolvimento para determinados entes da Federação e que estabeleceram aquilo que nós queremos mudar.

O Presidente e o Relator sabiamente caminharão nisso. Nós queremos ordenar o Pacto Federativo, simplificar os procedimentos, estabelecer critérios comuns dentro de uma visão de nação, e não aquilo que foi o período recente de exacerbação.

Por isso que é fundamental que o período de transição seja muito determinado, e o que vem no projeto é até menos, acredito eu. É muito importante que o Fundo de Compensação seja muito bem estabelecido e é importante que nós façamos também todo o processo de ajuste do ponto de vista da dívida dos Estados, ou seja, nós queremos erigir um sistema tributário que tenha transparência, que tenha equilíbrio e que tenha a sociedade caminhando naquilo que deseja: simplificação e diminuição da carga tributária.

Aquilo que foi e aquilo que os Parlamentares buscam defender agora é a perpetuação de equívocos que acabaram comprometendo todo o sistema tributário nacional e acho que muito perigosamente. É isso que vai nos orientar e é isso que nós vamos debater aqui no funcionamento da Comissão, no nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Obrigado, Deputado Arnaldo Jardim.

Vou passar a palavra ao Secretário para que ele possa, por dez minutos, fazer as réplicas ou as observações que queira sobre esse processo.

O SR. ODIR ALBERTO PINHEIRO TONOLIER – Sr. Deputado, Srs. Senadores, senhores, o que eu também acho que é unanimidade, e foi mais registrado aqui por todas as manifestações, é a importância deste momento que nós estamos vivendo e a responsabilidade que nós todos temos.

Entre os secretários da fazenda há até, digamos, certa tensão. Eu, como Secretário, como é o Governador, com a cautela e a prudência com que nós temos de tomar essas decisões, mas, ao mesmo tempo, não podemos deixar de tomá-las. Nós temos de tomar decisões – é o tempo limite –, ainda que, muitas vezes, com alguma margem de risco, por menor que seja. Nós temos que tomar essa decisão. Refiro-me especialmente a essa questão da guerra fiscal, da estrutura tributária, que é da maior importância para o funcionamento da nossa economia. Isso é definidor. Talvez a gente nem avalie completamente o efeito que tem o sistema tributário sobre a nossa economia.

A par de todos os problemas já manifestados, nós temos injustiças flagrantes, quer dizer, os benefícios, muitas vezes, são dados para uma empresa, como se houvesse só aquela empresa no País. E as outras? E os concorrentes?

Há uma desigualdade na carga tributária impressionante. Quando a gente diz que a carga tributária é de 36%, 37%, 35%, há empresas, eu sei, que não têm a metade dessa carga tributária. Isso significa que a outra metade está pagando mais de 50%.

Então, eu acho que é um assunto da maior relevância. As outras questões são pontuais, são importantes, mas não têm tanto efeito sobre a dinâmica deste País, sobre a dinâmica do crescimento industrial, sobre a dinâmica de um projeto de desenvolvimento, sobre a dinâmica das decisões empresariais não só dos empresários brasileiros, mas daqueles de outros países que querem vir ao Brasil e não sabem o que vai acontecer com o ICMS, principal tributo que incide sobre o seu produto.

Quer dizer, nós precisamos, Sr. Presidente, ter essa previsibilidade. Não está longe de nós, e é esta a posição do meu governador, querer resolver. E isso é um fator dificultador e talvez que adie qualquer coisa, que é o pior dos problemas. O pior do mundo é nós adiarmos mais esse cenário.

De muitas coisas vamos ter que abrir mão, às vezes, de uma discussão mais profunda e maior, em troca de assumirmos o que está presente, aquilo em que se tem um mínimo de acordo.

E, claro, o mundo é dinâmico, a sociedade é dinâmica, o Estado é dinâmico. Daqui a pouco nós vamos ter de discutir também outros assuntos que estamos consolidando que não se decidem pelo resto dos tempos. Mas a questão do ICMS, dessas diferenças, do efeito que isso tem na economia acho que é o

centro do problema. Todos nós sabemos que nós temos que resolver. Temos de resolver com urgência e não podemos criar...

É este o temor meu e de muitos governadores: de que para muitas propostas não haja acordo para votar. No governo não há acordo, na base do governo não há acordo, em outros Estados não há acordo, e vai sendo adiado. Imagine, Presidente, a cada dia que passa quanto vai aumentando a dívida dos Estados e de alguns Municípios por conta dessa diferença de taxa de juros. É urgente resolver, porque estamos pagando milhões a cada dia que passa a nossa discussão. Então, na medida em que se tem uma proposta concreta...

Se pegarmos o ano passado como referência, simplesmente se reduz pela metade a taxa de crescimento da nossa dívida, que muitos Estados não estão pagando. Está ficando um resíduo. É o caso do Rio Grande do Sul, de São Paulo, de cidades de São Paulo, de Minas Gerais. E paga-se, paga-se e aumenta mais a ponto de chegar ao final do contrato e a dívida estar praticamente parada ali.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC) – Secretário, quando assumi o Governo a dívida era de 4 bilhões. Nós pagamos 6 bilhões e eu saí do Governo devendo 10.

O SR. ODIR ALBERTO PINHEIRO TONOLIER – Exatamente. Isso é por conta da taxa de juros. E a cada dia que passa nós estamos perdendo.

Por isso, com todo o respeito à proposta, que eu acho oportuna e evidentemente benéfica, do Senador Luiz Henrique, de Santa Catarina, que é nosso parceiro no cuidado dos problemas que temos, a ponto de chegarmos a uma proposta comum dos dois Estados, chegamos a uma proposta comum...

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC) – Que eu transformei em uma emenda.

O SR. ODIR ALBERTO PINHEIRO TONOLIER – ... que o senhor transformou há muito. Só tenho medo, só temo que isso possa atrasar, as discussões serem ampliadas e nós, todos os Estados, fazendo a conta de quanto se está perdendo por dia. No entanto, há um projeto no Senado para reduzir tudo pela metade. Isso para nós é da maior importância. Essa é a minha preocupação básica, Sr. Presidente.

Não sei se ficou alguma questão pendente, mas acho que esta, porque diz respeito à economia, eu incluo na preocupação não só das alíquotas entre nós: a questão da Zona Franca de Manaus, que pode ficar para trás. Resolveríamos os assuntos entre nós, quer dizer, no tempo, nós teríamos uma perspectiva de reduzir o problema, de atenuar o problema, no entanto, ficaria um pedaço congelado lá com 12%, com benefícios que são absolutamente, por assim dizer, estranhos, uma peça estranha no nosso sistema tributário. É o caso de Mato Grosso que, na nossa proposta, tem que ter, nos dois casos, uma sistemática de redução para avaliar o efeito, mantendo, eventualmente, alguma vantagem para esses dois casos que são reconhecidamente importantes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Senador Wilder, que pediu a palavra.

O SR. WILDER MORAIS (DEM – GO) – Presidente, Deputado Eduardo Cunha; Sr. Secretário do Rio Grande do Sul; caros Senadores e Deputados, seguindo a mesma linha do colega Deputado Sandro Mabel e Senador Cyro Miranda, o Estado de Goiás, só para terem uma ideia, no ano de 1998, tinha um PIB de 17 bilhões. No ano passado, tivemos um PIB de 117 bilhões. Cresceu em dez anos. Então, o Estado industrializou o que era simplesmente negócio por conta dos incentivos fiscais. Hoje o Estado tem a fábrica da Hyundai, da Mitsubishi, da Suzuki, a Hypermarcas, maior polo farmoquímico do País, foi o Estado que mais cresceu em nível de PIB nacional, que gerou mais emprego.

O senhor imagine que essa medida que está sendo tomada vai colocar o nosso Estado em grande dificuldade perto de um Estado que teve muitas concessões. Falta muito em infraestrutura. Hoje os Estados desenvolvidos consequentemente têm muito mais facilidade de atrair empresas, porque têm energia, têm rodovia, têm, alguns deles, ferrovia. E o nosso Estado não tem nada disso. Está implantando. Então, isso vai gerar um desequilíbrio, uma perda de emprego muito grande. E isso tem de ser levado em conta nessa nossa discussão.

Era isto o que eu queria passar: que o Estado de Goiás vai perder muito com isso. Como se sai de um ICMS de 12% para 7%, quer dizer, os empresários vão dar um desconto de 5%? Na maioria dos setores industriais que têm margem de 2% até 5%, quem vai pagar essa conta?

Então, isso tem que ser levado em conta. E devem avaliar os Estados de uma maneira geral e não isoladamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Secretário, alguma coisa mais?

O SR. ODIR ALBERTO PINHEIRO TONOLIER – Ouvi as contribuições, mas está completo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Bom, companheiros, o nosso segundo secretário não chegou até agora. Acho que todos nós temos os nossos compromissos. Foi dada oportunidade de que ele pudesse se manifestar. Então, franquio a palavra se alguém quiser falar. Se não, vamos encerrar para amanhã continuarmos com a oitiva do Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Sr. Presidente, esse assunto é vital para todos os Estados. Estamos vendo isso pela importância dos secretários, governadores, Presidente da Comissão, Relator e de todos os que aqui participam.

Estou muito preocupado com essa medida provisória. Apesar de o senhor estar marcando as reuniões com celeridade, acho que nós precisávamos

intercalar com reuniões internas em que nós pudéssemos alinhavar um pouco mais esse assunto, para nós não termos um Relator que coloque no papel um relatório, apesar da capacidade do nosso Relator que tenho certeza de que vai agir no equilíbrio, sem discuti-lo daqui. O senhor vê que são muito diferentes as posições do Norte, Sul, Leste e Oeste. Então, acho que nós precisaríamos também intensificar um pouco esses debates internos com os membros das comissões e as representações das diversas regiões do país para que nós pudéssemos chegar a uma proposta equilibrada. Nós não podemos ter uma medida provisória que saia lá na ponta de qualquer jeito. Ela não pode sair dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Eu concordo e quero dizer para V. Ex^a que o Relator tem procurado fazer... De fato, nós fazemos reuniões com celeridade, temos reuniões todos os dias, mas nós tivemos um período de Semana Santa, enfim, demoramos muito para começar as reuniões até para que desse tempo de se avançar em outros pontos. Isso aqui não é uma decisão isolada. A Medida Provisória 599 está atrelada à Resolução do Senado, está atrelada ao Projeto de Lei Complementar nº 238, está atrelada ao FPE, está atrelada a uma série de fatores que têm que ser decididos em conjunto para se possa manter o equilíbrio da Federação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – ... à PEC do comércio eletrônico.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP) – É que a Medida Provisória tem prazo. Eu não sei se é ela que vai puxar o restante...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Ela tem prazo, mas só tem validade se a resolução for incorporada. Agora, há um compromisso de resolver isso em conjunto...

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Não, Presidente, na verdade, ela começa a ter eficácia, ela começa a ter efeitos a partir do que seja decidido no texto do projeto. Porém, ela vai ser votada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – A Medida Provisória trata de fundo de compensação e fundo de desenvolvimento em função da unificação das alíquotas de ICMS. O que estabelece a unificação de alíquota é a Resolução do Senado. A Medida Provisória não pode estabelecer unificação de alíquota. Então, nada disso aqui tem valor se a Resolução não for votada e entrar em vigor. E não precisamos nem nos preocupar porque isso aqui é inócuo se a Resolução não for votada.

Então, nós estamos falando isso aqui num debate aberto de companheiros experientes.

Nós temos que decidir isso aqui ou deliberarmos isso. Há um receio muito claro pelo que percebo nas minhas conversas – aliás, amanhã, ao meio-dia, inclusive, haverá uma reunião dos relatores de todas as matérias –, temos feitos

conversas, ontem à tarde fizemos uma, e todos têm a consciência de que tudo tem que ser deliberado em conjunto. Tem que ser apreciado o conjunto. Não dá para esta medida provisória ser votada esquecendo-se de votar o resto. A conta tem que fechar. E essa conta é basicamente no que o Governo está disposto abrir mão, porque o Governo vai ter que abrir mão de receita, não há dúvida.

Várias conversas vêm sendo feitas simultâneas, há vários debates sendo feitos, os Governadores vêm tendo as suas possibilidades de também interferir no processo. E nós vamos ter ainda muito tempo para resolver.

A única coisa que eu posso garantir a V. Ex^a é que deste Presidente não sairá uma decisão para marcar a votação desse relatório se não houver um acordo nítido e claro com relação ao conjunto. Se o Presidente não convocar reunião, não há reunião. Não haverá possibilidade de a gente fazer uma violência aqui. Será uma coisa equilibrada que possa atender à Federação como um todo.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP) – Nós estamos discutindo um pouco o mérito e um pouco o encaminhamento. Sobre isso eu queria fazer duas observações, se me permitem.

Primeiramente, quero saudar o ritmo e a forma como o Presidente tem determinado aqui que funcionasse a Comissão. Nós temos tido audiências, acho que elas estão acontecendo em um ritmo adequado.

Em segundo lugar, acho que também nada pode caminhar separadamente: a Resolução e a nossa manifestação aqui têm que caminhar *pari passu*...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – E o projeto de lei complementar.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP) – Então, isso tem que ser muito integrado. Se não corremos o risco de nós montarmos um *frankenstein*.

Talvez nós pudéssemos, fora as audiências para ouvirmos algumas pessoas, eu sugeriria ao Presidente que marcássemos alguns debates para ter esse enfrentamento pequeno que nós começamos aqui.

De repente nós poderíamos, em vez de só ouvirmos pessoas, fixarmos um tema, como o fundo de compensação, a questão da quebra da unanimidade – alguns temas que são correlatos a isso que estamos discutindo. E marcarmos para, nesse dia, ouvirmos opiniões diferentes, para irmos construindo.

Eu acho que nós poderíamos acumular isso, mas acho que o ritmo está adequado e nada poderá acontecer separadamente, temos que ter uma integração.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Está certo. E eu diria mais, o problema da quebra de unanimidade, há um debate e um receio. Eu vejo vários Estados que não querem quebrar a unanimidade. Vejo isso.

Por outro lado, qual o objetivo da quebra da unanimidade? É a gente poder convalidar os incentivos fiscais já existentes.

Se nós podemos ter um texto claro que atenda a todos os incentivos já existentes convalidados, pode resolver o problema e não quebrar a unanimidade. Nós estamos partindo para esse debate.

Então, é um caminho que a gente vai ter que ter fruto do debate. E há essa intenção, essa proposição na mesa sendo debatida também. Então, não é uma coisa que está estanque sendo inventada.

Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Sobre a matéria, existem alguns pontos de consenso e muitos de dissenso. Acho que é importante identificar o que é consenso e o que é dissenso. Eu acho que ratificar todos os benefícios concedidos até agora é um consenso geral. Porque não pode simplesmente quebrar as regras e ignorar o que foi feito.

Sobre o problema da unanimidade não existe consenso. Então, se identificar o que é consenso e o que é dissenso... E muitas vezes não deixar de aprovar o consenso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Para discutir o dissenso.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Por exemplo, nesse problema a que se referiu o Senador Luiz Henrique da dívida, é um consenso geral. Ninguém pode admitir que os Estados continuem pagando, a título de juro, o percentual que pagam hoje. E naquele consenso unânime no Congresso, eu acho que nós deveríamos priorizar muito o problema da dívida dos Estados com a União.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Eu vou até pegar o conhecimento dessa proposta do Senador Luiz Henrique e ver no que ela é convergente com a ideia que eu estava debatendo de excluir saúde e educação do conceito de receita líquida. É essa a proposição que eu estou debatendo como proposta e vinculada a investimento – mais ou menos a mesma ideia dele, só que sem o fundo, apenas uma redução de fluxo. Ai nós temos o debate se isso afeta ou não afeta o superávit primário.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ. Fora do microfone.) – ...eu acho que não afeta o superávit primário e não afeta a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Eu defendo até que não afete em função de que, se está diminuindo a da União, está-se aumentando dos Estados e Municípios. Então, o superávit abaixo da linha vai estar aumentado.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Então, acaba na conta geral ficando.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – E exatamente, como propôs o Senador, os Estados pagariam apenas um percentual desse pagamento

de juros que devia ser destinado a um fundo destinado a investimentos, dentro de uma política de restabelecer o crescimento econômico.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Agora, por que eu fiz essa proposta...

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC) – Se V. Ex^a me permite só um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Até para o seu raciocínio. Eu fiz a proposta da exclusão de saúde e educação porque não há sentido vincular para pagamento da dívida uma parcela que os Estados e Municípios não têm disponível. São obrigados compulsoriamente a aplicarem numa vinculação constitucional. Essa é a razão pela qual...

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC) – O senhor também tem razão. Mas eu gostaria só de dar um esclarecimento em adendo ao que estava falando o Senador Dornelles. Na minha proposta há o pagamento de 100% da prestação, a partir do novo indicador ou do atual indicador. Só que 20% os Estados pagam em investimento em educação, saúde, segurança, transporte, ciência, tecnologia e inovação.

E os Estados escolhem e o Governo Federal aprova. Por quê? Porque o dinheiro é dele. Então, por isso é que não interfere na Lei de Responsabilidade Fiscal. Entendeu? É um pagamento feito 80% em dinheiro e 20% em espécie. Que espécie? Investimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – É uma boa proposta, que tem que ser analisada no contexto.

O Secretário do Ceará está chegando. Se V. Ex^as entenderem que devemos suspender a reunião e aguardá-lo...

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC) – O que eu temo, Presidente, é que comece a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – A da Câmara, inclusive, já começou.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC) – Na hora que começar a Ordem do Dia, nós teremos que suspender.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Bom, como ele viajou do Ceará para cá, eu vou suspender e, se ele chegar, eu retomo; se não, eu encerro. Se começar a Ordem do Dia, eu deixo pelo menos que ele grave o depoimento dele para que V. Ex^as possam, depois, assisti-lo. Pelo menos é uma deferência.

Obrigado.

Está suspensa a reunião por dez minutos.

(Iniciada às 16 horas e 12 minutos, a reunião é suspensa às 17 horas e 20 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Está reaberta a reunião, com a presença do Secretário de Estado da Fazendo do Ceará, Carlos Mauro Benevides Filho.

Nós vamos passar a palavra para ele, já que houve um retardo, mas queria dizer para o Secretário que ele não se preocupe com a pouca audiência momentânea, ou até com nossa ausência eventual, porque, para nós, vale muito mais o que V. S^a vai dar de contribuição. O Relator, que estava lá no Ceará, não pôde estar presente aqui, vai pegar o vídeo, hoje ainda, e a sua exposição e as suas considerações ficarão para ser levadas em consideração dentro do processo. É muito importante que fique registrada a sua contribuição. Então, esta Comissão está dando oportunidade para o Estado do Ceará se manifeste e tenha uma posição firmada no âmbito dessas propostas todas que estão sendo apreciadas pelo Congresso Nacional.

Em homenagem ao Ceará, vou convidar o Deputado Danilo Forte para assumir a Presidência e passo a palavra a V. S^a por 20 minutos iniciais.

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO – Ex^{mo} Sr. Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória 599, Deputado Eduardo Cunha, a quem desde já agradeço a deferência pelo horário de nossa chegada, mas devo registrar também que está no Estado do Ceará, está em Fortaleza a Presidenta Dilma e lá há todo um número de Parlamentares, Deputados e Senadores, que afluíram para aquela cidade, para a minha cidade, Fortaleza, daí portanto o retardo da minha chegada aqui. Mas devo dizer que fiz questão de deixar a posição da maioria dos Estados do Norte, Nordeste, Centro-Oeste do País em relação às duas questões que estão em debate aqui no Congresso Nacional, que são o Projeto de Resolução no Senado nº 1, que unifica a alíquota interestadual de ICMS, e obviamente a sua parte complementar à Medida Provisória 599, que supostamente seria a compensação dessa medida nociva que dilacerará qualquer potencial competitivo que os Estados dessas três regiões possam ter em relação a essa unificação.

Então, quero agradecer a oportunidade e, ao mesmo tempo, já me referindo aqui ao Presidente da Comissão, que é um companheiro meu dos bancos do Colégio Cearense, do Estado do Ceará, Deputado Danilo Forte, que inclusive acompanha também a minha trajetória de muitos anos e fico feliz, apesar de ter aqui na Câmara dos Deputados um Parlamentar que já foi Presidente do Congresso, Senador por duas vezes, Deputado Federal, que tenho o privilégio de ter como pai, que chama-se Mauro Benevides, a quem eu quero fazer esse registro.

A MP 599 está relacionada com essa medida de unificação da alíquota, que tem como único objetivo retirar o potencial de atração ou de desconcentração da indústria brasileira. O Sul e o Sudeste hoje detém 71% do PIB brasileiro – 71% – e boa parte dessa razão pela história da formação econômica brasileira, inclusive com incentivos tributários dado à época para

consolidar inclusive o polo automotivo, portanto, precisavam os Estados brasileiros dessas três regiões ter um tratamento diferenciado. Normalmente, pelos livros textos e pela experiência mundial, a responsabilidade do processo de desconcentração industrial ou do processo de alocação da indústria em qualquer país, seja na experiência acadêmica, de onde eu venho, seja para a prática realidade mundial, é responsabilidade do Poder Central, que pode, por diversas vezes, ou de várias maneiras, usar de artifícios tanto creditícios ou, na maior parte das vezes, tributariamente falando, para poder compensar regiões menos desenvolvidas a poder vir ao mesmo patamar desse processo de desenvolvimento econômico de outras regiões, aqui, no caso do brasileiro, em relação ao Sul e Sudeste do nosso País.

Bom, como esse processo de desconcentração não foi feito de forma organizada ou planejada pelo Governo Central, sei que o meu colega, companheiro também de academia, Ministro Nelson Barbosa: "Não, mas temos lá a Sudene, temos lá o FNE, ou seja, temos outros mecanismos", mas não há nada mais forte associado ao crédito do que a questão tributária. Então nesses países é muito claro ter uma política tributária, imposto de renda ou PIS e Cofins em uma região ser 9,5%, no nordeste ser 3% e no norte, 2%. Não precisa dessa história de mandar projeto para Sudene, ver quem aprova, pede favor técnico. Isso tem que ser uma forma simples para que o empresário decida se a sua taxa interna de retorno é melhor no Sul e Sudeste, é melhor no Nordeste, é melhor no Norte. Isso tem que ser provido de uma política clara, transparente.

E aí vai a crítica do Prof. Mauro Filho, não é uma posição de Governo. Essa posição ciclotímica do Governo Federal – sobe imposto, desce imposto, sobe imposto, desce imposto – não consegue dar estabilidade para o investimento acontecer. Keynes falava do espírito animal do empresário, que ele precisa investir tendo segurança. Se ele não souber exatamente onde aplicar o seu capital, ele fica inibido de todo esse processo acontecer.

Portanto, por que os Estados, em função dessa ausência, tiveram que lançar mão do seu tributo, do ICMS, para tentar fazer a atração da indústria do Sul e Sudeste para o Norte, Nordeste, Centro-Oeste? Por uma razão muito simples: o maior mercado de insumos está no Sul e Sudeste. Então, quando uma empresa toma a sua decisão, faz o cálculo do retorno do seu investimento para montar uma indústria no Sul, Norte, Nordeste, Centro-Oeste, ela faz assim: os insumos estão no Sul e Sudeste, então, eu tenho um custo de logística e de transporte que eu tenho que levar para cá. No entanto, eu também tenho outro custo de transporte, que é feito a mercadoria, produzido o bem, esse bem tem que ser deslocado para o grande mercado consumidor brasileiro da renda média mais alta também do nosso País, ele retorna ao Sul e Sudeste. Portanto, toda essa logística tem um custo que varia de empresa para empresa, que vai de 9% a 13%.

O parque industrial calçadista do meu Estado não foi para lá pelos belos olhos do meu querido amigo ex-Governador Tasso Jereissati ou pelo meu

chefe e líder, o atual Governador Cid Gomes. Além da estrutura de contratos, de manutenção de contratos que o meu Estado preserva com muita segurança, um Estado que não deve nada da 9496, que é uma outra medida que está sendo discutida no Congresso Nacional, que vai beneficiar, 82% dela, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, que detêm 82% dessa dívida que vai ser refinanciada... Eu fiz o meu dever de casa, antecipei meus pagamentos, não devo nada da 9496 e aí, agora, portanto, essa medida em nada vai nos auxiliar mudando indexador e diminuindo o custo.

Portanto, se se diminui o ICMS, se se dá um incentivo ao ICMS, para que você tenha, pelo menos, condição de igualdade de competir quando uma empresa decide se vai se instalar no Sul do País, comparado com a aplicação em outras regiões, o que acontece? Hoje, a mercadoria vem do Sul para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste com 7% e vai dessas Regiões com 12% de lá para cá. Portanto, cobramos 10% de diferencial. Quando vai do Nordeste para lá, por exemplo, vai com 12% e aí cobra mais 5% ou mais 6%, dependendo do valor do ICMS, 17% ou 18% do Estado onde ela está sendo destinada. Com o incentivo, em vez de ele pagar os 12%, ele paga 4% e esses 8% ele incorpora como incentivo para compensar a logística e o custo do insumo. Você acha que uma Grendene, que gera 40 mil empregos no meu Estado, iria para lá, deixaria São Paulo, deixaria o Rio Grande do Sul se ela não fizesse uma conta sabendo que era competitivo ela se deslocar para lá? Então, ela paga 4%, mas manda, na nota fiscal, com 12%. Esses 8% o Estado do Ceará banca, que é outro conceito errado que está na imprensa brasileira, que diz assim: "Ah, não, o Estado do Sul está bancando esse diferencial." Ora, as pessoas não querem mais nem ler, não querem mais nem raciocinar. Se não tem incentivo, eu mando a mercadoria com 12% e aí lá cobra 6%. Se eu dou o incentivo, quem está bancando com a transferência é o Estado, é o Estado que está concedendo. Eu estou indo lá no meu orçamento, examinando a minha condição, vou até aquele valor e daquele valor eu retiro do orçamento. E a empresa, sem custo, apropria essa diferença para poder compensar, repito mais uma vez, esse diferencial de custo que ela tem para trazer o insumo e enviar o produto para as demais regiões.

Portanto, se essa unificação acontecer saindo de 12% para 4%, como é o proposto, hoje, todas as empresas que são incentivadas, o Polo Metal Mecânico, o Polo Calçadista, o Polo de Produção – todas as cervejarias hoje que estão no meu Estado, por exemplo –, houve um avanço no parque industrial com esses incentivos que foram gerados. Não venham dizer que o incentivo diminui receita. É outra falácia, outra mentira. A indústria que chega no meu Estado paga 25%. O que é diferido para pagar em três anos de carência e dez anos são os 75%; portanto, eu aumento receita, não diminuo receita, que é outro conceito que se tentou passar para a imprensa nacional e que eu preciso desfazer. Eu preciso desconstituir esse raciocínio que está impregnado em todo o canto que eu tenho lido. E faço isso não só comigo, mas com os meus alunos quando tenho

oportunidade. Portanto, igualar significa tirar a competitividade que os Estados dessas três regiões têm de poder desconcentrar o que ainda é muito concentrado no Brasil, a indústria no nosso País.

E aí, quando eu faço essas argumentações, eu sou muitas vezes – e vou entrar portanto na MP 599 –, questionado pelo alto escalão dos meus colegas, os companheiros de Ministério da Fazenda, que dizem assim: "Mas, Prof. Benevides, o senhor não está entendendo bem. Eu estou lhe tirando o seu poder de conceder o incentivo, mas estou lhe compensando porque eu estou, já enviei, a Medida Provisória 599 para o senhor continuar tendo esse mesmo poder que o senhor tem. O senhor não está compreendendo bem o que eu estou dizendo." Pois vamos lá.

Medida Provisória 599, meu caro Deputado Sandro Mabel, com quem tive o privilégio de ainda na discussão da reforma tributária poder aprender muito com a sua experiência, com o seu tirocinio durante muitos anos. Fico feliz com a sua presença. Então, fui procurar ler. Mandaram-me ler, eu fui ler a Medida Provisória, a 599. Primeiro ponto: lá se asseguram recursos orçamentários, ou seja, hoje eu posso ter a garantia de que os recursos que lá estão possam acontecer. Daqui a dois anos, e essa decisão é soberana, nem do Congresso é, será eleito outro Presidente ou outra Presidenta, enfim, ou a mesma Presidenta, a reeleição da Presidenta Dilma, ninguém sabe como essa regra... A nossa experiência de Estado com a Lei Kandir... A União pediu para desoneras os produtos exportados, pois compensaria o ICMS, o que aconteceu durante três anos. De lá para cá... Hoje, os Estados brasileiros desoneraram, Deputado Danilo Forte, R\$30 bilhões e só repassam R\$3 bilhões.

Portanto, os Estados brasileiros e as empresas exportadoras... Quero registrar aqui que está chegando a esta Comissão Mista o ilustre Senador e Deputado Federal Mauro Benevides, que vem, com certeza, abrilhantar a reunião desta Comissão. Mas, como eu dizia, se esta medida provisória não assegurar recursos vinculatórios, como acontece no fundo de participação, que é 21,5% do imposto de renda e do IPI – não interessa quem está governando, não interessa quem é o relator na Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional; isso é irrelevante porque ele é vinculatório e, assim, os Estados teriam segurança plena de que jamais seriam enganados como em outras situações poderiam. Portanto, não existe a menor segurança em relação a isso. Primeiro ponto.

Segundo ponto, e talvez tão grave ou mais grave ainda do que o primeiro. O tributo, quando você dá o incentivo, paga quatro e manda com doze, e esses oito são apropriados de graça pela empresa para compensar o custo da remessa dos insumos e do reenvio do produto acabado. Essa Medida Provisória nº 599, e me mandaram ler, Deputado Sandro Mabel, e fui ler, trata de 75% dos seus valores e esse percentual se refere à operação de crédito. Alguém acha, no Brasil, que uma empresa que hoje tem um incentivo com custo zero, que é exatamente para compensar a vinda do insumo e a remessa do bem, que

representa mais ou menos 10% na composição do tributo, e, por isso, retorna com nove a dez por cento; Srs. Deputados, Srs. Senadores, que uma empresa vai deixar de ter uma condição de incentivo gratuito para compensar o custo que ela tem para, de uma hora para outra, buscar uma operação de crédito para poder fazer o seu incentivo? Isso não existe! Me mandaram ler, e repito mais uma vez, fui ler. Realmente não faz sentido!

Essa medida não tem a menor razão para ter a guarda do Congresso Nacional, porque não representa... Vai, na realidade, e isso está acontecendo, acabar inclusive não só com as novas que poderiam ir para as três regiões brasileiras, mas com as que já estão instaladas, que perderão o benefício. Paga quatro, manda com quatro, Deputado Danilo Forte, e já não têm mais. Vai recorrer a empréstimo? Jamais! Portanto, você liquidou. A única intenção, na minha avaliação, é realmente acabar por definitivo com qualquer capacidade que essas três regiões têm de serem competitivas nesse processo de atração de indústria.

Terceiro, tanto grave quanto os outros dois ou ainda mais grave. Mesmo sendo operação de crédito, não trata de compensar o tributo. Quem lê a medida provisória vai perceber que esse financiamento só trata exclusivamente do investimento. Se ela quiser construir o galpão dela, faz o investimento. Não existe permissão, na Medida Provisória, para se dar qualquer incentivo de cunho tributário. Zero! Portanto, não vejo a razão da Medida Provisória, a não ser aquela para liquidar por definitivo a capacidade para competir dessas três regiões.

Disseram-me, Deputado Danilo Forte, que eu não estava compreendendo bem essa unificação e que precisava ler a Medida Provisória nº 599, que retornava o benefício, esse "poder" que os Estados das três regiões têm hoje de conceder esse benefício tributário; mas, infelizmente, a Medida Provisória não traz absolutamente nada, e ainda traz uma coisa tão grave ainda quanto os três ponto. É o quarto ponto.

Ela remete ao inciso II do art. 8º e diz que ela só acontecerá, esses valores só serão transferidos para os Estados:

Art. 8º
(...)

II - celebração de convênio entre os Estados e o Distrito Federal, até o dia 31 de dezembro de 2013 [na Confaz], por meio do qual sejam disciplinados os efeitos dos incentivos e benefícios referidos no inciso I...

Ou seja, os já concedidos.

Convalidação de benefício no Confaz... Eu, por exemplo, estou lá há sete anos. Fui coordenador desse fórum por dois anos, eleito e reeleito. É impossível aprovar qualquer medida lá, qualquer convalidação lá, por uma razão

simples: porque lá se exige unanimidade. Nunca será aprovado isso! Basta ler. É o inciso II do art. 8º. Alguém precisa ler para poder compreender a extensão dessa Medida Provisória.

E estamos tentando, e há uma discussão também no Congresso Nacional, para acabar com essa história de unanimidade. O Congresso brasileiro, para mudar a sua Constituição, regra básica de uma sociedade, precisa do quórum qualificado de três quintos, mas no Confaz, não. É uma história de quebra de pacto. "Você vai quebrar o pacto federativo."

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO – Não, na MP diz assim, e já mudaram a MP, porque 80% do Confaz... Não posso falar como Confaz porque há divergência, sobretudo com o Sul e Sudeste. Quero dizer isso bem claro. Estou falando mais no âmbito das três outras regiões. Tínhamos "consensado" que eram três quintos. No entanto, a MP, aliás, o projeto de lei complementar insere que tem que ter um voto de cada região.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO – Vou procurar terminar no tempo ainda que me resta, Sr. Presidente.

Lá diz que foi acrescido no projeto de lei complementar que é obrigatório ter um voto de cada região. Voltamos para o mesmo problema. Quem é do Sul vai votar na convalidação desses benefícios? Querem fazer o juízo de valor de qual benefício vai ser convalidado ou não. Isso já é uma nova...

Aqui no Congresso Nacional não tem essa história, até onde eu conheço, pela Constituição brasileira. Mudam-se as regras, os relacionamentos, enfim, as leis penais no Congresso através de três quintos. O Congresso disciplina através de três quintos. Agora, no Confaz, foi inserido, além dos três quintos, esse um voto. Isso quer dizer voltar para a unanimidade, porque nunca vamos conseguir isso. Também nesse ponto, a Medida Provisória peca em relação a isso.

Em relação aos empréstimos, porque 75% dessa composição trata do empréstimo, o inciso II do art. 10 diz:

Art. 10:.....

(...)

II - em caso de viabilidade econômica, apoiar os projetos de investimentos aprovados pelos Comitês Estaduais de Planejamento e Investimento;

Ou seja, a empresa vai sair de uma condição de incentivo dado a custo zero, e só dou o incentivo quando ela vende; se ela não vender, não dou o incentivo, para uma operação de crédito. Vai para o banco, o banco analisa e libera os primeiros 20%, vai um técnico examinar se foi feito, ele volta e começam

as discussões de favores – fez ou não fez? Vamos voltar de novo para isso? É essa a proposta que se quer colocar para o Brasil. Já conhecemos o que acontece quando isso...

E mais, além da viabilidade ou não na etapa inicial, vem o mesmo problema da Sudene, Deputado Sandro Mabel, no inciso III: fiscalizar e comprovar a regularidade do projeto. De novo? E vou lá examinar. Fez ou não fez? Vai produzir ou não vai produzir? Volta a tudo o que era e que não deu certo.

Portanto, qual a diferença da Medida Provisória? Primeiro, lá é custo para compensar outras coisas; aqui, empréstimo. Assim, por si só, já se dissolve qualquer possibilidade de apoioamento. Segundo, a empresa vai ficar tendo que se submeter a essas regras que estão aqui colocadas, e já não sei nem a que custo? Porque a própria Medida Provisória também fala que a União poderá lançar títulos públicos com taxas de longo prazo para poder imputar o custo. Então, será Selic mais seis ou mais sete? Ainda tem mais o percentual de *del credere* do banco que vai ser o emprestador, a instituição financeira oficial que vai fazer a concessão do crédito. Então, a longo prazo, para quem vive na área, se a economia está estabilizada, compra títulos pelo IPCA e dá para saber – 5% ao ano mais 6% dá 11% ao ano, mais ou menos –; se as economias não está estável, e o Brasil vive muito isso, você acaba fugindo para comprar Selic, porque fico tranquilo, o meu título vai render aquilo que estou esperando. Hoje a Selic é 7,25%, mas já chegou a 21%! Então, vou tomar uma operação de crédito da maneira como está redigido aqui no inciso III: em caso de viabilidade econômica, apoiar projetos... Art. 14: A União lançará título para capturar e que terá como remuneração aquela característica de longo prazo. Isso é uma coisa muito específica para quem é da área, para quem leu a matéria e precisa estar fazendo esse contraponto também para alertar a decisão soberana que todos os Srs. e Sras Parlamentares, Deputados e Senadores, com certeza vão analisar com a maior acuidade possível e a relevância que essa matéria representa.

Portanto, eu tenho ainda vários outros pontos para colocar, mas acho que esses seis pontos, Deputado Danilo Forte, representam, na realidade, a demonstração cabal. E tenho ido para vários debates, em vários Estados brasileiros, em função dessa minha posição mais veemente, e não só pelo estilo, porque o estilo do Senador Mauro Benevides é muito mais de conciliação, é muito mais de compreender e aprimorar essas coisas, mas é porque o debate aqui fica muito claro. Eu não vejo a menor maneira, a não ser que, por trás desse raciocínio, realmente os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste não devam ter essa condição. Inclusive amanhã estou convocado pelo Ministro da Fazenda. Estaremos lá, amanhã de manhã, para poder exatamente expor, eles querem compreender essa veemência, essa contundência com que estamos falando. Porque realmente para nós é acabar. O meu temor não é somente novas indústrias que vamos perder que me agregam receita. O grande temor também é que essas três regiões vão perder, salvo o Amazonas, em que estão mantidos

12%, e o Mato Grosso do Sul, por onde passa o gás, estão mantidos 12%. Essas regras estão lá preservadas, foram conquistadas lá no Ministério da Fazenda, mas aos demais não estão.

Portanto, essa decisão precisa ser mais bem compreendida. Eram essas as considerações, meu caro Presidente, Deputado Danilo Forte, e já me desculpo antecipadamente por ter ultrapassado o prazo que me foi concedido inicialmente.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte, PMDB – CE) – Quero primeiramente parabenizar o nosso querido amigo Deputado Mauro Filho, Secretário da Fazenda do Estado do Ceará, um dos orgulhos da nossa turma do colégio cearense Sagrado Coração de Maria.

Realmente, trata-se de um tema palpitante, que cria uma incógnita muito grande de querer igualar os desiguais. Eu também guardo comigo todas essas preocupações que aqui foram colocadas. Esse debate está sendo um debate muito acirrado na Casa. Acho que poderíamos aproveitar os diversos temas, e aqui está conosco o Deputado Arnaldo Jardim, que participou também do debate sobre o endividamento dos Estados, junto com o Deputado Sandro Mabel, e o Senador Mauro Benevides, inclusive aproveitar esse momento em que há várias matérias na Casa que dizem respeito a um mesmo tema.

Nós tivemos essa discussão da unificação do ICMS, nós tivemos esse PLP 328, nós tivemos o Fundo de Participação dos Estados, nós temos a questão dos *royalties*, nós tivemos a questão da renegociação das dívidas, são todos temas correlatos, que poderiam dar uma facilidade ainda maior num processo de aprovação porque trazem consigo uma possibilidade de permuta. E permuta de benefícios, permuta de investimentos, permuta inclusive de benefícios positivos e não tão positivos que poderiam ser negociados numa casa que busca construir um consenso nacional.

É nosso papel no Congresso Nacional tentar ao máximo harmonizar os interesses das diversas regiões. Mas, pelo visto aqui, especificamente no que diz respeito a essa questão do ICMS, percebemos claramente que haverá vencedores e haverá vencidos. E de novo os vencedores serão os mesmos e os vencidos serão os mesmos, maltratando cada vez mais quem mais precisa exatamente da redistribuição dos tributos em nível nacional.

Então, parabenizo o Secretário Mauro Benevides Filho pela robustez do conteúdo que tem dado a esse debate. Acho que esta Casa vai compreender esses clamores. E precisamos realmente, inclusive nós que somos do PMDB, que temos a maior oportunidade de ter o presidente desta Comissão especial da medida provisória, fazer um debate interno, Deputado Sandro Mabel, para que possamos inclusive tirar uma posição política do Partido com relação a essa questão.

Dando prosseguimento ao debate, está inscrito o Deputado Sandro Mabel, a quem daremos cinco minutos.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Secretário da Fazenda, de quem sou amigo e a quem admiro pela suas posições, pelo seu conhecimento – muito já fizemos juntos naquela reforma tributária, e acho que hoje o pessoal está com saudade dela. Se a tivéssemos aprovado, nós teríamos aí um Brasil bem melhor, e com o cuidado.

Está aqui o nosso Deputado Arnaldo Jardim, meu ídolo também, porque ele é uma pessoa que tem no debate a lealdade de procurar resolver as coisas. O Arnaldo é uma pessoa com que já debatemos bastante, mas ele sempre busca uma solução para o País como um todo. Então, tenho um prazer muito grande. E também o nosso Senador Mauro Benevides, colega Deputado, que criou esse menino – o pedigree dele é bom –, a quem eu queria cumprimentar, porque é impressionante a lucidez com que você coloca a questão dos incentivos, porque as pessoas não conhecem. Infelizmente as pessoas não conhecem. Essa matéria tributária é muito complexa. As pessoas não conhecem quando você fala que fundo não funciona, fundo é coisa do passado, é coisa de que quando a pessoa queria fazer corrupção, aquela confusão danada, lá nos idos, quando isso era uma coisa que podia, a pessoa pegava o dinheiro e sumia com ele, aquilo era fundo. Nós não precisamos de fundo, nós precisamos deixar o povo crescer.

Quando o Estado que está recebendo o crédito, quando o Estado recebe uma mercadoria vinda do Nordeste, do Centro-Oeste ou do Norte, ele não está fazendo favor nenhum. Ele iria receber aquilo ali com 12% e continua recebendo com os mesmos 12%. Quem cortou na carne fomos nós. Nós cortamos na carne, os nossos Estados, esses Estados pobres cortam na carne para segurar a sua população lá. Essa é a grande verdade.

E nós não precisamos de fundo porque, como você disse, o empresário não vai atraído por fundo. Empresário que é atraído por fundo é o mau empresário. Ele acha que ele vai lá, passa a mão no fundo, compra um avião, uma caminhonete, casca fora, faz um investimento com máquina velha e vai sair fora, não vai pagar o fundo. Esse é o indivíduo que não quer crescer. Quem quer crescer assume o risco, vai lá e coloca a sua empresa, constrói com o seu dinheiro, financia uma parte dentro das condições que tem, vai lá e faz aquela empresa funcionar e, se tiver sucesso e capacidade gerencial, ele gera um crédito de ICM que permite que ele pague os seus investimentos para estar naquele lugar. Que ele consiga trazer aquela matéria-prima, que ele possa distribuir aquele produto naquelas regiões que têm aquele consumo também.

A chinelinha havaiana que gastam no Nordeste é feita lá. A sandália Azaléia ou Grendene é feita no Nordeste. O povo usa esse calçado lá. Uma parte excedente disso vem para o Sul. Aproveita-se um frete de tudo que se leva lá para cima para se consumir, porque consomem, tudo que é produzido aqui no Sul, no Sudeste levam para o Nordeste, para o Centro-Oeste. Aproveita-se o frete de volta e trazem esse produto que é produzido lá na nossa região com aquelas pessoas que nós queremos segurar lá.

Por isso, eu falava agora há pouco aqui para o nosso Presidente Eduardo Cunha também, e quero falar para o nosso Presidente Danilo Forte, que precisamos fazer um debate interno, porque esse negócio de acabar com guerra fiscal vai acabar com o Brasil. Acho que temos que tirar alguns fatores de guerra fiscal, como por exemplo fizeram com a importação. Beleza. Criaram o problema da importação, está ótimo. Então pelo menos resolveram aquele problema de importação que acho que é uma desindustrialização incentivar a importação. Então aquilo ali um aproveitou, outro aproveitou, vamos botar fim nessa farra. Vamos aproveitar, porque estavam dando incentivo para camiseta que vinha da China para dentro do País. Davam um crédito que não existia. Aquele não existia, mas dava-se aquele crédito.

Retirado isso daí, acho que há algumas outras coisas que precisam ser tiradas da área comercial, algum incentivo que desequilibre alguma relação, nota passeando, essas coisas nós temos que cortar. São a menor parte dos incentivos. A parte importante do incentivo é a industrialização, é a fixação do nordestino no Nordeste, das pessoas do Centro-Oeste no Centro-Oeste, das pessoas do Norte no Norte. Eu fui falar nordestino no Nordeste e falar nortista no Norte e eu pensei: e do Centro-Oeste, como eu chamo esse povo? Os "centroestinos" lá no Centro-Oeste.

Portanto, Presidente, para encerrar, acho que é muito importante que a posição do nosso Secretário seja ouvida. Que o Ministério da Fazenda entenda, que o senhor possa ser bem claro. Eles não conhecem, eles não sabem como operam um incentivo. Eles não sabem que o empresário não recebe dinheiro nenhum do Estado, que o Estado não dá dinheiro para ninguém. Ele vai lá, coloca, produz o seu produto...

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO – Deputado, e só recebe quando produz.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Exatamente.

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO – Só de empréstimo quando ele vai comprar isso ou aquilo. Ele só ganha incentivo quando a mercadoria foi vendida.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – O Estado não tem risco nenhum. O Estado recebe os 25% dele, incentiva o restante e, portanto, ele vai ter condição de desenvolver, como vem desenvolvendo essas regiões e descentralizando o crescimento. E volto a dizer: nós temos que comprar as máquinas dos paulistas; temos que comprar as tecnologias desse pessoal, mas temos que consumir o que produzimos nas nossas regiões. E falou o absurdo de não se produzir óleo de soja no Estado de Goiás, no Mato Grosso. Trazer o boi de caminhão para morrer em Araçatuba, em São Paulo. Quer dizer, não tem cabimento, eles que produzem o boi deles lá. O nosso tem que morrer no nosso Estado. O nosso leite não pode vir de caminhão-tanque para ser embalado em caixinhas em São Paulo. Ele tem que ser embalado lá, e aí nós mandamos a

caixinha pronta. Se o paulista quiser beber leite goiano, bebe na caixinha que foi produzida lá e já consome na caixinha. Ou então produza o seu leite, porque nós vamos consumir o nosso. Então, essa industrialização precisa continuar ocorrendo.

Por isso, Secretário, vamos bater firme, não vamos esmorecer essa nossa luta de muitos anos. Eu vim para o Congresso por causa disso e quero dizer que fico feliz em ver aí a sua exposição, e vamos defender para que possamos ter o equilíbrio. Agora, precisamos ter o equilíbrio, não podemos fazer guerra fiscal. Guerra fiscal é errada. Esse passeio de notas, nós temos que acabar com isso. Ninguém defende isso. Ele não defende, eu não defendo. Aquela história de que Minas fazia, passava nota para Goiás e ia vender em São Paulo com o crédito, com aquilo ali perde todo mundo. Ninguém ganha com aquilo. E temos que acabar com esse tipo de incentivo.

Agora, o incentivo da produção... O senhor vai ver quanta confusão quando criarem esse número de fundos. Fundo daqui, fundo dali, empresta daqui, busca dali, fiscaliza. Aí o fiscal vai lá, o sujeito não tem a máquina, ele acerta com o fiscal, aquela confusão. Nós não precisamos disso. A pessoa hoje vai lá, põe as máquinas dele, produz. Se ele produzir, está bom; se não produzir, ninguém perdeu nada e ninguém ganhou nada, e o Erário público não teve nenhum tipo de compromisso com isso.

Portanto, fica aí a nossa mão dada, Nordeste, Centro-Oeste e Norte, para que possamos, juntos com o Sul e o Sudeste, buscar a melhor fórmula, que não é essa de fundos. É uma fórmula de se manterem os incentivos fiscais.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. PMDB – CE) – Obrigado, Deputado Sandro Mabel.

Para as considerações finais, o nosso palestrante, Secretário Mauro Filho.

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO – Ouvindo as considerações do Deputado Sandro Mabel, quem é da área sabe que passeio de nota, quando acontece, acontece no comércio. A indústria não tem isso. Estou falando de incentivo à indústria. Quem é da área sabe que esse é o estímulo mais direto, sem análise, porque ele só acontece quando você produz, ele não pode ser inventado.

E o Confaz, no que diz respeito ao incentivo do comércio, hoje inclusive a posição é de fechar esse negócio. É o ponto em que concordamos com São Paulo e Minas Gerais. Vamos fechar isso. A nossa discussão, a nossa veemência trata do processo de desconcentração industrial brasileira. É disso que estamos falando.

Portanto, alguém precisa me dizer qual é a vantagem de unificar a 4%. Eu preciso compreender. Eu preciso que alguém me explique qual a vantagem para o País, estamos falando do Brasil, unificar. Eu escutei uma, que me disseram assim: "Não, mas isso é bom porque vai acabar com a instabilidade,

porque hoje ninguém sabe como vão ficar esses incentivos que estão sendo dados". Então o problema não é a unificação, o problema é a convalidação do benefício, e saber se os benefícios podem continuar sendo dados ou não. Se ele não pode ser continuado, se igualar, 4%. Se ele pode ser dado, vamos discipliná-lo. Eu acho que esse é o raciocínio. De outra maneira, eu não consigo compreender qual a vantagem brasileira, a não ser que o Brasil tenha interesses divergentes. Há regiões mais pujantes politicamente, que podem exercer, tanto dentro desta Casa como dentro da imprensa nacional, seus pontos de vista mais frequentemente, mas quero ver tecnicamente num debate alguém justificar com mais precisão o benefício tanto do Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2013, quanto da MP 599, uma no Senado e outra no Congresso Nacional.

Portanto, defendo que isso não aconteça. No limite, alguns Governadores ainda aceitaram diminuir essa diferença de cinco para quatro, outros de quatro para três, mas jamais você igualar 4% para todo mundo, porque aí, realmente, é a pá de cal final para se enterrar essa possibilidade de igualdade de competição dessas três regiões em relação às demais duas.

Eram as palavras e as considerações. Agradeço, mais uma vez, Sr. Presidente, a oportunidade que me deram. Já estive na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e estou agora aqui falando na Comissão Mista.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte, PMDB – CE) – Obrigado Srs. Deputados e Senadores, obrigado Deputado Mauro Benevides Filho.

Não tendo mais o que declarar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 16 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 11 minutos.)

SENADO FEDERAL

ATA DA 66^a SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 8 DE MAIO DE 2013

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 65, de 9 de maio de 2013)

RETIFICAÇÕES

À página 24207, primeira coluna, republique-se, por omissão gráfica de trecho da matéria, o Requerimento nº 398, de 2013:

REQUERIMENTO Nº 398, DE 2013

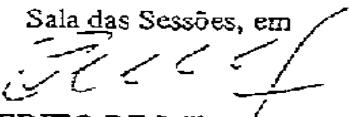
Requeiro nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para representar esta Casa em missão no exterior, acompanhando o Ministro Marcelo Crivella em visita a Israel, no período de 9 a 13 de junho do corrente ano, conforme indicação do Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, em ofício anexo. A missão tem como objetivo constituir cooperação entre os dois países no setor da aquicultura.

Comunico ainda, nos termos do artigo 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que me ausentarei do país neste mesmo período.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Sala das Sessões, em


BENEDITO DE LIRA
Senador da República (PP - AL)

Às páginas nºs 24312 e 24313, republique-se, por erro gráfico, a lista de votação do Parecer nº 210, de 2013 (escolha de autoridade):



VOTAÇÃO SECRETA

**Senado Federal
54ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária**

PARECER Nº 210, DE 2013 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sc. ALEXANDRE BERZOSA SALIBA, PARA COMPOR O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NOS TERMOS DO ART. 130-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL -CNMP (OFÍCIO Nº S/2, DE 2013)

Nºm. Sessão: 1 Num. Votação: 10 Abertura: 08/05/13 19:12
Data Sessão: 08/05/2013 Hora Sessão: 14:00 Encerramento: 08/05/13 19:16

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	VOTO
PSDB	SP	ALCYSIO NUNES FERREIRA	VOTO
PP	RS	ANA AMÉLIA	VOTO
PT	ES	ANA RITA	VOTO
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	VOTO
PT	AC	ANIBAL DINIZ	VOTO
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	VOTO
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	VOTO
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	VOTO
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	VOTO
PR	MT	BLAIRO MAGGI	VOTO
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	VOTO
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	VOTO
PSDB	PB	CÍCERO LUÇENA	VOTO
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	VOTO
PSDB	GO	CYRIO MIRANDA	VOTO
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	VOTO
PRB	RJ	EDUARDO LOPEZ	VOTO
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	VOTO
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	VOTO
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	VOTO
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	VOTO
PTB	DF	GIM	VOTO
PT	PE	HUMBERTO COSTA	VOTO
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	VOTO
PP	RO	IVO CASSOL	VOTO
PMDB	PA	JADER BARBALHO	VOTO
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	VOTO
DEM	MT	JAYME CAMPOS	VOTO
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	VOTO
PSB	AP	JOÃO CAPIBÉRIBE	VOTO
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDIO	VOTO
DEM	RN	JOSÉ AGripino	VOTO
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	VOTO
PSD	TO	KÁTIA ABREU	VOTO
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	VOTO
PT	RJ	LINDBERGH FARIA	VOTO
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	VOTO
PR	ES	MAGNO MALTA	VOTO
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	VOTO
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	VOTO
PSDB	SC	PAULO BAUER	VOTO
PV	RN	PAULO DAVIM	VOTO
PT	RS	PAULO PAIM	VOTO
PMDB	RS	PEDRO SIMON	VOTO
PDT	MT	PEDRO TAQUES	VOTO
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	VOTO
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	VOTO
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	VOTO
PMDB	RR	RÓMERO JUCA	VOTO
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRO	VOTO
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	VOTO
PMDB	PR	SÉRCIO SOUZA	VOTO



VOTAÇÃO SECRETA

Senado Federal
54^a Legislatura
3^a Sessão Legislativa Ordinária

PARECER Nº 210, DE 2013 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

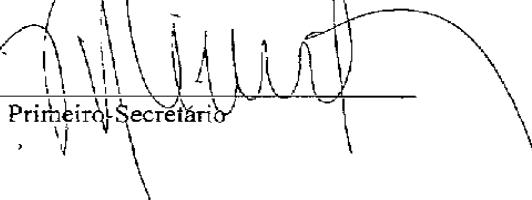
Sr. ALEXANDRE BERZOSA SALIBA, PARA COMPOR O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NOS TERMOS DO ART. 130-DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL -CNMP (OFÍCIO Nº S/2, DE 2013)

Num. Sessão:	1	Num. Votação:	10	Abertura:	08/05/13 19:12
Data Sessão:	08/05/2013	Hora Sessão:	14:00	Encerramento:	08/05/13 19:16

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	VOTO
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	VOTO
PR	TO	VICENTINHO ALVES	VOTO
PMDB	PB	VITAL DO REGO	VOTO
PMDB	MS	WALDEMAR MOKA	VOTO
PT	BA	WALTER PINHEIRO	VOTO
PT	PI	WELLINGTON DIAS	VOTO
DEM	GO	WILDER MORAIS	VOTO

Presidente: ROMERO JUCÁ

SIM : 56 NÃO : 05 ABST. : 00 TOTAL : 61



SENADO FEDERAL

ATA DA 68^a SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 10 DE MAIO DE 2013

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 67, de 11 de maio de 2013)

RETIFICAÇÃO

As páginas 25144 e 25180 a 25192, republiquem-se, por omissão gráfica de parte do Anexo – Relação de bens 5, o Ato da Comissão Diretora nº 11, de 2013, e o referido anexo:

ATOS DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 11, de 2013

Autoriza doação de bens móveis do Senado Federal para fins de interesse social.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi conferida pelo inciso I do art. 98 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o disposto no art. 3º do Regulamento Orgânico do Senado Federal,

Considerando a desativação das atividades ambulatoriais da Secretaria de Assistência Médica e Social (SAMS) determinada pelo art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 3/2013;

Considerando que, com o encerramento dos atendimentos médicos, diversos equipamentos hospitalares tornaram-se ociosos para a Administração;

Considerando a aprovação pelo Plenário do Senado Federal da Resolução nº 13, de 2013, que admite a doação de bens móveis que integram o patrimônio do Senado para fins de utilidade social;

Considerando que a doação a unidades de saúde pública do Distrito Federal de bens outrora usados nas atividades da SAMS possibilitará que equipamentos que serviam apenas a comunidade interna do Senado Federal passem a beneficiar a toda a coletividade do Distrito Federal, medida que ostenta inegável caráter social, por contribuir com a efetivação do direito constitucional à saúde (art. 196 da Constituição Federal de 1988),

Considerando que seria contrário ao princípio constitucional da eficiência (art. 37, caput da CF/88) a Administração do Senado alienar bens que considera inservíveis e ociosos, muitos já totalmente depreciados do ponto de vista contábil, em detrimento de uma destinação social desse patrimônio, voltada à promoção da saúde de toda a população brasiliense, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, em nome do interesse social, a doação ao Governo do Distrito Federal, com transferência gratuita da posse e da propriedade, dos bens móveis discriminados no Anexo único deste Ato.

Art. 2º Caberá ao Governo do Distrito Federal adotar as providências necessárias para a desmontagem dos equipamentos doados e para o transporte desses bens até o local do destino final.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senador Renan Calheiros - Presidente, **Senador Jorge Viana** - 1º Vice-Presidente, **Senador Romero Jucá** - 2º Vice-Presidente, **Senador Flexa Ribeiro** - 1º Secretário,

Senadora Ângela Portela - 2º Secretária, **Senador Ciro Nogueira** - 3º Secretário, **Senador João Vicente Claudino** - 4º Secretário, **Senador Magno Malta** - 1º Suplente de Secretário, **Senador Jayme Campos** - 2º Suplente de Secretário, **Senador João Durval** - 3º Suplente de Secretário, **Senador Casildo Maldaner** - 4º Suplente de Secretário.

ANEXO - Relação de bens 1

ANEXO - Relação de bens 2

ANEXO - Relação de bens 3

ANEXO - Relação de bens 4

ANEXO - Relação de bens 5

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: 3247 Setor 2, de 05/03/2013

RELOGIOZI

MÓDULO DE PATRIMÔNIO - SENADO
SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS PATRIMÔNIOS

RELATÓRIO DE BENS RELACIONÁVEIS

UNIDADES ADMINISTRATIVAS
0101427 - SAMVS / SALA 10 - RADILOGIA

MATERIAL	MARCA	QUANTIDADE	MEDIDAS	NR-SERIE
01 4.64.252.431 CHASSIS DE FILME		(02)	35X43 CM	
02 4.64.252.431 CHASSIS DE FILME		(02)	30X40 CM	
03 4.64.252.431 CHASSIS DE FILME		(02)	35X35 CM	
04 4.64.252.431 CHASSIS DE FILME		(02)	13X40 CM	
05 4.64.252.431 CHASSIS DE FILME		(03)	24X30 CM	
06 4.64.252.431 CHASSIS DE FILME		(04)	18X24 CM	
07 4.64.252.431 CHASSIS DE FILME		(02)	13X18 CM	

PEAS : 1

MÓDULO DE PATRIMÔNIO - SENADO
SIGNATÓRIA DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

REQUERIMENTO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS
E MATERIAL DE BENS RELACIONADOS

UNIDADE ADJUDICATÁRIA
010430 - SAM / SEMED / CENTRO CIRÚRGICO

MATERIAL	MARCA	MODELO	NR-SERIE
1) 3.70.012.054 PINHA METALICA PEQUENA	QUANTIDADE (02)		
12 3.70.012.071 PINHA CHERON PARA ANTISEPSIA	QUANTIDADE (07)		
33 3.70.012.497 FERSCAUR SERRILHADA	QUANTIDADE (01)		
34 3.70.012.101 PINHA DE OSTEOTOMIA RETA	QUANTIDADE (02)		
35 3.70.012.119 PINHA HALSTEAD MOSQUITO RETA CURVA	QUANTIDADE (01)		
36 3.70.012.127 CAMPFO CIRÚRGICO	QUANTIDADE (02)		
37 3.70.012.135 VIDRO COM PINHA SERVENTE	QUANTIDADE (01)		
29 3.70.012.143 PINHA SERVENTE	QUANTIDADE (01)		
38 3.70.012.151 PROTECTOR DE FOCO CIRÚRGICO	QUANTIDADE (01)		
40 3.70.053.849 TEGOLA RETA 21CM	QUANTIDADE (03)	REQUERIDA	
41 6.65.320.058 CARPOVE CIRÚRGICO	QUANTIDADE (05)		

MÓDULO DE PATRIMÔNIO - SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
 RELATÓRIO DE REINS RENACIONÁVEIS

UNIDADE ADMINISTRATIVA
 0101359 - SAM'S / POSTO MÉDICO DO PLENÁRIO

MATERIAL	MARKA	MODELO	NR-SERIE
01 3.61.542.425	DOKTA AGUILAR	QUANTIDADE (02)	
02 3.70.010.052	TESOURA MAYO RETA 15 CM	QUANTIDADE (03)	
03 3.70.010.305	TESOURA IRIS RETA 11,5 CM	QUANTIDADE (01)	
04 3.70.010.124	CARPO BISTURI W. 03	QUANTIDADE (02)	
05 3.70.010.230	PINCÉ DENTE RATO 12 CM	QUANTIDADE (03)	
06 3.70.010.272	PINCÉ BLACKADE 10 CM	QUANTIDADE (04)	
07 3.70.010.281	PINCÉ AGILIS 15 CM	QUANTIDADE (02)	
08 3.70.010.612	AFASTADOR FARABEUF 12 CM (PER)	QUANTIDADE (04)	
09 3.70.010.710	CIMA RECOND INOX 200 ML	QUANTIDADE (02)	
10 3.70.010.736	CIMA RIB INOX	QUANTIDADE (01)	
11 3.70.010.825	PINCÉ HALSTEAD MOSQUITTO CURVA 14 CM	QUANTIDADE (06)	
12 3.70.010.933	PINCÉ HALSTEAD MOSQUITO RETA 14 CM	QUANTIDADE (07)	
13 3.70.010.922	TESOURA METZENBAUM-NELSON CURVA 10 CM	QUANTIDADE (02)	
14 3.70.011.511	TESOURA	QUANTIDADE (01)	
15 3.70.011.848	PINCÉ PARA ANTISEPSIA	QUANTIDADE (02)	

MATERIAL	MARCA	MODELO	Nº-SÉRIE
16 3.70.011.856 PINÇA DISSECÇÃO		QUANTIDADE (03)	
17 3.70.011.864 GRAMPO PARA AGRUPAR PINÇAS CIRURGICAS		QUANTIDADE (02)	
18 3.70.011.872 LARINGOSCÓPIO		QUANTIDADE (03)	
19 3.70.011.881 LÂMINA LARINGOSCÓPIO		QUANTIDADE (20)	
20 3.70.011.893 PINÇA PARA DESINFECÇÃO		QUANTIDADE (01)	
21 3.70.011.902 COMPÔDRE METÁLICA		QUANTIDADE (01)	
22 3.70.011.911 PAPAGAIO METÁLICO		QUANTIDADE (01)	
23 3.70.011.918 VÍTOR COM TESOURA		QUANTIDADE (02)	
24 3.70.011.937 ESFTGNOMONÔMETRO		QUANTIDADE (01)	
25 3.70.011.945 RESUSCITADOR MANUAL		QUANTIDADE (06)	
26 3.70.011.953 PINÇA DE CRUZ		QUANTIDADE (01)	
27 3.70.011.961 TESOURA IRIS DELICADA PONTA RETA		QUANTIDADE (01)	
28 3.70.012.970 TESOURA IRIS DELICADA PONTA CURVA		QUANTIDADE (02)	
29 3.70.011.996 BENGUELA METÁLICA		QUANTIDADE (02)	
30 3.65.150.549 ESTEROSCÓPIO.		QUANTIDADE (01)	

19/03/2013
REF1504.i

MÓDULO DE PATRIMÔNIO - SENADO
SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

REGISTRO DE BENS RELACIONADOS AO PLENÁRIO

UNIDADE ADMINISTRATIVA
0101399 - SAMOS / POSTO MÉDICO DO PLENÁRIO

MATERIAL

MODELO

MARCA

NR-SERIE

PAG.: 1

4570372503
REFL.041
SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
RELATÓRIO DE DÉNS RELACIONAIS

VAG. 1

UNIDADE ADMINISTRATIVA
01.00676 - GAMES / SERVICO DE ENERGEMAG - SEEPII

MATERIAL	MARCA	QUANTIDADE	NR-SÉRIE
01 3.70.010.429	PORTA AGULHA	QUANTIDADE (05)	
02 3.70.010.051	TESOURA MAYO RETA 15 CM	QUANTIDADE (07)	
03 3.70.010.036	TESOURA IRIS RETA 11.5 CM	QUANTIDADE (03)	
04 3.70.010.124	CABO BISTURI N. 03	QUANTIDADE (02)	
05 3.70.010.230	PINÇA DENTE RATO 12 CM	QUANTIDADE (07)	
06 3.70.010.261	PINÇA ARIUS 15 CM	QUANTIDADE (01)	
07 3.70.010.322	TESOURA IRIS CURVA 11.5 CM	QUANTIDADE (01)	
08 3.70.010.396	GANGLO DE PELLE GILLES	QUANTIDADE (02)	
09 3.70.010.655	BACTIA INOX TÉRMICO MÉDIO	QUANTIDADE (05)	
10 3.70.010.710	CUBA REDONDA INOX 200 ML	QUANTIDADE (20)	
11 3.70.010.736	CUBA KIM INOX	QUANTIDADE (09)	
12 3.70.010.779	PIRECA ADSON DENTE DELICADO 12 CM	QUANTIDADE (01)	
13 3.70.010.767	PIRECA ADSON SERRILHA 12 CM	QUANTIDADE (03)	
14 3.70.010.809	PIRECA DISSEÇÃO ANATÔMICA SERRILHA 12 CM	QUANTIDADE (03)	
15 3.70.010.817	PIRECA DISSEÇÃO DENTES RATO 14 CM	QUANTIDADE (04)	

1.27.03/2013
EST.16603

MÓDULO DE PATRIMÔNIO - SENADO
SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO
RELAÇÃO DE BENS RELACIONAÉIS

UNIDADE ADMINISTRATIVA
0100676 - SANS / SERVIÇO DE ENFERMAGEM - SEMEF

MATERIAL	MARCA	MODELO	NR-SÉRIE
16 3.70.010.325 PINÇA HALSTEAD MOSQUITO CURVA 14 CM		QUANTIDADE (13)	
17 3.70.010.823 PINÇA HALSTEAD MOSQUITO RETA 14 CM		QUANTIDADE (11)	
18 3.70.610.92 TESOURA MAYO-STILLE RETA 15 CM		QUANTIDADE (04)	
19 3.70.010.922 TESOURA METZENBAUM-NELSON CURVA 19 CM		QUANTIDADE (03)	
20 3.70.011.511 TESOURA		QUANTIDADE (01)	SIMPLES
21 3.70.011.554 PINÇA KOCHER RETA 14 CM		QUANTIDADE (02)	
22 3.70.011.848 PINÇA PARA ANTESEPSIA		QUANTIDADE (01)	
23 3.70.011.856 PINÇA DISSESSÃO		QUANTIDADE (01)	
24 3.70.011.864 GRAMPO PARA AGROPAR PINHAS CIRURGICAS		QUANTIDADE (01)	
25 3.70.011.872 GATINGOSCOPIO		QUANTIDADE (02)	
26 3.70.011.881 LÂMINA LARINGOSCÓPICO		QUANTIDADE (16)	
27 3.70.011.899 PINÇA PARA OESINPEÇÃO		QUANTIDADE (01)	
28 3.70.011.902 CRONADERE METALICA		QUANTIDADE (02)	
29 3.70.011.911 PAPAGAJO METALICO		QUANTIDADE (02)	
30 3.70.011.922 VINTO COM TESOURA		QUANTIDADE (03)	

MÓDULO DE PATRIMÔNIO - SENADO
SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
RELATÓRIO DE BENS RECLACIONÁVEIS

UNIDADE ADMINISTRATIVA
6100676 - SMS / SERVIÇO DE ENFERMAGEM - SENEP

MATERIAL	MARCA	MODELO	NR-SERIE
31 3.70.011.937 ESFIGNOMÔMETRO		QUANTIDADE (01)	
32 3.70.011.945 RESSUSCITADOR MANUAL		QUANTIDADE (03)	
33 3.70.011.953 PINÇA DE CRILIE		QUANTIDADE (09)	
34 3.70.011.961 TESSOURA IRIS DELICADA PONTA RETA		QUANTIDADE (01)	
35 3.70.011.970 TESSOURA IRIS DELICADA PONTA CURVA		QUANTIDADE (01)	
36 3.70.011.988 PINÇA DE TRILLIDADES		QUANTIDADE (01)	
37 3.70.011.996 BANDEJA METALICA		QUANTIDADE (09)	
38 3.70.012.038 CANECA COM CAUTERIO E PONTEIRA		QUANTIDADE (01)	
39 3.70.012.046 KIT VENTILAÇÃO MECÂNICA		QUANTIDADE (03)	
40 3.70.012.054 CAIXA METALICA PEQUENA		QUANTIDADE (06)	
41 3.70.012.062 IRRIGADOR METALICO		QUANTIDADE (01)	
42 3.70.012.071 PINÇA CHERON PARA ANTISSEPSEA		QUANTIDADE (04)	
43 3.70.012.072 PINÇA CHERON PARA ANTISSEPSEA		QUANTIDADE (05)	
44 3.70.012.099 PINÇA BACHEAU		QUANTIDADE (08)	
45 3.70.012.097 AFASTADOR SEMILLER		QUANTIDADE (04)	

MÓDULO DE PATRIMÔNIO - SENADO
SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

RELATÓRIO DE BIENS RELACIONADOS

CIDADE ADMINISTRATIVA
0100076 - SAMU / SERVIÇO DE ENFERMAGEM - SCENF

MATERIAL	MARCA	MODELO	NR-SERIE
46 3.70.012.101	PINÇA DE DISSECCÃO RETA	QUANTIDADE (01)	
47 3.70.051.840	TESOURA RETA 11CM	QUANTIDADE (02)	
48 7.65.150.519	ESTETOSÓCPIO	QUANTIDADE (01)	

MÓDULO DE PATRIMÔNIO - SENADO
SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

RELATÓRIO DE BENS RELACIONÁVEIS

UNIDADE ADMINISTRATIVA
 0101577 - SERVIÇO DE FISIOTERAPIA

MATERIAL	MARCA	MODELO	NR-SÉRIE
01 3.34.010.012 TRAVESSEIRO			QUANTIDADE (05)
02 3.67.011.204 CANELLEIRA PARA FISIOTERAPIA 3KG			QUANTIDADE (08)
03 3.67.011.727 HALTERE 0,5 KG			QUANTIDADE (03)
04 3.67.011.715 HALTERE 1KG			QUANTIDADE (03)
05 3.67.011.743 HALTERE 2KG			QUANTIDADE (05)
06 3.67.011.751 HALTERE 2KG			QUANTIDADE (02)
07 3.57.011.760 PILOCAS DE TATAME 1MX1M DE LARGURA 30MM D			QUANTIDADE (06)
08 3.67.011.778 DISCO DE PROPRIOCEPÇÃO 38CM DIÂMETRO			QUANTIDADE (02)
09 3.67.011.786 PRANCHAS PARA ALONGAMENTO DE PANTURRILHA			QUANTIDADE (01)
10 3.67.011.859 CANELLEIRA PARA FISIOTERAPIA 2KG			QUANTIDADE (00)
11 3.67.011.905 BOLA DE BASQUETE			QUANTIDADE (01)
12 3.67.011.912 CANELLEIRA PARA FISIOTERAPIA 1KG			QUANTIDADE (06)
13 3.67.011.921 CANELLEIRA PARA FISIOTERAPIA 500G			QUANTIDADE (06)
14 3.67.011.961 BOLA SÓLIDA FISIOTERAPIA			QUANTIDADE (01)
15 3.57.012.006 FAIXA ELÁSTICA TIPO THERABAND			QUANTIDADE (23)

05/06/2013
REF. 5001

MÓDULO DE PATRIMÔNIO - SENADO
SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

RELATÓRIO DE BENS RELACIONÁVEIS

UNIDADE ADMINISTRATIVA
0101377 - SERVIÇO DE FISIOTERAPIA

FATURAL	MARCA	MODELO	NR-SÉRIE
16 3.67.012.014			QUANTIDADE (01)
JOGO COM 5 BASTÕES PARA EXERCÍCIO			
17 3.67.012.031			QUANTIDADE (02)
HALTERE 4KG			
18 3.67.012.049			QUANTIDADE (01)
CANELERA PARA FISIOTERAPIA 4KG			
19 3.67.012.065			QUANTIDADE (04)
ALMOFADA TIPO TRIÂNGULO			
20 3.67.012.073			QUANTIDADE (02)
DINAMÔMETRO MANUAIS			
21 4.64.159.504			QUANTIDADE (01)
TABUA PROPRIOCÉPTIVA ORTOPEDICA			RETANGULAR
22 4.64.159.504			QUANTIDADE (01)
TASCA PROPRIOCÉPTIVA ORTOPEDICA			CIRCULAR

MÓDULO DE PATRIMÔNIO - SENADO
SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO
RELATÓRIO DE RÉSIS RELACIONAVEL

15/03/2013
REL/6041

UNIDADE ADMINISTRATIVA
0101430 - SAMs / SEADT / CENTRO CIRÚRGICO

MATERIAL	MARCA	MODELO	NR. SÉRIE
01 3,10.050.227 CAMPO CIRÚRGICO DUPLA FENESTRADO 90X90		QUANTIDADE (02)	
02 3,61.542.429 PINHA ADSON LARGO PORTA AGULHA		QUANTIDADE (07)	
03 3,62.542.429 A00069610 PORTA AGULHA		QUANTIDADE (01)	
04 3,70.010.027 PINHA ADSON BROWN 12 CM		QUANTIDADE (01)	C/ DENTE
05 3,70.010.051 TESOURA MAYO RETA 15 CM		QUANTIDADE (06)	
06 3,70.010.086 TESOURA IRIS RETA 11,5 CM		QUANTIDADE (11)	CURVA PEQUENA
07 2,79.010.086 TESOURA IRIS RETA 11,5 CM		QUANTIDADE (01)	
08 3,70.010.124 CABO BISTURI H. 03		QUANTIDADE (07)	
09 3,70.010.230 PINHA MENOR RETA 12 CM		QUANTIDADE (13)	
10 3,70.010.272 PINHA BACHARUS 10 CM		QUANTIDADE (14)	
11 3,70.010.361 PINHA ALLIS 15 CM		QUANTIDADE (04)	
12 3,70.010.329 TESOURA IRIS CURVA 11,5 CM		QUANTIDADE (01)	
13 3,70.010.396 GANCHÃO DE PELLE GILLES		QUANTIDADE (04)	
14 3,70.010.710 CUBA MEDONDA INOX 200 ML		QUANTIDADE (17)	
15 3,70.010.736 CUBA RIM TRUCK		QUANTIDADE (04)	

19/03/2013
REF.J.001

MÓDULO DE PATRIMÔNIO - SENADO
SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

RELATÓRIO DE BIENAL RELACIONÁVEIS

UNIDADE ADMINISTRATIVA:
0102350 - SAMVS / SEMED / CENTRO CIRURGICO

MATERIAL	MARCA	MODELO	NR. SÉRIE
16 3.70.010.767	PINÇA ADSON SERRILHA 12 CM	QUANTIDADE (01)	
17 3.70.010.909	PINÇA DISSECCÃO ANATÔMICA SERRILHA 12 CM	QUANTIDADE (01)	
18 3.70.010.810	PINÇA DISSECCÃO DENTE RATO 14 CM	QUANTIDADE (01)	
19 3.70.010.825	PINÇA HALSTEAD MOSQUITO CURVA 14 CM	QUANTIDADE (10)	
20 3.70.010.841	PINÇA HALSTEAD MOSQUITO RETA 16 CM	QUANTIDADE (18)	
21 3.70.010.922	TESOURA METZENBAUM-NELSON CURVA 18 CM	QUANTIDADE (05)	
22 3.70.011.956	PINÇA DISSECCÃO	QUANTIDADE (03)	
23 3.70.011.964	GRAMPO PARA INVERTAR PINÇAS CIRURGICAS	QUANTIDADE (04)	
24 3.70.011.977	ESFIGMOMÔMETRO	QUANTIDADE (01)	
25 3.70.011.945	RESSUSCITADOR MANUAL	QUANTIDADE (01)	
26 3.70.011.953	PINÇA DE CRILE	QUANTIDADE (14)	
27 3.70.011.961	TESOURA IRIS DELICADA PONTEIETA	QUANTIDADE (01)	
28 3.70.011.970	TESOURA IRIS DELICADA PONTA CURVA	QUANTIDADE (03)	
29 3.70.011.995	BANDEJA METALICA	QUANTIDADE (02)	
30 3.70.012.038	CINETRA COM CRUTERIO E PONTEIRA	QUANTIDADE (12)	

SENADO FEDERAL

ATA DA 71ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 14 DE MAIO DE 2013

(Publicada no **Diário do Senado Federal** nº 69, de 15 de maio de 2013)

RETIFICAÇÃO

Às páginas nºs 25769 a 25771, republique-se, por erro no despacho, o Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2013- Complementar:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 177, DE 2013 (Complementar)

Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao segurado do regime geral de previdência social que exerce as atividades de transportes, de qualquer natureza, em motocicletas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É devida a aposentadoria especial, uma vez cumprido o período de carência, ao segurado que exerce as atividades de transportes, de qualquer natureza, em motocicletas, durante 25 anos, desde que sujeito a condições especiais que acarretem risco constante à saúde ou a integridade física.

§ 1º A aposentadoria especial, observado o disposto no art. 33 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, consistirá numa renda mensal equivalente a cem por cento do salário-de-benefício.

§ 2º A data de início do benefício será fixada da mesma forma que a da aposentadoria por idade, conforme o disposto no art. 49 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 2º A concessão da aposentadoria especial dependerá de comprovação pelo segurado, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social –INSS, do tempo de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

§ 1º O segurado deverá comprovar, além do tempo de trabalho, exposição constante aos perigos do trânsito à saúde ou à integridade física, pelo período equivalente ao exigido para a concessão do benefício.

§ 2º O tempo de trabalho exercido sob condições especiais que sejam ou venham a ser consideradas prejudiciais à saúde ou à integridade física será somado, após a respectiva conversão ao tempo de trabalho exercido em atividade comum, segundo critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, para efeito de concessão de qualquer benefício.

Art. 3º O benefício previsto nesta lei será financiado com os recursos provenientes da contribuição de que trata o inciso II do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, cuja alíquota será acrescida de seis pontos percentuais.

§ 1º O acréscimo de que trata o *caput* incide exclusivamente sobre a remuneração do segurado sujeito às condições especiais referidas no artigo 1º desta lei.

§ 2º Aplica-se o disposto no art. 46 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, ao segurado aposentado nos termos deste artigo que continuar no exercício de atividade ou operação que o sujeite aos agentes nocivos químicos, físicos e biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física considerados para fins de concessão da aposentadoria especial a serem definidos pelo Poder Executivo.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A agilidade da vida moderna exige maior rapidez e eficiência nos deslocamentos de pessoas e transporte de documentos e mercadorias. Até mesmo os corpos de bombeiros aderiram à utilização de motocicletas para o acesso mais ágil aos pontos de trabalho.

A motocicleta, como instrumento de trabalho, tem sido largamente empregada, até mesmo nas zonas rurais onde, não raro,

substituem até animais de montaria.

Motociclistas profissionais, por tais razões, são cada vez mais empregados nos transportes de pessoas, documentos e mercadorias, enfrentando o trânsito de veículos cada vez mais sobrecarregado, nas cidades de trânsito intenso.

Submetidos a riscos e pressões constantes, esses profissionais estão expostos a riscos e estresse constantes, em trabalhos que exercem também grande exigência física.

Essas atividades têm contribuído significativamente no desenvolvimento das atividades econômicas, mas não tem merecido o necessário reconhecimento. Compõe-se

na maioria de homens, jovens, que trabalham sob as constantes intempéries, a qualquer hora do dia ou da noite.

Nesse contexto, estamos apresentando este projeto de lei que, além de fazer justiça a uma importante categoria de trabalhadores que tanto contribui para que nossas cidades sejam mais eficientes, trará maior segurança jurídica no momento da concessão da aposentadoria especial.

Por essas razões, e diante do indiscutível alcance social desta iniciativa, esperamos contar com o apoio irrestrito dos membros do Congresso Nacional para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador **VICENTINHO ALVES**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991.

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

Subseção II Da Renda Mensal do Benefício

Art. 33. A renda mensal do benefício de prestação continuada que substituir o salário-de-contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado não terá valor inferior ao do salário-mínimo, nem superior ao do limite máximo do salário-de-contribuição, ressalvado o disposto no art. 45 desta Lei.

Seção V Dos Benefícios

Subseção I Da Aposentadoria por Invalidez

Art. 46. O aposentado por invalidez que retornar voluntariamente à atividade terá sua aposentadoria automaticamente cancelada, a partir da data do retorno.

Subseção II Da Aposentadoria por Idade

Art. 49. A aposentadoria por idade será devida:

I - ao segurado empregado, inclusive o doméstico, a partir:

a) da data do desligamento do emprego, quando requerida até essa data ou até 90 (noventa) dias depois dela; ou

b) da data do requerimento, quando não houver desligamento do emprego ou quando for requerida após o prazo previsto na alínea "a";

II - para os demais segurados, da data da entrada do requerimento.

LEI N° 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991.

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

**CAPÍTULO IV
DA CONTRIBUIÇÃO DA EMPRESA**

Art. 22. A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, além do disposto no art. 23, é de:

II - para o financiamento do benefício previsto nos arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e daqueles concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, no decorrer do mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos: (Redação dada pela Lei nº 9.732, de 1998),

- a) 1% (um por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante o risco de acidentes do trabalho seja considerado leve;
- b) 2% (dois por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado médio;
- c) 3% (três por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado grave.

(Às Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Assuntos Sociais)

SENADO FEDERAL

ATA DA 85^a SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 31 DE MAIO DE 2013

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 81, de 1º de junho de 2013)

RETIFICAÇÃO

À página 31600, republique-se, por omissão gráfica de trecho da matéria, o Parecer nº 434, de 2013, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática:

PARECER Nº 434, DE 2013

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 577, de 2012 (nº 596/2012, na Câmara dos Deputados), que aprova ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Cultural Socorense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Socorro, Estado de São Paulo.

RELATOR: Senador ALFREDO NASCIMENTO

RELATOR "AD HOC": Senador CÍCERO LUCENA

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 577, de 2012 (nº 596, de 2012, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Comunicação Cultural Socorense* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Socorro, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatase que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 577, de 2012, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 577, de 2012, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Comunicação Cultural Socorrense* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Socorro, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de maio de 2013.

Senador Zézé Perrella, Presidente

Wesley Pereira, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 577, de 2012

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 13ª REUNIÃO, DE 28/05/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)
 PRESIDENTE: *Alceu* *Senador Zeze Perrella*
 RELATOR: *Sen. Cícero Lucena*

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anaílza Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) <i>(Assinatura)</i>
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB) <i>(Assinatura)</i>
Aníbal Diniz (PT)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Lobão Filho (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ivo Cassol (PP)
Luiz Henrique (PMDB)	4. Benedito de Lira (PP) <i>(Assinatura)</i>
Ciro Nogueira (PP)	5. Sérgio Souza (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) <i>(Assinatura)</i>
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Gim (PTB)	4. Antônio Carlos Rodrigues (PR)
Alfredo Nascimento (PR)	2. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	3. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

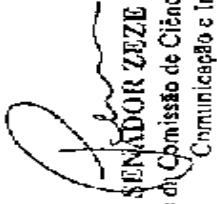
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PDS N° 577/2012

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO		Sim	Não	Autor	Ausência	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	Sim	Não	Autor	Ausência
JESOL, PT, PDT, PSB, PC do B, PRB	X					GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)				
ANGELA PONTELA - PTB/RJ						DISCIPLINA DO AMARAL - PTB/RJ				
ZÉLIO PERRELLA - PTB/MA						RODRIGO ROLIMMEIRE - PSD/DF				
WALTER PINHEIRO - PT/DA						CRISTOVAM Buarque - PT/DF	X			
JOÃO GOMIDE/REBE - PSB/PA	X					LIDICE DA MATA - PSB/PA	X			
ANIBAL DINIZ - PT/AC						EDUARDO LOPES - PR/BR				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PV, PSD, PMDB, PR)	Sim	Não	Autor	Ausência		SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PV, PSD, PMDB, PR)	Sim	Não	Autor	Ausência
JOÃO FILHO - PMDB/MA						VITAL DO RÉCIO - PMDB/PR				
JOÃO ALBERTO SOUZA - PMDB/MA	X					RICARDO PEREIRA - PMDB/ES				
VALDIR RAJPP - PMDB/RO						IVO CASSOL - PR/RO				
LUZ HENRIQUE - PMDB/SC	X					BENEDITO DE LIRA - PR/AL	X			
CIRI NOGUEIRA - PR/PR						SÉRGIO SOUZA - PMDB/PR				
SEBASTIÃO PEREIRA - PSD/AC	X					VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	Sim	Não	Autor	Ausência		SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	Sim	Não	Autor	Ausência
ALOYSIO NUÑEZ FERREIRA - PSD/SP						VAGO				
FLEXA REBEIRO - PSD/BA						CÍCERO LUCENA - PSB/PE	X			
JOSE AGripino - DEM/RN						MATILDE CARMO ALVES - DEM/SE				
TITULARES - BLOCO HUMANITAR/UNIÃO E FORÇA (PTB, PSC, PR, PR)	Sim	Não	Autor	Ausência		SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PSC, PR, PR)	Sim	Não	Autor	Ausência
CIM - PR/RS						ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES - PR/SP				
ALFREDO NASCIMENTO - PR/AM						VAGO				
EDUARDO AMORIM - PSC/SE						VAGO				

TOTAL: 10 SIM: 9 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: /

SALA DAS REUNIÕES, 28/05/2013



SENADOR ZEZE PERRELLA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Moraes** (S)

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferreira**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSOL - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Aníbal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-PSD - Kátia Abreu*
Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA (Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 28

PMDB-20 / PP-5 / PSD-2 / PV-1

Ana Amélia.	PP/RS
Benedito de Lira.	PP/AL
Casildo Maldaner.	PMDB/SC
Ciro Nogueira.	PP/PI
Clésio Andrade.	PMDB/MG
Eduardo Braga.	PMDB/AM
Eunício Oliveira.	PMDB/CE
Francisco Dornelles.	PP/RJ
Garibaldi Alves.	PMDB/RN
Ivo Cassol.	PP/RO
Jader Barbalho.	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos.	PMDB/PE
João Alberto Souza.	PMDB/MA
José Sarney.	PMDB/AP
Kátia Abreu.	PSD/TO
Lobão Filho.	PMDB/MA
Luiz Henrique.	PMDB/SC
Paulo Davim.	PV/RN
Pedro Simon.	PMDB/RS
Renan Calheiros.	PMDB/AL
Ricardo Ferraço.	PMDB/ES
Roberto Requião.	PMDB/PR
Romero Jucá.	PMDB/RR
Sérgio Petecão.	PSD/AC
Sérgio Souza.	PMDB/PR
Valdir Raupp.	PMDB/RO
Vital do Rêgo.	PMDB/PB
Waldemir Moka.	PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 25

PT-12 / PDT-5 / PSB-4 / PC DO B-2

PRB-1 / PSOL-1

Acir Gurgacz.	PDT/RO
Ana Rita.	PT/ES
Angela Portela.	PT/RR
Aníbal Diniz.	PT/AC
Antonio Carlos Valadares.	PSB/SE
Cristovam Buarque.	PDT/DF
Delcídio do Amaral.	PT/MS
Eduardo Lopes.	PRB/RJ
Eduardo Suplicy.	PT/SP
Humberto Costa.	PT/PE
Inácio Arruda.	PC DO B/CE
João Capiberibe.	PSB/AP
João Durval.	PDT/BA
Jorge Viana.	PT/AC
José Pimentel.	PT/CE
Lídice da Mata.	PSB/BA
Lindbergh Farias.	PT/RJ
Paulo Paim.	PT/RS
Pedro Taques.	PDT/MT

Randolfe Rodrigues.	PSOL/AP
Rodrigo Rollemberg.	PSB/DF
Vanessa Grazziotin.	PC DO B/AM
Walter Pinheiro.	PT/BA
Wellington Dias.	PT/PI
Zeze Perrella.	PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 16

PSDB-12 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB/SP
Alvaro Dias.	PSDB/PR
Ataídes Oliveira.	PSDB/TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB/PB
Cícero Lucena.	PSDB/PB
Cyro Miranda.	PSDB/GO
Flexa Ribeiro.	PSDB/PA
Jayme Campos.	DEM/MT
José Agripino.	DEM/RN
Lúcia Vânia.	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves.	DEM/SE
Mário Couto.	PSDB/PA
Paulo Bauer.	PSDB/SC
Ruben Figueiró.	PSDB/MS
Wilder Moraes.	DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 12

PTB-6 / PR-5 / PSC-1 / PPL

Alfredo Nascimento.	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues.	PR/SP
Armando Monteiro.	PTB/PE
Blairo Maggi.	PR/MT
Eduardo Amorim.	PSC/SE
Epitácio Cafeteira.	PTB/MA
Fernando Collor.	PTB/AL
Gim.	PTB/DF
João Vicente Claudino.	PTB/PI
Magno Malta.	PR/ES
Mozarildo Cavalcanti.	PTB/RR
Vicentinho Alves.	PR/TO

Bloco Parlamentar da Maioria.	28
Bloco de Apoio ao Governo.	25
Bloco Parlamentar Minoria.	16
Bloco Parlamentar União e Força.	12
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA (por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Magno Malta*** (Bloco-PR-ES)
Aécio Neves*** (Bloco-PSDB-MG)	Eunício Oliveira*** (Bloco-PMDB-CE)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Aloysio Nunes Ferreira*** (Bloco-PSDB-SP)	Flexa Ribeiro*** (Bloco-PSDB-PA)	Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Paulo Bauer*** (Bloco-PSDB-SC)
Ana Amélia*** (Bloco-PP-RS)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Davim*** (Bloco-PV-RN)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Paim*** (Bloco-PT-RS)
Angela Portela*** (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa*** (Bloco-PT-PE)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Aníbal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Inácio Arruda* (Bloco-PC DO B-CE)	Pedro Taques*** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Carlos Rodrigues*** (Bloco-PR-SP)	Ivo Cassol*** (Bloco-PP-RO)	Randolfe Rodrigues*** (Bloco-PSOL-AP)
Antonio Carlos Valadares*** (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho*** (Bloco-PMDB-PA)	Renan Calheiros*** (Bloco-PMDB-AL)
Armando Monteiro*** (Bloco-PTB-PE)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Ricardo Ferraço*** (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira*** (Bloco-PSDB-TO)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Roberto Requião*** (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira*** (Bloco-PP-AL)	João Alberto Souza*** (Bloco-PMDB-MA)	Rodrigo Rollemberg*** (Bloco-PSB-DF)
Blairo Maggi*** (Bloco-PR-MT)	João Capiberibe*** (Bloco-PSB-AP)	Romero Jucá*** (Bloco-PMDB-RR)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Cássio Cunha Lima*** (Bloco-PSDB-PB)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Sérgio Petecão*** (Bloco-PSD-AC)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	Jorge Viana*** (Bloco-PT-AC)	Sérgio Souza*** (Bloco-PMDB-PR)
Ciro Nogueira*** (Bloco-PP-PI)	José Agripino*** (Bloco-DEM-RN)	Valdir Raupp*** (Bloco-PMDB-RO)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	José Pimentel*** (Bloco-PT-CE)	Vanessa Grazziotin*** (Bloco-PC DO B-AM)
Cristovam Buarque*** (Bloco-PDT-DF)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Vicentinho Alves*** (Bloco-PR-TO)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	Kátia Abreu* (Bloco-PSD-TO)	Vital do Rêgo*** (Bloco-PMDB-PB)
Delcídio do Amaral*** (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata*** (Bloco-PSB-BA)	Waldemir Moka*** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Amorim*** (Bloco-PSC-SE)	Lindbergh Farias*** (Bloco-PT-RJ)	Walter Pinheiro*** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Braga*** (Bloco-PMDB-AM)	Lobão Filho*** (Bloco-PMDB-MA)	Wellington Dias*** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Lopes*** (Bloco-PRB-RJ)	Lúcia Vânia*** (Bloco-PSDB-GO)	Wilder Morais*** (Bloco-DEM-GO)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Luiz Henrique*** (Bloco-PMDB-SC)	Zeze Perrella*** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1^a VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2^o VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1^o SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2^a SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3^o SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4^o SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1^o - Magno Malta - (PR-ES)

2^o - Jayme Campos - (DEM-MT)

3^a - João Durval - (PDT-BA)

4^a - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</p> <p>Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,70)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 20</p> <p>Eunício Oliveira (62,70)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB</p> <p>Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5</p> <p>Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 2</p> <p>Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85)</p> <p>Líder do PV - 1</p> <p>Paulo Davim (75)</p> <p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12</p> <p>Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6</p> <p>Gim (56,58,59)</p> <p>Líder do PR - 5</p> <p>Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 1</p> <p>Eduardo Amorim (17,47,48,72)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25</p> <p>Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99) Eduardo Lopes (37,45,63,100)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 12</p> <p>Wellington Dias (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes do PT</p> <p>Walter Pinheiro (22,27,93) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96)</p> <p>Líder do PDT - 5</p> <p>Acir Gurgacz (49,55,67,97)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PSB - 4</p> <p>Rodrigo Rollemberg (69,98)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82)</p> <p>Líder do PC DO B - 2</p> <p>Inácio Arruda (89,99)</p> <p>Vice-Líder do PC DO B Vanessa Grazziotin (1,91)</p> <p>Líder do PRB - 1</p> <p>Eduardo Lopes (37,45,63,100)</p> <p>Líder do PSOL - 1</p> <p>Randolfe Rodrigues (18,76)</p> <p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Mário Couto - Bloco (34,61)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Wilder Moraes (101) Ataídes Oliveira (102,108) Cyro Miranda (31,103)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 12</p> <p>Aloysio Nunes Ferreira (7,68)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB</p> <p>Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80)</p> <p>Líder do DEM - 4</p> <p>José Agripino (2,10,14,44,46,77)</p> <p>Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28,106)</p>
--	--	--

Notas:

- Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
- Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.

3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM n° 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilhou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF n° 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. N° 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. N° 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB N° 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB N° 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT N° 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT N° 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG N° 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC N° 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.

43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. n°s 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício n° 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. N° 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. N° 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. n° 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVALV n° 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR n° 172/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento n° 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o OF. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. n° 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB n° 009/2013.
63. Em 01.02.2013, foi lido o Of. n° 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. n° 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Em 01.02.2013, foi lido o Of. n° 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
66. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. n° 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
68. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
69. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB N° 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
70. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB n° 010/2013.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. n° 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. n° 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, lido o Of. n° 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
75. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV N° 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
76. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR n° 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
77. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.

78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
81. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
82. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
83. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. N° 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
89. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Oficio GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Oficio GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. nº 180/2013-GLPMDB
108. Em 05.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 580, de 2013, de prorrogação da licença do Senador João Ribeiro, até 07/08/13. Em consequência, o Senador Ataídes de Oliveira, 1º Suplente, continua no exercício do mandato.

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (2,7)	1. VAGO (2,7)
VAGO (2,7)	2.
VAGO (2,7)	3.
VAGO (2,7)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
VAGO (5,8)	1. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	2. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (4,6)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

Notas:

- *. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.
- 1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.17/2013-GLDEM).
- 2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMDB).
- 3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.86/2013-GLPSDB).
- 4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).
- 5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).
- 6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
- 7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. nº 169/2013-GLPMDB).
- 8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. nº 71/2013-GLDBAG).

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

Designação: 28/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)

Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾

Senador Paulo Paim (PT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾

Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽²⁾

Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).

2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).

3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).

4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Designação: 04/04/2012

Instalação: 13/11/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

**. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

4) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Designação: 17/07/2012

Instalação: 08/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em: 28/11/2012

Relatórios Parciais - prazo sobrestado: 11/02/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado: 26/02/2013

Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado: 12/03/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT) ^(4,5)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽²⁾	3. Senadora Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. VAGO ⁽¹²⁾
	4. VAGO ^(3,8)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Cicero Lucena (PSDB) ^(7,9)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. VAGO ^(6,10,11,13)

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 236, de 2012**

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 09/08/2012 a 04/12/2012 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Suspensão de Prazo : 28/11/2012 a (Art. 118, § 4º, do RISF)

Notas:

*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

***. Em 15.08.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação do PLS nº 236/2012: Apresentação de Emendas - 09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 06 a 20/09/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis).

****. Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 05/10 a 05/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 06 a 20/11/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 21/11 a 04/12/2012 (dez dias úteis).

*****. Em 25.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 859, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 05/10 a 05/11/2012; Relatórios Parciais - 06/11 a 20/11/2012; Relatório do Relator-Geral - 21/11 a 27/11/2012; Parecer Final da Comissão - 28/11 a 04/12/2012.

*****. Em 30.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 903, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/12/2012; Relatórios Parciais - 05/12 a 11/02/2013; Relatório do Relator-Geral - 12 a 26/02/2013; Parecer Final da Comissão - 27/02 a 12/03/2013.

*****. Em 28.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.034, de 2012, que suspende o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012.

1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).

2. Em 14.08.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).

3. Em 04.09.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PMDB pelo PSDB (Ofícios N°s 172/2012-GLPSDB e 288/2012-GLPMDB).

4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

5. Em 17.10.2012, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 135/2012-GLDBAG).

6. Em 23.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 161/2012-BLUFOR).

7. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

9. Em 28.11.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 240/2012-GLPSDB).

10. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

11. Em 27.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 36/2013, designando o Senador João Costa, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

12. Vago, em razão de o Senador Luiz Henrique não pertencer mais à Comissão (Of. GLPMDB nº 132/2013).

13. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33031176

E-mail: rprado@senado.gov.br

5) CT- DESTINADA A PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012

Designação: 17/04/2012

Prazo final: 12/06/2013

Prazo prorrogado: 24/09/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Graziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Luiz Henrique (PMDB) ^(2,4)
Senador Paulo Davim (PV) ^(2,4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Jayme Campos (DEM) ^(5,6)	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Graziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

**. Em 11.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 561, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 90 dias.

1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).

2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

3. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CTS, que comunica a instalação da Comissão, bem como a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Humberto Costa para Presidente e Relator, respectivamente.

4. Em 19.03.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 116/2013).

5. Vaga cedida ao DEM.(Of. nº107/13-GLPSDB).

6. Em 3.4.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 22/13-GLDEM).

7. Em 4.4.2013, foi lido o Ofício 002/2013-CTS, que comunica a eleição do Senador Psulo Davim para Vice-Presidente nesse colegiado.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues martins

Telefone(s): 061 33033501

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@ssenado.leg.br

6) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012

Instalação: 30/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em: 05/02/2013

Relatórios Parciais - prazo sobrestado: 05/04/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado: 06/05/2013

Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado: 04/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁹⁾	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB) ^(2,11)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) ⁽⁶⁾
Senador Fernando Collor (PTB)	2. VAGO ^(8,10)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(1,3,4)	

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DOS
PROJETO DE LEI DO SENADO 281, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 282, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 283, de 2012**

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 31/08/2012 a 05/02/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 06/02/2013 a 05/04/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
Reletório do Relator-Geral : 08/04/2013 a 06/05/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
Parecer Final da Comissão : 07/05/2013 a 04/06/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

- *. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- **. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.
- ***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
- ****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Moraes como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
- *****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.
- *****. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).
- *****. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).
- *****. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).
- *****. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).
- *****. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).
- *****. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.
 1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
 2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).
 3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).
 4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).
 5. Vago em virtude do Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
 6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
 7. Vago em virtude do Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
 8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
 9. Em 20.03.2013, vago em razão do Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).

10. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 110/2013-BLUFOR).

11. Em 15.05.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDB AG nº 82/2013).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 61 33033514

Fax: 61 33031176

7) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE REALIZAR ESTUDOS E PROPOR ATUALIZAÇÃO DA LEP

Finalidade: Realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais - LEP (Lei nº 7.210, de 1984), no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Requerimento nº 848, de 2012, do Senador José Sarney, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 16

PRESIDENTE: Sidnei Agostinho Beneti

RELATORA: Maria Tereza Uille Gomes ⁽¹⁾

Designação: 22/11/2012

Instalação: 04/04/2013

Prazo final: 02/06/2013

Prazo prorrogado: 14/10/2013

MEMBROS

Sidnei Agostinho Beneti

Gamil Föppel El Hireche

Carlos Pessoa de Aquino

Edemundo Dias de Oliveira Filho

Denis de Oliveira Praça

Maria Tereza Uille Gomes

Marcellus Ugiette

Roberto Charles de Menezes Dias

Técio Lins e Silva

Luís Alexandre Rassi

Sergio Alexandre Meneses Habib

Marco Aurélio Belizze

Maurício Kuehne

Augusto Eduardo de Souza Rossini

Luciano Losekann

Nídea Rita Coltro Sorci

Notas:

*. Em 29.05.2013, foi aprovado o Requerimento nº 476, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias; e amplia em 5 o quantitativo de vagas da Comissão.

1. Em 10.05.2013, a Comissão reunida designou como Relatora a Doutora Maria Tereza Uille Gomes (Of. 15/2013 - SSCEPI).

Secretário(a): REINILSON PRADO

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: rprado@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO

Finalidade: Elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Requerimento nº 702, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 29.08.2012, aditado pelo Requerimento nº 854, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: Luis Felipe Salomão

Designação: 22/11/2012

Instalação: 03/04/2013

Prazo final: 13/10/2013

MEMBROS

Luis Felipe Salomão

Marco Maciel

José Antônio Fichtner

Caio Cesar Rocha

José Rogério Cruz e Tucci

Marcelo Rossi Nobre

Francisco Antunes Maciel Müssnich

Tatiana Lacerda Prazeres

Adriana Braghetta

Carlos Alberto Carmona

Eleonora Coelho

Pedro Paulo Guerra de Medeiros

Silvia Rodrigues Pereira Pachikoski

Francisco Maia Neto

Ellen Gracie Northfleet

André Chateubriand Pereira Diniz Martins

José Roberto de Castro Neves

Marcelo Henriques Ribeiro de Oliveira

Walton Alencar Rodrigues

Roberta Maria Rangel

Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim

Adacir Reis

Notas:

*. Em 28.11.2012, aprovado o Requerimento nº 1.022, de 2012, que amplia em 4 o quantitativo de vagas da Comissão.

**. Em 27.03.2013, aprovado o Requerimento nº 216, de 2013, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão.

****. Em 17.04.2013, aprovado o Requerimento nº 262, de 2013, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão.

*****. Em 07.05.2013, aprovado o Requerimento nº 355, de 2013, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão.

Secretário(a): GUILHERME BRANDÃO

Telefone(s): 33033508

Fax: 33031176

E-mail: gbrandao@senado.gov.br

9) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A CRISE NA FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, a crise institucionalizada na Federação Paraense de Futebol - FPF, assegurada a participação de dois membros da região Norte do País.

(Requerimento nº 930, de 2012, do Senador Mário Couto)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mário Couto (PSDB-PA) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 28/11/2012

Instalação: 17/04/2013

Prazo final: 16/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
1.	
2.	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Requião (PMDB) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB) ^(1,3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
VAGO ^(5,8)	1. Senador Magno Malta (PR) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPSDB nº 4/2013, designando o Senador Mário Couto como membro titular e o Senador Flexa Ribeiro como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.

2. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 208/2012, designando Magno Malta como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

3. Em 09.04.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 116/2013-GLPSDB).

4. Em 10.04.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 149/2013, designando o Senador Jarbas Vasconcelos como membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

5. Em 16.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão(Of. nº 92/2013-BLUFOR).

6. Em 16.04.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão(Of. nº 152/2013-GLPMDB).

7. Em 17.04.2013, a Comissão reunida elegeu o Senador Mário Couto como Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2013-CTEFPF).

8. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 109/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33031176

E-mail: sscepi@senado.leg.br

10) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO COMERCIAL

Finalidade: Elaborar anteprojeto destinado a substituir o Código Comercial que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Ato do Presidente nº 13, de 2013)

Número de membros: 19

PRESIDENTE: João Otávio de Noronha

VICE-PRESIDENTE: Alfredo de Assis Gonçalves Neto

RELATOR: Fábio Ulhoa Coelho

Instalação: 07/05/2013

Prazo final: 17/11/2013

MEMBROS

João Otávio de Noronha

Fábio Ulhoa Coelho

Alfredo de Assis Gonçalves Neto

Arnoldo Wald

Bruno Dantas Nascimento

Cleantho de Moura Rizzo Neto

Clóvis Cunha da Gama Malcher Filho

Daniel Beltrão de Rossiter Correia

Eduardo Montenegro Serur

Felipe Lückmann Fabro

Jairo Saddi

Marcelo Guedes Nunes

Márcio Souza Guimarães

Newton de Lucca

Osmar Brina Corrêa-Lima

Paulo de Moraes Penalva Santos

Ricardo Lupion Garcia

Tiago Asfor Rocha Lima

Uinie Caminha

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL 13, de 2013

PRAZOS

11) CT - MODERNIZAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (LEI N° 8.666/1993)

Finalidade: Atualizar e modernizar a Lei n° 8.666, de 21 de junho, de 1993, no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Ato do Presidente n° 19, de 2013)

Número de membros: 8

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

RELATOR: Senadora Kátia Abreu (PSD-TO)

RELATOR REVISOR: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

Ato do Presidente do Senado Federal: 28/05/2013

Instalação: 13/06/2013

MEMBROS

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senadora Kátia Abreu (PSD)

Senador Waldemir Moka (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)

Senador Armando Monteiro (PTB)

Senador Wilder Morais (DEM)

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL 19, de 2013**

PRAZOS

Notas:

*. Em 13.06.2013, ocorreu a instalação da Comissão, nos termos do Of. 001/2013-CTLICON.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins

Telefone(s): 61 33033501

Fax: 61 33031176

E-mail: sscepi@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(13,68)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) (10,14,61)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) (33)
José Pimentel (PT) (9,10)	3. Aníbal Diniz (PT) (41,42)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (57)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) (34,35,46,47,70)	6. Acir Gurgacz (PDT) (8,70)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (62,65)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) (62,66)
Vanessa Grazzotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) (69)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Eduardo Braga (PMDB) (60)	1. Casildo Maldaner (PMDB) (60)
Sérgio Souza (PMDB) (60)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (17,22,60)
Valdir Raupp (PMDB) (36,37,49,50,60,73)	3. VAGO (60)
Roberto Requião (PMDB) (60,64)	4. Eunício Oliveira (PMDB) (60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) (60)	5. Waldemir Moka (PMDB) (60)
Romero Jucá (PMDB) (60,63)	6. Clésio Andrade (PMDB) (3,7,16,26,27,60)
Luiz Henrique (PMDB) (60)	7. Ana Amélia (PP) (60)
Ivo Cassol (PP) (60)	8. Ciro Nogueira (PP) (60)
Francisco Dornelles (PP) (11,12,18,20,60)	9. Benedito de Lira (PP) (5,60)
Kátia Abreu (PSD) (23,25,43,44,55,59,60)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,56)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) (56)
Cyro Miranda (PSDB) (56)	2. Aécio Neves (PSDB) (2,56)
Alvaro Dias (PSDB) (56)	3. Paulo Bauer (PSDB) (56)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (30,31,32)
Jayme Campos (DEM) (30)	5. Wilder Morais (DEM) (4,15,40)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(29,45)	
Armando Monteiro (PTB) (67)	1. Gim (PTB) (67,74)
João Vicente Claudino (PTB) (67,74,78)	2. Alfredo Nascimento (PR) (48,67,75,78)

Blairo Maggi (PR) (26,27,28,53,67)	3. Eduardo Amorim (PSC) (38,39,51,52,67,71,72,76)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (6,54,67)	4. Vicentinho Alves (PR) (21,67,77)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randalfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Álvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lidice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDB AG).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDB AG).
11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6^a para a 2^a suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDDB nº 32/2012).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of.nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. N° 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento n° 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 007/2013 - CAE).
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferreira, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 88/2013-BLUFOR)
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013BLUFOR).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PSD)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Jader Barbalho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Wilder Morais (DEM) ⁽¹⁾	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 30.4.2013, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (OF. 90/2013-CAE)

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽¹⁾	
Delcídio do Amaral (PT) (5,6)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Francisco Dornelles (PP)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (7)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. n° 089/2012 - GLDBAG).
5. Em 13.09.2012, lido o Ofício n° 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. n° 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. n° 014/2013 -CAE.
7. Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
- **. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Dornelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como membro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Sérgio Souza (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Moraes (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Blairo Maggi (PR)

Notas:

* Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como membro titular e do Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (1)	1. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

Notas:

1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽³⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽³⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(8,42)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) ⁽²⁶⁾
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁸⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ^(23,35)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(6,17,23,30,35)
Roberto Requião (PMDB) ^(2,23,35,37)	2. VAGO ^(23,30,35,49)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(3,4,23,35)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(23,30,35)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(23,30,35,37)
João Alberto Souza (PMDB) ^(23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) ^(23,30,35)
Ana Amélia (PP) ^(14,15,16,21,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) ^(10,23,30,35)
Paulo Davim (PV) ^(23,25,30,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) ^(23,30,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁴⁾	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁴⁾	2. Cyro Miranda (PSDB) ^(9,11,13,34)
José Agripino (DEM) ^(7,9,34,40,43,44)	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(22,27)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(31,38,41,45,46)	1. Armando Monteiro (PTB) ⁽⁴¹⁾
Eduardo Amorim (PSC) ^(1,5,41)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(24,41)
Vicentinho Alves (PR) ^(28,29,32,39,41,47,48)	3. VAGO ^(19,20,33,41)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular, e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).

16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. N° 024/2012/GLBUF/SF).

25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).

26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVAL V nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012-BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (OF. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (OF. N° 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 85/2013-BLUFOR)
49. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 192/2013-GLPMDB).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)⁽⁵⁾

RELATOR:

Instalação: 07/03/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) (3,4)	2. Rodrigo Rolemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)⁽²⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO (1)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
 2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 3. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
 4. Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).
 5. Em 21.3.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 38/2013 - Presidência/CAS).
- *. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rolemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.
- **. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁷⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽⁷⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(23,83)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT) (9,88,90)
Ana Rita (PT) (54,55)	2. Lídice da Mata (PSB) (9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) (7,9,76)
Anibal Diniz (PT) (6,75)	4. Acir Gurgacz (PDT) (24,25,49,51,60,61)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) (8,79)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) (32,33)	7. Humberto Costa (PT) (12)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (87)	8. Paulo Paim (PT) (92)
Eduardo Suplicy (PT) (88)	9. Wellington Dias (PT) (93)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁸⁾	
Eduardo Braga (PMDB) (39,50,77)	1. Romero Jucá (PMDB) (2,4,16,20,27,39,50,77)
Vital do Rêgo (PMDB) (1,15,39,50,77)	2. Roberto Requião (PMDB) (3,16,36,39,46,50,77)
Pedro Simon (PMDB) (39,50,77)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (13,16,39,50,52,53,63,64,77)
Sérgio Souza (PMDB) (39,50,77)	4. Clésio Andrade (PMDB) (14,16,39,50,77)
Luiz Henrique (PMDB) (20,39,50,77)	5. Valdir Raupp (PMDB) (39,77)
Eunício Oliveira (PMDB) (26,39,77)	6. Benedito de Lira (PP) (39,77)
Francisco Dornelles (PP) (39,77)	7. Waldemir Moka (PMDB) (39,77)
Sérgio Petecão (PSD) (40,41,43,70,73,74,77)	8. Kátia Abreu (PSD) (29,30,31,37,40,41,43,57,58,68,69,73,74,77)
	9. Lobão Filho (PMDB) (89)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB) (71)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) (71)	2. Ataídes Oliveira (PSDB) (71,72)
Alvaro Dias (PSDB) (71)	3. Cícero Lucena (PSDB) (11,71,86)
José Agripino (DEM) (17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) (18,42,44)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (86)	5. Flexa Ribeiro (PSDB) (86)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(38,59)	
Armando Monteiro (PTB) (82)	1. Gim (PTB) (5,45,65,81,82)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (62,82,84,85)	2. Eduardo Amorim (PSC) (10,45,80,82)
Magno Malta (PR) (82)	3. Blairo Maggi (PR) (19,21,34,35,66,67,82)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (82)	4. Vicentinho Alves (PR) (47,48,82,91)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

*****. Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à proporcionalidade partidária.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. N° 29/2011-GLPMDB)

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. N° 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.N° 42/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.N° 41/2011-GLPMDB)

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. n° 034/2011-GLPSDB).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. n° 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. n° 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. n° 088/2011-GLPMDB)

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude do Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. N° 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão(OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. N° 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
74. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
75. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
76. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
77. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

78. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 01/2013 - CCJ).
79. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
80. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
81. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 029/2013).
82. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
83. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
84. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
85. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 81/2013-BLUFOR).
86. Em 18.04.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
87. Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
88. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
89. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
90. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
91. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
92. Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).
93. Em 04.06.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 088/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. n° 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (OF. n° 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁶³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(68,15)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) (36)
Wellington Dias (PT)	2. Aníbal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) (47)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (13,23)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (69)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (9)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) (16)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) (30)
	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁹⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) (41,60)	1. Eduardo Braga (PMDB) (41,44,60,2,19)
Roberto Requião (PMDB) (38,41,60,26,27,28)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (41,44,54,60)
Romero Jucá (PMDB) (41,60,6,12,25)	3. Valdir Raupp (PMDB) (41,60)
João Alberto Souza (PMDB) (31,37,41,60,29)	4. Luiz Henrique (PMDB) (41,44,60)
VAGO (41,60,74,17)	5. Pedro Simon (PMDB) (41,44,75)
Ana Amélia (PP) (41,44,60)	6. VAGO (41,44,20)
Benedito de Lira (PP) (41,44,45,46,52,53,60)	7. VAGO (41,10)
Ciro Nogueira (PP) (41,44,60)	8. (41)
Kátia Abreu (PSD) (41,44,60)	9. (41)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (59,3)	1. Cícero Lucena (PSDB) (32,59)
Alvaro Dias (PSDB) (59,14,22)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (59,70,5)
Paulo Bauer (PSDB) (59)	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) (59,4)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (51,59,18)
José Agripino (DEM) (7)	5. Ataídes Oliveira (PSDB) (42,43,59,61,62,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(39,48)	
Armando Monteiro (PTB) (66)	1. Eduardo Amorim (PSC) (55,64,66)
VAGO (66,71,72,73)	2. João Vicente Claudino (PTB) (40,66,67,1)
VAGO (66,11,24)	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (34,35,57,66,73)
VAGO (58,66,24)	4. VAGO (49,50,56,65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSD, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferreira, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 29/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)

11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDB AG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o OF. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB)
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarido Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).
74. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 190/2013-GLPMDB).
75. Em 11.06.2013, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 197/13 - GLPMDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO

AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(11,64)	
Anibal Diniz (PT)	1. Randolph Rodrigues (PSOL) (63,67)
Acir Gurgacz (PDT) (8,12,35,36,43,44)	2. Delcídio do Amaral (PT) (3)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Ana Rita (PT) (62)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. João Capiberibe (PSB) (60)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³³⁾	
Romero Jucá (PMDB) (13,55)	1. Sérgio Souza (PMDB) (37,38,47,48,55)
Luiz Henrique (PMDB) (16,17,34,55)	2. Eduardo Braga (PMDB) (55)
Garibaldi Alves (PMDB) (55,57)	3. João Alberto Souza (PMDB) (17,18,55)
Valdir Raupp (PMDB) (4,55)	4. Vital do Rêgo (PMDB) (14,55,61,68)
Ivo Cassol (PP) (55)	5. Eunício Oliveira (PMDB) (28,29,31,57)
Kátia Abreu (PSD) (9,10,19,21,55)	6. VAGO (6,25,26,27,32)
Bloco Parlamentar Minoría (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) (50,52)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (50)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7,50,53)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (50,54)
José Agripino (DEM) (15,23,24)	3. VAGO (23,45)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(33,40)	
Blairo Maggi (PR) (1,22,46,59,65)	1. Gim (PTB) (2,56,59,65)
Eduardo Amorim (PSC) (41,42,49,51,59,65)	2. VAGO (39,59,65,69,70,71)
Fernando Collor (PTB) (65)	3. Armando Monteiro (PTB) (65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. n° 046/2011 - GLPTB / OF. n° 057/2011-GLPMDB).

2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. n° 052/2011 - GLPTB).

3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. n° 36/2011 - GLDBAG).

4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. n° 196/2011 - GLPMDB).

5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. n° 210/2011 - GLPMDB).

7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. n° 143/11-GLPSDB).

8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. n° 223/2011-GLPMDB).

11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 100/2011 - GLDBAG).

13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. n° 255/2011 - GLPMDB).

14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. n° 059/2011-GLDEM).

16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB).

18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. n° 656/2011-GSICAS).

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 294/2011).

22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. n° 125/2011 - GLPTB).

23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).

24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. n° 074/2011-GLDEM).

25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).

27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício n° 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB n° 331/2011).

30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. n° 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.

32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF n° 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of n° 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 105/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. n° 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB n° 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício n° 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. n° 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício n° 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício n° 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício n° 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB n° 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. n° 27/2013-BLUFOR).
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. n° 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR n° 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF n° 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/20113 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 89/2013-BLUFOR)
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (OF nº 103/2013 - BLUFOR).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽³⁾	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO (13)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) ^(2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁰⁾	
VAGO (9)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	2. VAGO (4,9,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,8)	1. VAGO (12)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁰⁾	
Eduardo Amorim (PSC) ^(5,14)	1. VAGO (13)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. n° 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. n° 154/2012-GLPMDB).
12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. n° 52/2013-CMA).
14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. n° 52/2013/CMA).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício n° 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽¹⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽¹⁸⁾

RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁸⁾

Instalação: 16/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁷⁾	1. VAGO ^(7,16)
VAGO ⁽¹⁶⁾	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(1,5)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO ^(7,9,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾
Ivo Cassol (PP) ⁽²⁰⁾	2. Vital do Rêgo (PMDB) ^(8,19)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Eunício Oliveira (PMDB) ^(16,20)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(3,7,12)	1. Eduardo Amorim (PSC) ^(7,13,14,15,17)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nº's 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nº's 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).
15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).
19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).
20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPMDDB).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
- ****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾

RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹³⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	1. Aníbal Diniz (PT) ^(6,9)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO ⁽¹⁴⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,3,4,7)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹⁰⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSD, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽⁸⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(5,9,12)	1. VAGO ⁽¹⁴⁾

Notas:

1. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. n° 91/2011-CMA).
4. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. n° 656/2011-GSICAS).
5. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 16.04.2012, os Senadores Aníbal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. n° 99/2012/CMA).
10. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. n° 99/2012/CMA).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.3.2013, bem como a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.

14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS NA RIO+20

Finalidade: Subcomissão alterada pelo RMA nº 53/2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de monitorar a implementação das medidas adotadas na Rio+20. (Subcomissão anterior: Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - RMA nº 25/2011)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) (1)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
VAGO (2,3,4)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

2. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

3. Em 19.10.2012 o Senador João Costa é designado como membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 278/2012/CMA).

4. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

*. Em 03.07.2012, lido o Requerimento nº 53, de 2012-CMA, aprovado em 27.06.2012, que altera a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 (Of. nº 193/2012/CMA).

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁶⁰⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁰⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(14,66)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) ^(47,50,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁸⁾	4. Anibal Diniz (PT) ^(13,24,26)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) ^(10,37,38)	6. Lídice da Mata (PSB) ^(21,59)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴¹⁾	
VAGO ^(58,67)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(6,8,25,32,58)
VAGO ^(2,11,27,28,29,40,58,70)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(36,58)
Paulo Davim (PV) ^(31,33,39,58)	3. VAGO
VAGO ^(16,30,58,62)	4. VAGO ⁽¹⁹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ^(18,58)	5. VAGO ⁽¹¹⁾
VAGO	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ^(3,7,15,34,44,61)	1. VAGO ^(5,22,57)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ⁽⁵⁶⁾
VAGO ^(17,35,43,52)	3. Wilder Morais (DEM) ⁽⁴⁶⁾
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(41,49)	
Magno Malta (PR) ^(1,54,65)	1. VAGO ^(45,53,65)
Gim (PTB) ^(9,42,64,65,69)	2. VAGO ^(63,65)
VAGO ⁽⁶⁵⁾	3. VAGO ^(48,51,55,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cicero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).

11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)

12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 133/2012-GLDBAG).

22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

28. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude do Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude do Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(OF. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVAL V nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude do Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude do Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Caboibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).

64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).
65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).
70. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 191/2013-GLPMDB).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomedh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) ⁽⁷⁾
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,6)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. N° 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. n° 22/2012 - GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. n° 16/2012-GLDEM).
7. Em 13.09.2012, lido o Ofício n° 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. n° 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomedh@senado.gov.br

6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolph Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1. 2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1.

Notas:

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolph Rodrigues e Antônio Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

**. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolph Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomedh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽¹⁾

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomedh@senado.gov.br

6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Aníbal Diniz (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1.

Notas:

2. Em 10.04.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomedh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁴¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) ⁽⁴¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(48,7)	
Jorge Viana (PT) ⁽⁴³⁾	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(43,44,49)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(4,6)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾
Aníbal Diniz (PT) ^(5,8,9,44)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(17,18)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁶⁾
Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴²⁾	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	1. Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	2. João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Pedro Simon (PMDB) ^(23,24,27,40)	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	4. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	5. Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁰⁾	6. Sérgio Petecão (PSD) ^(12,13,14,21,28,32,33,40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) ^(38,39)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁸⁾
Paulo Bauer (PSDB) ^(2,38)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁸⁾
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) ^(10,30,45)
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁰⁾	4. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(29,22)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(47,51,52)	1. Gim (PTB) ^(34,46,47)
Fernando Collor (PTB) ^(31,47)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(1,47)
Magno Malta (PR) ^(25,26,35,36,47)	3. VAGO ^(19,20,37,47)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSD, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

13. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nº's 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia(OF. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Oficio GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(OF. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Oficio GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPDSB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽³⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) (8,9,10,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) (2,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁷⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) (5,6)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. N° 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. N° 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. N° 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. N° 265/2012-CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamnto da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR) (6,7,8,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) (3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) (1)

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. N° 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nº's 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. N° 081/2012/BLUFOR/SF).
8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. N° 260/2012-CRE/PRES).
9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. N° 265/2012-CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
- ****. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) (15,16,18,21,22)	1. Eduardo Lopes (PRB) (11,12)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (10)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazzotin (PC DO B) (4,7)	4. Sérgio Souza (PMDB) (1,5,9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹³⁾	
VAGO (14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (20)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazzotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
10. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
11. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
12. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
13. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
 15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
 16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
 17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).
 18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
 19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
 20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
 21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
 22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽⁵²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(8,59)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (19,20)
Acir Gurgacz (PDT) (30,31,43,44)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) (18)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁴⁾	
Clésio Andrade (PMDB) (25,32,33,46,47,54)	1. Romero Jucá (PMDB) (25,54)
Lobão Filho (PMDB) (25,54)	2. Sérgio Souza (PMDB) (2,3,10,25,54)
Eduardo Braga (PMDB) (25,54)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (25,54)
Valdir Raupp (PMDB) (25,54)	4. Roberto Requião (PMDB) (9,25,54)
Vital do Rêgo (PMDB) (25,54,58)	5. Waldemir Moka (PMDB) (11,21,22,25,54)
Jader Barbalho (PMDB) (25,54,64)	6. Ivo Cassol (PP) (25,54)
Ciro Nogueira (PP) (25,54)	7. Francisco Dornelles (PP) (15,16,17,23,25,54)
Sérgio Petecão (PSD) (26,29,38,39,49,50,53,54)	8. Kátia Abreu (PSD) (5,6,12,14,26,27,29,50,53,54)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) (51,55,65)	1. Aécio Neves (PSDB) (51)
Flexa Ribeiro (PSDB) (51)	2. Alvaro Dias (PSDB) (51)
Lúcia Vânia (PSDB) (1,4,51)	3. VAGO (4,7,51,61)
Wilder Morais (DEM) (28,36)	4. Jayme Campos (DEM) (28,37)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(24,40)	
Fernando Collor (PTB) (60)	1. Gim (PTB) (60)
Blaíro Maggi (PR) (35,45,57,60)	2. Armando Monteiro (PTB) (60)
Vicentinho Alves (PR) (34,60,62,63)	3. Eduardo Amorim (PSC) (41,42,48,56,60)
Alfredo Nascimento (PR) (60)	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) (60)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rolemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).

11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 36/2012).

23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. n° 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício n° 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of.nº 088/2012-GLDB AG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Moazildo Cavalcanti (OF. N° 093/2012/BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. N° 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Moraes como titular (OF. N° 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. n° 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 104/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude do Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. n° 140/2012 - GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude do Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 359/2012).
48. Vago em virtude do Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude do Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO n° 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. n° 001/2013 - CI).
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB n° 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Domelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (OF. GLPMDB nº 114/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).
62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 86/2013-BLUFOR)
64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).
65. Em 20.05.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 134/2013-GLPSDB)

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,6,10)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
	1. VAGO (3,4,7,8,9,11)

Notas:

1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº058/2012 - CI).
3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
6. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).
10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
- *. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.
- **. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Wellington Dias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Fernando Collor (PTB)

Notas:

*. Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoria; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁴⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(10,49)	
Wellington Dias (PT) (1)	1. João Capiberibe (PSB) (44)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (43)	2. Zeze Perrella (PDT) (7,11)
Inácio Arruda (PC DO B) (45)	3. Walter Pinheiro (PT) (2,47)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) (32,33,38,39)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) (13)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Romero Jucá (PMDB) (42)	1. Eduardo Braga (PMDB) (14,42)
Ricardo Ferraço (PMDB) (20,21,22,28,31,42)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (42)
Ana Amélia (PP) (42)	3. João Alberto Souza (PMDB) (3,37,42)
Ciro Nogueira (PP) (15,34,42)	4. Ivo Cassol (PP) (26,42)
Benedito de Lira (PP) (42)	5. VAGO (8,9,16,18)
Kátia Abreu (PSD) (42)	6. VAGO (23,24,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (5,12,19,41)	1. Cícero Lucena (PSDB) (41)
Ruben Figueiró (PSDB) (41)	2. Lúcia Vânia (PSDB) (6,41)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Moraes (DEM) (4,35)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(29,36)	
Armando Monteiro (PTB) (40,48,50)	1. VAGO (50)
VAGO (30,50,51,52,55)	2. VAGO (50)
Vicentinho Alves (PR) (50,53,54)	3. (50)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).

6. Vago, em virtude da Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

9. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).

12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).

14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)

20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antônio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).

25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.

28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antônio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.

30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).

31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).

32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Moazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Moazildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Moazildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 84/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 87/2013-BLUFOR)
55. Em 14.05.2013, o Senador Moazildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽¹⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim (3,4,5,7,8)	

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
3. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
4. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. N° 377/2011-PRES/CDR).
5. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB n° 140/2012).
8. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. N° 119/2012-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Miriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽⁴⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. VAGO (10,11)
VAGO (9)	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (12)
Ivo Cassol (PP) (3,5,6,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(OF. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (OF. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁹⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(3,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olímpiada e Paraolímpiada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(15,65)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(7,10,22,23,57)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁶⁷⁾
Zeze Perrella (PDT) ^(11,16)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(38,47)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) ^(4,67)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁷⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁶²⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ^(28,29,35,52,62)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁶²⁾	2. Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶²⁾
Casildo Maldaner (PMDB) ^(25,26,27,36,49,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) ⁽⁶²⁾	4. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶²⁾
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,21,62)	5. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶²⁾
Benedito de Lira (PP) ⁽⁶²⁾	6. Sérgio Petecão (PSD) ^(17,62)
Kátia Abreu (PSD) ^(31,59,61,62)	7. Garibaldi Alves (PMDB) ^(32,43,44,58,59,61,63)
Waldemir Moka (PMDB) ^(24,33,34,46,66,68,69)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,60)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁶⁰⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁶⁰⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(3,9,14,60)
Jayme Campos (DEM)	3. Cícero Lucena (PSDB) ^(5,18,48,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(37,45)	
Gim (PTB) ^(1,8,49,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(6,54)
	2. Blairo Maggi (PR) ^(24,41,42,55,56)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (Of. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).

5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).

7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).

9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).

11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).

23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).

24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).

30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. n° 004/2012-GLPR).
35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 10.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. N° 082/2012-BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. n° 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. N° 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR n° 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB n° 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB n° 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (Of. N° 167/2012-BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB n° 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB n° 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento n° 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. N° 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento n° 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO n° 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB n° 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB n° 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. n° 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR n° 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. n° 68/2013-BLUFOR).

67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).

68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).

69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).

70. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPDSB).

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ⁽³⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) ⁽³⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(38,7)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) ⁽³²⁾	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(33,40)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(10,12)
João Capiberibe (PSB) ^(8,9,17)	4. Lídice da Mata (PSB)
Aníbal Diniz (PT) ⁽⁴⁰⁾	5. Eduardo Lopes (PRB) ^(1,19,20)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²¹⁾	
Lobão Filho (PMDB) ⁽³¹⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(2,4,11,31)
João Alberto Souza (PMDB) ^(22,23,27,28,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³¹⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽³¹⁾	3. Ivo Cassol (PP) ⁽³¹⁾
Luiz Henrique (PMDB) ^(31,36)	4. Benedito de Lira (PP) ^(26,31)
Ciro Nogueira (PP) ⁽³¹⁾	5. Sérgio Souza (PMDB) ^(5,6,13,15,35)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³¹⁾	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(30,37)	1. VAGO ^(30,37)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁰⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁰⁾
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(21,24)	
Gim (PTB) ^(25,39)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽³⁹⁾
Alfredo Nascimento (PR) ^(3,16,39)	2. VAGO ^(16,29,39)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁹⁾	3. ⁽³⁹⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicaram a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nº's 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)

10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).

12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).

13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).

18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).

21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nº's 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (OF. GLPMDB nº 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferrão, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil criada pelo RQT nº 22/2012, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com o prazo até a conclusão da tarefa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aníbal Diniz (PT-AC) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Aníbal Diniz (PT)	1. Angela Portela (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. Gim (PTB)

Notas:

1. Em 03.04.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aníbal Diniz e Aloysio Nunes Ferreira Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desse colegiado (OF. 020/2013-CCTSTTR/SF).

*. Em 26.03.2013 foi lido o OF. nº 19/2013-CCT designando os Senadores Aníbal Diniz, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento como titulares e os Senadores Angela Portela, Lobão Filho, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Gim como suplentes na Subcomissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 11/03/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995 **6^a Eleição Geral:** 06/03/2007

2^a Eleição Geral: 30/06/1999 **7^a Eleição Geral:** 14/07/2009

3^a Eleição Geral: 27/06/2001 **8^a Eleição Geral:** 26/04/2011

4^a Eleição Geral: 13/03/2003 **9^a Eleição Geral:** 06/03/2013

5^a Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Sérgio Souza (PR)	1. VAGO
Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Romero Jucá (RR)	4. VAGO
PT	
Wellington Dias (PI)	1. Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)	2. Paulo Paim (RS)
Aníbal Diniz (AC)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO
PTB	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Lídice da Mata (BA)	1. Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Antonio Carlos Rodrigues (SP)	1. VAGO

PSD	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (TO)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 03/04/2013

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP) ⁽¹⁾	PR

Atualização: 11/03/2013

Notas:

1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 06/03/2013**Notas:**

1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255 **Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br**5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL***(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 15/03/2013**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**1^a Designação:** 03/12/2001**2^a Designação:** 26/02/2003**3^a Designação:** 03/04/2007**4^a Designação:** 11/02/2011**5^a Designação:** 11/03/2013**6^a Designação:** 12/02/2009**MEMBROS****PMDB**

Pedro Simon (RS)

PT

Angela Portela (RR)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

VAGO

PP

Ciro Nogueira (PI)

PDT

VAGO

PSB

Lídice da Mata (BA)

DEM

Maria do Carmo Alves (SE)

PR

VAGO

PSD

Kátia Abreu (TO)

PC DO BVanessa Grazzotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitas na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽²⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Waldemir Moka (MS)

PT

Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Cyro Miranda (GO)

PTB

Armando Monteiro (PE)

PP

Ivo Cassol (RO)

PDT

VAGO

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

José Agripino (RN)

PR

Antonio Carlos Rodrigues (SP)

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PC DO BInácio Arruda (CE) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleito na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 20.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012**4ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Jarbas Vasconcelos (PE)

PT

Paulo Paim (RS)

PSDB

Cícero Lucena (PB)

PTBVAGO ⁽²⁾**PP**

Ana Amélia (RS)

PDT

VAGO

PSB

João Capiberibe (AP)

DEM

José Agripino (RN)

PR

VAGO

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PC DO BVanessa Grazzotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPBCB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandado, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
3. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 16/04/2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

Ricardo Ferraço (ES)

PT

Anibal Diniz (AC)

PSDB

Cyro Miranda (GO)

PTB

João Vicente Claudino (PI)

PP

Ciro Nogueira (PI)

PDT

VAGO

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

Wilder Moraes (GO)

PR

VAGO

PSD

Kátia Abreu (TO)

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾

PV

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 17.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)⁽²⁾**1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS**PMDB**

Luiz Henrique (SC)

PT

Jorge Viana (AC)

PSDB**PTB**

João Vicente Claudino (PI)

PP

Ivo Cassol (RO)

PDT**PSB**

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

Wilder Morais (GO)

PR

Blairo Maggi (MT)

PSD

Kátia Abreu (TO)

PC DO BVanessa Grazziotin (AM)⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Representante da sociedade civil organizada**Pesquisador com produção científica relevante****Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente****Atualização:** 24/04/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258 **Fax:** 3303.5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

(Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados ²

COMPOSIÇÃO ³

Presidente: Senador Lobão Filho (PMDB/MA)⁸
1º Vice-Presidente: Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)⁸
2º Vice-Presidente: Senador Francisco Dornelles (PP/RJ)⁸
3º Vice-Presidente: Deputado Guilherme Campos (PSD/SP)⁸

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)
Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Aníbal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. ⁶
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ⁵
Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁷	2. ^{5 e 7}
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) ⁵
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB) ⁴
Wilder Morais (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 3- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.
- 4- Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.
- 5- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.
- 6- Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.
- 7- Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.
- 8- Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Airton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Genecias Noronha (PMDB/CE) ⁷
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Pirante (PMDB/PA) ⁴
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO) ⁴
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) ²
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) ³
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3.
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olímpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) ⁵
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1.
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Armando Vergílio (PSD/GO)	1. Ademir Camilo (PSD/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Homero Pereira (PSD/MT)
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) ⁶	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. João Dado (PDT/SP)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB¹	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
 2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.
 3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.
 4- Designados os Deputados José Pirante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.
 5-Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.
 6-Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSDB.
 7- Designado o Deputado Genecias Noronha, como membro suplente, em substituição ao Deputado Giroto, em 21-5-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 575/2013, da Liderança do PMDB.

Secretaria: Maria do Socorro de L. Dantas
Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893
Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)

Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)

Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)
II – Saúde	Deputado Marçal Filho (PMDB/MS)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Aelton Freitas (PR/MG)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Wilder Morais (DEM/GO)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Deputado Weliton Prado (PT/MG)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)
VII – Justiça e Defesa	Deputado Nelson Meurer (PP/PR)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado Junji Abe (PSD/SP)

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados²¹**COMPOSIÇÃO****Presidente:** Senadora Vanessa Grazziotin^{15, 20 e 27}**Vice-Presidente:** Deputado Fernando Ferro^{15, 20 e 27}**Relator:** Deputado Sarney Filho^{16, 20 e 27}**Instalação:** 27-2-2013^{15, 20 e 27}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7, 23 e 26}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷ ²²	4. 7 e 17 5. 22
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3, 14 e 29}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ^{3 e 29}
Eduardo Braga (PMDB/AM) ^{3 e 29}	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ^{3 e 29}
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11, 12 e 29}	3.
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3, 18 e 29}	4. 3, 19 e 29
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. 2 e 24
Wilder Morais (DEM/GO) ^{6, 10 e 25}	2. Jayme Campos (DEM/MT) ^{6, 10 e 28}
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ^{4 e 29}	1. 8, 9 e 12 2.
PSOL¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ^{6 e 29}	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.

21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.

24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.

25- Designado o Senador Wilder Morais, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.

26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).

27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.

28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.

29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. ^{2 19}
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15} ¹⁴	1. ¹⁴ 2. ¹⁴
PSDB	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ^{2, 11 e 13}	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ^{2 e 13}
PP	
Gladson Cameli (PP/AC) ^{2 e 20}	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) ^{2 e 20}
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 18}	1. ^{2, 12 e 18}
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) ^{2 e 17}	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) ^{2, 7, 13 e 17}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Sarney Filho (PV/MA) ^{2 e 16}	1. Alfredo Sirkis (PV/RJ) ^{2 e 16}
PTB ¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.
- 3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.
- 4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.
- 7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.
- 8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nº's 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.
- 11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.
- 12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PPS/PTC/PSL/PRTB.
- 13- Em 22-5-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.
- 14- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.
- 15- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 16- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.
- 16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nº's 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.
- 17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.
- 18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.
- 19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.
- 20- Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luis Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho**Telefone:** (61) 3303-3122**E-mail:** mudancasclimaticas@senado.gov.br**Local:** Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo**Endereço na Internet:** www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR
DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
Roberto Requião (PMDB/PR) ⁵	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Wilder Morais (DEM/GO) ³	1. Jayme Campos (DEM/MT) ³
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL²	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁴	1.

Notas:

- 1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.
- 4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.
- 5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI
 (Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Nelson Pellegrino⁴
Vice-Presidente: Senador Ricardo Ferraço⁴

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA José Guimarães (PT/CE)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA Eunício Oliveira (PMDB/CE) ¹
LÍDER DA MINORIA Nilson Leitão (PSDB/MT)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Mário Couto (PSDB/PA) ²
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Nelson Pellegrino (PT/BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ³

(Atualizada em 10.04.2013)

Notas:

- 1- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.
- 2- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.
- 3- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).
- 4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Senado Federal – Anexo II - Térreo
 Telefones: (61) 3303-4561 / 3303-5258
 E-mail: scop@senado.gov.br
 Endereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 13 (treze) Senadores¹⁸ e 13 (treze) Deputados¹⁸ e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011**Designação:** 14-12-2011**Instalação:** 8-2-2012**Prazo Final:** 19-8-2012**Prazo Final Prorrogado:** 28-3-2013¹⁷**Prazo Final Prorrogado:** 9-8-2013²¹

Presidente: Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota
Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES) ¹¹	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP) ²⁰	2. Lídice da Mata (PSB/BA) ^{10 e 11}
	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR) ¹⁹	4. ⁶
	5. ¹⁹
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
¹⁶	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{14 e 15}
Ana Amélia (PP/RS) ^{3, 4, 9 e 13}	2. Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{2, 8, 12 e 16}
	3.
	4.
¹⁹	5. ¹⁹
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim (PTB/DF) ⁷
PSOL ¹	
⁵	1.

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.
- 5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
- 6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.
- 7- Designado o Senador Gim, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.
- 8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.
- 9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.
- 10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.
- 11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.
- 12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.
- 13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.
- 14- Cedida uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 15- Designada a Senadora Vanessa Grazziotini, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 16- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 9-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 170/2012, da Liderança do Bloco, no Senado Federal.
- 17- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2012, lido em 16-7-2012 (Sessão do Senado Federal).
- 18- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 19- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 20- Em 13-9-2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra do Estado da Cultura.
- 21- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 4, de 2013, lido em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Nilda Gondim ^{14 e 16}	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA) ^{9 e 12}
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSD	
Ademir Camilo (PSD/MG) ^{10 e 11}	1.
	2.
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. ^{2, 4 e 13}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Morais (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB ¹	
Magda Mofatto (PTB/GO) ¹⁵	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Fulan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

10- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

11- Designado o Deputado Ademir Camilo, como membro titular, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

12- Designada a Deputada Elcione Barbalho, como membro suplente, em substituição à Deputada Nilda Gondim, em 4-12-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.229/2012, da Liderança do PMDB.

13- Vago em virtude da renúncia do Deputado Neilton Mulim ao mandato de Deputado Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

14- Vago em virtude da renúncia da Deputada Teresita Surita ao mandato de Deputada Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

15- Designada a Deputada Magda Mofatto, como membro titular, em substituição à ex-Deputada Célia Rocha, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 125, de 2013, da Liderança do PTB.

16- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro titular, em 26-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 284, de 2013, da Liderança do PMDB.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV)¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ⁵
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁶	3. ^{6 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{6 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 6}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. ^{2, 8, 9 e 12}

Notas:

- 1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.
- 2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.
- 3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.
- 4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
- 5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.
- 7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.
- 8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.
- 9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.
- 10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.
- 11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.
- 12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
	PT
	1.
	2.
	PMDB
Leandro Vilela ¹	1. Geraldo Resende ¹
Luiz Pitiman ¹	2. Sandro Mabel ¹
	PSDB
	1.
	PP
Roberto Britto ¹	1. Toninho Pinheiro ¹
	DEM
Augusto Coutinho ¹	1. João Bittar ¹
	PR
	1.
	PSB
	1.
	PDT
	1.
	Bloco Parlamentar (PV / PPS)
Augusto Carvalho ¹	1.
	PTB
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**ATO CONJUNTO N° 1, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro¹
Relator: Senador Romero Jucá¹

Instalação: 12-3-2013¹
Prazo Final: 11-5-2013
Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013²

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Morais (PCdoB/MG)

Notas:

1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.
 2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

**ATO CONJUNTO N° 2, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹
Relator: Senador Romero Jucá²

Instalação: 2-4-2013²
Prazo Final: 11-5-2013

Câmara dos Deputados	Senado Federal
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Romero Jucá (PMDB/RR)
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Eduardo Barbosa (PSDB/MG) ³	Jorge Viana (PT/AC)
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Pedro Taques (PDT/MT)
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)

Notas:

1 - Alinea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.
 2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.
 3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscep@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	PRESIDENTE Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE André Vargas (PT-PR)	1ª VICE-PRESIDENTE Jorge Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Fábio Faria (PSD-RN)	2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO Marcio Bittar (PSDB-AC)	1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
2º SECRETÁRIO Simão Sessim (PP-RJ)	2º SECRETÁRIO Angela Portela (PT-RR)
3º SECRETÁRIO Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira (PP-PI)
4º SECRETÁRIO Biffi (PT/MS)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino (PTB-PI)
LÍDER DA MAIORIA José Guimarães (PT/CE)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA Eunício Oliveira (PMDB-CE)
LÍDER DA MINORIA Nilson Leitão (PSDB-MT)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Décio Lima (PT/SC)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Vital do Rêgo (PMDB-PB)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Nelson Pellegrino (PT/BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Senado Federal – Anexo II - Térreo
 Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL¹

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)Presidente: DOM ORANI JOÃO TEMPESTA²Vice-Presidente: FERNANDO CESAR MESQUITA²

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSE CATARINO NASCIMENTO	VAGO ³
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO ⁴
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Senado Federal - Anexo II - Térreo
 Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
ssccn@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Deputado Newton Lima²
Vice-Presidente: Senador Paulo Bauer²
Vice-Presidente: Deputado Renato Molling²

Designação: 07.05.2013

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Iara Bernardi
Fernando Marroni	Márcio Macêdo
Newton Lima	Taumaturgo Lima
PMDB	
André Zacharow	Lelo Coimbra
Iris de Araújo	Osmar Serraglio
Marcel Filho	Ronaldo Benedet
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Urzeni Rocha ³
Eduardo Azeredo	
Walter Feldman	
PSD	
Geraldo Thadeu	Atila Lins
Hugo Napoleão	Dr. Luiz Fernando
Raul Lima	Eleuses Paiva
PP	
Dilceo Sperafico	Luis Carlos Heinze
Renato Molling	Renato Andrade
PDT	
Wellington Fagundes	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Beto Albuquerque
Luiza Erundina	Leopoldo Meyer
DEM	
Júlio Campos	
PTB	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
PTB	
Paes Landim	Jorge Corte Real
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire	Antônio Roberto
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
João Ananias	Chico Lopes
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PTdoB	
Luis Tibé	

1-Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.

2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.

3-Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.

4-Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Pedro Simon	Casildo Maldaner
Roberto Requião	Valdir Raupp
Ana Amélia	Luiz Henrique
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Eduardo Suplicy	Acir Gurgacz ⁴
Paulo Paim	Inácio Arruda
Antônio Carlos Valadares ⁴	Humberto Costa
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer	Cássio Cunha Lima
Wilder Morais	Jayme Campos
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
Alfredo Nascimento	Fernando Collor
Gim	Eduardo Amorim

(Atualizada em 05.06.2013)

Edição de hoje: 256 páginas
(OS: 13184/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

